



santa maria da feira

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

### EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Dr., Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira:-----

FAÇO SABER que nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa no átrio do edifício dos Paços do Município a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira de 22 de dezembro de 2017, aprovada na sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2018. -----

Paços do Município de Santa Maria da Feira, 27 de fevereiro de 2018.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,



(AMADEU SOARES ALBERGARIA, Dr.)



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

ATA N.º 3 – No dia 22 de dezembro de 2017, na cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 20 horas e 40 minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.ª e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 2 – Sessão Extraordinária de 23 de novembro de 2017;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2018;
- 4 – Mapa de Pessoal para 2018;
- 5 – Delegação de competências nas Juntas de Freguesia  
- Acordos de Execução;
- 6 – Delegação de competências nas Juntas de Freguesia  
- Contratos Interadministrativos;
- 7 – Contrato-Programa para 2018 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.;
- 8 – Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira  
- Aplicação do artigo 66.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL);
- 9 – Protocolo a celebrar com a Autoridade Tributária (AT) para cobrança coerciva de taxas e outras receitas  
- Reconhecimento da incobrabilidade de dívidas de Resíduos Sólidos Urbanos e Taxas de Rede;
- 10 – Concessão de Benefícios Fiscais;
- 11 – Regularização de Estabelecimento Industrial Tipo 3 / Fernando Gomes da Costa Campos  
- Reconhecimento do interesse público municipal;
- 12 – Regularização de Estabelecimento Industrial Tipo 3 / Carlos Leandro & Melo, Lda.  
- Reconhecimento do interesse público municipal;



- 13 – **Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira-----**  
**- Atualização do tarifário para o ano de 2018 (para conhecimento); -----**
- 14 – **Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral (para conhecimento); -----**
- 15 – **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----**  
**- Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Carlos Manuel da Silva Fonseca, designada pela Assembleia Municipal por deliberação de 17/02/2017. -----**

-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----

Não estiveram presentes os Vereadores Vitor Carlos Latourrette Marques, Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira e Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso.-----

-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes. -----

De seguida, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de 2 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias: -----

– Arrifana (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Alcino Pereira Monteiro; -----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Fernando Adriano de Sousa Pinho.-----

-----

Informou, de seguida, que os membros Aldina dos Reis Camboa Cabral (PSD), Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD), e Henrique Portela Madureira (PS), solicitaram ser substituídos na presente sessão dado não lhes ser possível estar presente, por motivos pessoais. -----

Deu nota que, nos termos da lei, a deputada municipal Aldina Cabral é substituída pelo



cidadão imediatamente a seguir na lista do PSD, João Luís Almeida Cunha, que se encontrava presente para o efeito. -----

Sobre a substituição do membro Jorge Ferreira informou que a cidadã seguinte da lista do PSD, Maria João Resende Lamas, comunicou à Mesa da impossibilidade de estar presente nesta sessão, pelo que o mesmo é substituído pela cidadã a seguir da mesma lista, Cláudia Oliveira Antunes Correia, que se encontrava presente para o efeito.-----

Em relação à substituição do membro Henrique Portela informou que o mesmo é substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do PS, Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio, que se encontrava presente para o efeito. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 49 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

*Pelo Partido Social Democrata (PSD):* -----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; Maria José Ferreira dos Santos; José Manuel Milheiro Pinho Leão; Regina Maria Gonçalves da Silva; António André da Silva Topa; Susana Daniela Ferreira da Silva; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Juliana Canedo da Rocha; Jorge Paulo das Neves Pereira; João Luís Almeida Cunha; Cláudia Oliveira Antunes Correia; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Anacleto de Sousa Costa; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho; -----

*Pelo Partido Socialista (PS):*-----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Manuel Oliveira de Almeida; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro; Justino Santos Pinto; Rosa



Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes Duarte; Daniel Tavares Gomes; Tiago Oliveira Amorim Carneiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio; e os Presidentes das Juntas de Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e da União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

*Pelo Bloco de Esquerda (BE):* Moisés Salvador Coelho Ferreira e Salomé Almeida Ventura; --

*Pelo Partido Popular (CDS-PP):* Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

*Pela Coligação Democrática Unitária (CDU):* Filipe Ramiro Tavares Moreira; -----

*Independente:* Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

-----  
*Entraram no decorrer da sessão:* Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD); Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD) e António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Fiães (PSD). -----

*Faltaram à sessão, sem se terem feito representar:* Armando Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa (PSD) e Rui Alves Rios – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura (PS). -----

-----  
Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão extraordinária de 23 de novembro de 2017 e a presente sessão:-----

- “Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, remetendo o impresso original onde consta o resultado da votação verificada por esta Assembleia, na sua sessão extraordinária de 23 de novembro de 2017, sobre a “lista ordenada dos candidatos a membros da Comissão Executiva Metropolitana do Porto” – impresso que já havia sido enviado em formato digital, por e-mail, imediatamente após o apuramento do resultado referido; -----



- Ofício da Sra. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando que esta Assembleia designe alguém de entre cidadãos eleitores para substituir o cidadão Carlos Manuel da Silva Fonseca, que havia sido designado para a modalidade alargada daquela Comissão, dada a sua falta de disponibilidade para continuar a colaborar com a CPCJ; -----
- Convite, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a homenagem ao Sr. Casimiro Loureiro, a levar a cabo no dia 19 de maio de 2018; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, dando conhecimento do parecer emitido por esta Assembleia Municipal, na sua sessão extraordinária de 23 de novembro de 2017, ao Projeto de Lei n.º 575/XIII (Alteração da denominação da “União de Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô” no município de Santa Maria da Feira, para “União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô”) da iniciativa do Partido Social Democrata; -----
- E-mail da Sra. Vereadora da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, no âmbito do novo processo de constituição do Conselho Municipal da Juventude, a indicação dos representantes dos partidos políticos com assento nesta Assembleia Municipal para integrar aquele Conselho – e-mail reencaminhado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos líderes dos grupos municipais dos partidos políticos com assento nesta Assembleia, para os devidos efeitos; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Escola EB1 e Jardim de Infância do Cavaco – Santa Maria da Feira” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo as propostas da CDU de alteração ao Regimento desta Assembleia Municipal; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando, no seguimento do pedido formulado para indicação de elemento



- para o Conselho Municipal da Juventude (CMJ), que face ao regimento do CMJ em vigor é ele próprio, por inerência, o representante da CDU no Conselho Municipal da Juventude – e-mail reencaminhado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, para os devidos efeitos;-----
- Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Ceia de Natal realizada por aquela instituição no dia 16 de dezembro de 2017;-----
  - Convite do Sr. Presidente do Centro Social Paroquial de Romariz, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na tomada de posse da nova Direção e do Conselho Fiscal daquela instituição, para o quadriénio 2017-2021, que se realizou no dia 13 de dezembro de 2017; -----
  - Ofício da Sociedade de Revisores de Contas G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a Informação do Auditor Externo, referente ao 1.º semestre de 2017, do Município de Santa Maria da Feira;
  - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo as propostas da CDU para as Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2018 – e-mail reencaminhado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; ---
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de dezembro de 2017, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de dezembro de 2017, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Carta da Comissão Administrativa do Grupo Recreativo e Beneficente “A Flor de Aldriz”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a colaboração que este prestou àquela instituição durante o ano de 2017, desejando Boas Festas e um próspero Ano Novo;-----
  - E-mail do membro deste Órgão – Aldina Camboa Cabral, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

- Municipal, de 22 de dezembro de 2017, por motivos particulares, pedido ser substituída na referida sessão;-----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 18 de dezembro de 2017;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de dezembro de 2017; -----
  - E-mail do Diretor de Serviço do Departamento de Recolha de Informação do Instituto Nacional de Estatística, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo um conjunto de informação estatística sobre o Município de Santa Maria da Feira;-----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo Projeto de Resolução “Pela defesa de um Serviço Postal Público, de qualidade e universal e a reversão da privatização dos CTT”, apresentado na Assembleia da República por aquele grupo parlamentar e agendado para discussão em plenário no dia 15 de dezembro de 2017; -----
  - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, relativo a iniciativa daquele grupo parlamentar sobre igualdade salarial entre mulheres e homens, em discussão no Parlamento no dia 14 de dezembro de 2017;-----
  - Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 20 de novembro de 2017; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre o assunto “Rua Comendador Marcolino Castro (Santa Maria da Feira) – Caixas sem proteção no passeio” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 21/12/2017;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo





- membro Filipe Moreira sobre o assunto “Sinalização horizontal nas vias intervencionadas no município” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 21/12/2017;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre o assunto “Curso de água poluído – São Paio de Oleiros” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 21/12/2017; ----
  - E-mail do membro deste Órgão – Henrique Portela, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de dezembro de 2017, por motivos pessoais, solicitando ser substituído na referida sessão; -----
  - E-mail do membro deste Órgão – Jorge Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 22 de dezembro de 2017, por motivos pessoais, solicitando ser substituído na referida sessão; -----
  - Diversos jornais, revistas e cartões de Boas Festas.”-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de onze documentos para serem apreciados – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia. -----

Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que apresentou três recomendações e duas moções, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“*Recomendação – Para que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a Empresa Municipal Feira Viva pratiquem uma política salarial digna e justa*-----

O Perlím, parque temático de Natal, evento organizado pela empresa municipal Feira Viva,



abriu uma “bolsa de recursos” com inscrições abertas até ao dia 30 de novembro.-----  
Pretende com esta bolsa recrutar assistentes de montagem e desmontagem e assistentes de logística e serviços de apoio que estarão a trabalhar no Perlím durante o mês de dezembro. ----  
As funções para que estes trabalhadores são recrutados envolvem, no caso dos assistentes de montagem e desmontagem, “a realização de atividades de transporte de materiais, implementação de estruturas no recinto, manuseamento de ferramentas e materiais, realização de trabalhos manuais, entre outros”, e no caso dos assistentes de logística e serviços de apoio, “controlo de entradas e/ou venda de bilhetes nas bilheteiras do evento, comboio, ou outros, apoio ao guarda-roupa, serviço de bar, orientação de público, apoio aos fraldários, monitor de atividades”.-----

Para tudo isto a empresa municipal Feira Viva propõe-se a pagar 2,5 € à hora, pagamento que será realizado depois de emitido o recibo verde ou o ato único correspondente.-----

Feitas as contas, a Feira Viva propõe-se remunerar estes trabalhadores com um valor/hora bastante abaixo do salário mínimo nacional. Vejamos: o salário mínimo nacional em 2017 é de 557 €. Dividido por 22 dias de trabalho por mês e 8 horas de trabalho por dia, obtemos um valor/hora de 3,165 €. Já a Feira Viva, a propor-se a pagar 2,5 € por hora, está, na verdade, a oferecer um salário mensal de 440 €, muito abaixo do salário mínimo nacional.-----

A empresa municipal está, como se vê pelo seu anúncio de constituição de uma bolsa de recursos disponível em [http://perlim.pt/docs/2017/Bolsa\\_de\\_Recursos\\_FAQS\\_2017.pdf](http://perlim.pt/docs/2017/Bolsa_de_Recursos_FAQS_2017.pdf), a tentar contratar pessoas para montar estruturas, para manusear e operar máquinas, para vender bilhetes, para dar apoio ao guarda-roupa, para fazer serviço de bar e para ser monitor de atividades, entre outras, por um salário bem abaixo do salário mínimo nacional.-----

Numa frase: está a aproveitar-se e a explorar muitas pessoas que merecem e devem receber mais para fazer este tipo de trabalhos.-----

O Bloco de Esquerda opõe-se frontalmente a este tipo de práticas e recomenda à Câmara Municipal que imponha justiça e dignidade nas relações contratuais que são feitas tanto pela Câmara Municipal como pela Empresa Municipal. A única forma de o fazer é estabelecendo uma remuneração justa, que em caso algum pode ser inferior ao salário mínimo nacional e que deve corresponder à qualificação dos trabalhadores e aos salários praticados para determinada função.-----

Não podemos deixar de lembrar que durante a recente campanha eleitoral para as autárquicas,



o então candidato do PSD, Emídio Sousa, propôs-se a aumentar os salários praticados em Santa Maria da Feira. -----

É caso para dizer que pode começar pela sua própria casa, obrigando a Feira Viva a fazer contratações com valor/hora dignos e justos. Por isso mesmo, o Bloco de Esquerda apresenta esta iniciativa: para que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a Empresa Municipal Feira Viva erradiquem a precariedade e os baixos salários, pagando (seja salário mensal, seja valor/hora) de acordo com as funções e categorias profissionais e nunca abaixo do salário mínimo nacional, como acontece atualmente. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 22 de dezembro, recomenda: -----

- 1 – A erradicação da precariedade e dos baixos salários na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e na empresa municipal Feira Viva; -----
- 2 – A proibição de remuneração mensal ou valor/hora que não cumpra com o salário mínimo nacional; -----
- 3 – A obrigação de remunerar os trabalhadores e avençados, pelo menos, de acordo com a função para a qual é contratado.” -----

-----  
*“Recomendação – Por uma melhoria das paragens de autocarro do concelho -----*

Cada vez mais jovens possuem uma voz ativa na sociedade, sendo que, recentemente, alguns destes têm vindo a manifestar um descontentamento relativamente às paragens de autocarro existentes no concelho de Santa Maria da Feira. Uma vez que o autocarro escolar é utilizado por um número significativo de jovens, a falta de condições de alguns dos locais onde estes aguardam a chegada do transporte deve ser alvo de preocupação. -----

A título de exemplo, a Escola Secundária de Santa Maria da Feira, com 1840 alunos, possui apenas uma única paragem para estes alunos aguardarem pelo autocarro, sendo que a paragem está num local onde nem todas as rotas param. Do outro lado da estrada, onde aguarda a maioria dos alunos, quando chove, estes não têm onde se abrigar. Devido a esta situação, muitos dos alunos utilizam o espaço do negócio local nas proximidades para se abrigarem, acabando por causar transtorno e interferindo com o funcionamento do estabelecimento em questão. -----

Outro dos locais onde se verifica a existência deste problema é na paragem de Vendas Novas,



em Lourosa, onde só existe a paragem no sentido Sul-Norte, maioritariamente utilizada para jovens que se deslocam para destinos como Porto e Espinho.-----

O mandato Jovem Autarca 2016/2017 realizou um levantamento das paragens de autocarro presentes no concelho, relativamente ao tamanho, cobertura, assentos e estado da cobertura, foi apresentado aos respetivos candidatos à Câmara Municipal, nas Eleições Autárquicas de 2017. Deste estudo surgiram as seguintes conclusões: -----

a) Relativamente ao tamanho: -----

- Escolas com o tamanho adequado: E.B. 2/3 Ferreira Almeida; E.B. 2/3 Milheirós de Poiares.

- Escolas sem capacidade para o número de alunos: AE Coelho e Castro; E.B. 2/3 Argoncilhe; E.B. 2/3 Canedo; Escola Básica da Corga de Lobão; E.B. 2/3 Fernando Pessoa. -----

- Escolas com paragem dentro do recinto: Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas; E.B. 2/3 António Alves Amorim.-----

b) Relativamente ao estado da cobertura: -----

- Paragens em bom estado: E.B. 2/3 Milheirós de Poiares; E.B. 2/3 Fernando Pessoa. -----

- Paragens em mau estado: AE Coelho e Castro; Escola Básica da Corga de Lobão; E.B. 2/3 Argoncilhe; E.B. 2/3 Ferreira Almeida; E.B. 2/3 Canedo. -----

- Cobertura de paragens localizadas dentro do recinto: Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas; E.B. 2/3 António Alves Amorim. -----

c) Relativamente aos assentos: -----

- Inexistente: Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas; E.B. 2/3 António Alves Amorim; E.B. 2/3 Paços de Brandão; E.B. 2/3 Argoncilhe. -----

- Em bom estado: E.B. 2/3 Ferreira Almeida; E.B. 2/3 Canedo; Escola Básica da Corga de Lobão; E.B. 2/3 Milheirós de Poiares; E.B. 2/3 Fernando Pessoa. -----

- Em mau estado: AE Coelho e Castro. -----

d) Ao nível dos revestimentos: -----

- Em bom estado: E.B. 2/3 Milheirós de Poiares; E.B. 2/3 Fernando Pessoa; AE Coelho e Castro; Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas; E.B. 2/3 António Alves Amorim. -----

- Inexistente: E.B. 2/3 Ferreira Almeida; E.B. 2/3 Canedo; Escola Básica da Corga de Lobão; E.B. 2/3 Paços de Brandão; E.B. 2/3 Argoncilhe. -----

Neste estudo, a escola E.B. 2/3 Paços de Brandão não está contemplada dentro de alguns parâmetros mencionados, pelo facto de não existir um local, nem dentro nem fora do recinto



Handwritten signature

escolar, onde os alunos possam aguardar pelo autocarro.-----

No documento apresentado pela equipa Jovem Autarca, é proposta a implementação de “mupis” publicitários em todas as paragens escolares, com informações de projetos e atividades juvenis, o que certamente seria benéfico para a comunidade escolar.-----

Nestes 3 anos últimos anos de mandato Jovem Autarca, inclusive na campanha dos candidatos ao cargo Jovem Autarca 2017/2018, o tema das paragens de autocarro tem sido bastante debatido. Porém, a resposta que é dada por parte da Câmara Municipal é que as paragens estão sobre o encargo da CEMUSA, revelando pouca preocupação relativamente a este assunto, falhando, deste modo, aos jovens do concelho.-----

Sendo o transporte coletivo, especificamente o autocarro, um meio de transporte utilizado por um grande número de alunos nas suas deslocações, deverão ser garantidas todas as condições para a utilização do referido transporte. Importa não esquecer que o transporte em questão e respetivas paragens, não é apenas utilizado pela comunidade escolar, mas também pela população feirense em geral, reforçando a importância da aposta na melhoria das suas condições.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 22 de dezembro de 2017, recomenda:-----

1. A reestruturação da rede de paragens de autocarro;-----
2. A construção de paragens físicas nos locais de recolha de passageiros;-----
3. A criação de novas paragens junto à Escola Secundária de Santa Maria da Feira, nos locais onde existe a recolha de passageiros;-----
4. A melhoria das condições das paragens existentes;-----
5. A implementação de “mupis” nas paragens existentes, com função informativa junto da comunidade estudantil.”-----

-----  
*“Recomendação – Pelo rigor e transparência nos apoios públicos concedidos às Instituições Particulares de Solidariedade Social”-----*

O Estado transfere anualmente muitas centenas de milhões de euros de dinheiro dos contribuintes para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Em 2018, esse valor chegará aos 2 mil milhões de euros. A este financiamento direto acrescem outras formas de apoio público, como a isenção de vários impostos ou apoios vários concedidos pelas



autarquias.-----  
Por isso, estas instituições devem estar sujeitas a um escrutínio redobrado e o poder público pode e deve exigir-lhes mais rigor e transparência. Porque é de dinheiro público que estamos a falar.-----

Lamentavelmente, têm-se sucedido notícias de processos abertos pelo Ministério Público, onde surgem acusações que vão da fraude ao branqueamento, colocando em causa a seriedade e o rigor com que algumas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) gerem o dinheiro que recebem de donativos, mas, particularmente, de financiamento público.-----

No concelho de Santa Maria da Feira existem 53 IPSS em funcionamento, para as quais os apoios da Câmara Municipal são fundamentais.-----

Como tal, consideramos que as instituições públicas, como as autarquias e empresas municipais, devem prestar apoios a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) exclusivamente quando estas cumpram com os critérios de transparência que permitam o escrutínio público.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 22 de dezembro de 2017, recomenda:-----

1. Que os apoios concedidos, por parte da autarquia e empresas municipais, a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), sejam atribuídos exclusivamente quando estas cumpram com os critérios de transparência, ficando as mesmas obrigadas à publicação dos apoios e valores recebidos, ao abrigo de que programas e para o desenvolvimento de que respostas sociais, evidências que demonstrem a execução e prossecução dessas respostas sociais, plano de atividades e orçamento, balancetes e relatório de execução anual, publicação dos órgãos sociais e suas remunerações e rendimentos, publicação das atas das reuniões da direção.-----
2. Que a Câmara Municipal envie à Assembleia Municipal, até ao final do primeiro trimestre do ano, listagem com todas as IPSS apoiadas no ano anterior, discriminando a forma de apoio e montantes envolvidos, assim como o programa ou objeto desse apoio.”-----

-----  
*“Moção – Pelo levantamento das barreiras arquitetónicas existentes no concelho e execução de um plano para a sua eliminação-----*

A mobilidade constitui um direito básico e fundamental, devendo ser promovidas e adotadas



medidas que assegurem a inclusão de todas e todos os cidadãos, particularmente as pessoas com mobilidade condicionada. Enquanto as cidades, vilas e aldeias impedirem a mobilidade destes cidadãos e cidadãs, não é possível afirmar que existem direitos de cidadania para todos. O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, que define o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, estipulou um prazo de dez anos para a adaptação dos mesmos, prazo esse que terminou no dia 8 de fevereiro de 2017. Importa, portanto, conhecer o que foi feito pela Câmara Municipal para cumprir o disposto na legislação. -----

Recorde-se que não é a primeira vez que existe um prazo estipulado para adaptação de espaços que não é cumprido: de facto, o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de maio, definiu o prazo de setembro de 2004, mas este acabou por não se cumprir, tendo o decreto em causa sido revogado com a publicação do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, que estabeleceu novo limite. -----

O decreto-lei em questão, prevê, no artigo 6.º, que as Câmaras Municipais devem, obrigatoriamente, comunicar às entidades administrativas competentes as situações de incumprimento das normas técnicas previstas no mesmo documento. Prevê ainda, no artigo 22.º, medidas para a avaliação e acompanhamento. Assim, incumbe à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais acompanhar a aplicação do disposto na legislação e proceder “periodicamente, à avaliação global do grau de acessibilidade” das instalações e respetivos espaços circundantes da administração pública central, regional e local, bem como dos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos. -----

Por outro lado, as Câmaras Municipais e a Inspeção-Geral da Administração do Território devem enviar “à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, até ao dia 30 de março de cada ano, um relatório da situação existente tendo por base os elementos recolhidos nas respetivas ações de fiscalização”. Note-se que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi, entretanto, extinta, tendo as suas funções sido assumidas pelo IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. -----

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira dois requerimentos, questionando acerca do ponto de situação do cumprimento da legislação sobre acessibilidades, o primeiro a 28 de dezembro de 2016 e o segundo a 23 de



maio de 2017.-----

Não tendo o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda obtido resposta a nenhum dos requerimentos, o grupo municipal do Bloco de Esquerda apresenta uma moção, que tem como principal objetivo garantir que o município cumpre com as suas competências de fiscalização e comunicação da situação existente no concelho relativamente às acessibilidades. -----

Recomenda ainda que, partir do relatório realizado, a Câmara Municipal desenvolva um plano de eliminação das barreiras arquitetónicas existentes no concelho, garantindo, deste modo, a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada aos espaços e edifícios de uso público. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 22 de dezembro de 2017, delibera:-----

1. Exigir que a Câmara Municipal cumpra com as suas competências de fiscalização, realizando o levantamento do nível de acessibilidades existente no concelho, designadamente nos estabelecimentos públicos, via pública e estabelecimentos privados com acesso ao público. -----
2. Exigir que a Câmara Municipal envie às entidades competentes um relatório anual do nível de acessibilidades do concelho, tendo por base os elementos recolhidos nas respetivas ações de fiscalização, tal como previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.
3. Recomendar ainda que, partir do relatório realizado, a Câmara Municipal desenvolva um plano de eliminação das barreiras arquitetónicas existentes no concelho.” -----

-----  
*“Moção – Pela classificação da ação da DZG Canedo – Ajuda Animal Sem Fronteiras como atividade de interesse público-----*

A DZG Canedo – Ajuda Animal Sem Fronteiras é uma organização sem fins lucrativos, que desenvolve, de forma voluntária, um trabalho em prol do bem-estar animal, através da recolha, vacinação, esterilização, prestação de cuidados e disponibilização para adoção. -----

A organização pretende contribuir para uma política municipal e pública de promoção do bem-estar animal, promovendo a recolha, a adoção e a esterilização de animais errantes. Para tal pretende construir um abrigo para os animais que estão ao seu cuidado, localizado na Rua do Inha, em Canedo, tendo já iniciado algumas das obras necessárias. -----

A organização está centrada não apenas nos cuidados prestados aos animais acolhidos no





abrigo, mas também em ações que visam resolver o problema da sobrepopulação de animais, nomeadamente os animais errantes, através da sua reinserção em famílias e da esterilização massiva, quer de cães, quer de gatos. Este trabalho no terreno é evidente, quer pela redução das ninhadas nascidas, quer pela recuperação de animais para a adoção. -----

Em paralelo com o trabalho desenvolvido com os animais acolhidos no abrigo e animais errantes, a organização pretende desenvolver ações de sensibilização para o bem-estar animal e educação ambiental, tendo já em marcha um plano de trabalho com as escolas. Neste sentido, a área protegida na qual está inserido o abrigo, constitui um lugar apropriado para o desenvolvimento destas ações de sensibilização, particularmente junto das crianças.-----

Os dirigentes do Bloco de Esquerda estiveram presentes no abrigo do Inha, no passado dia 18 de novembro, juntamente com os representantes e voluntários da DZG Canedo. Durante a visita foi dada a conhecer a situação e toda a documentação relativa ao processo de licenciamento e regularização do abrigo do Inha com que a associação tem vindo a ser confrontada, desde 2016. Foi possível perceber que a associação tem vindo a ser abordada diversas vezes pelas autoridades, sob diversos propósitos: preservação da área protegida, requisitos exigidos para a construção de um canil e condições dos animais.-----

A DZG Canedo afirma que está a tentar encontrar uma via comum a associações, autarquia e autoridades, de modo a levar a cabo o seu propósito: proteger os animais, encontrar famílias adotantes responsáveis, esterilização dos animais errantes e provenientes de famílias com poucos recursos financeiros e ainda a sensibilização para o bem-estar dos animais, como seres sencientes, junto das escolas. Este trabalho só é possível com a cooperação de todas as entidades, particularmente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.-----

O que a DZG Canedo tem vindo a solicitar ao longo deste processo é a licença temporária de utilização do espaço do abrigo do Inha, durante 10 anos, por se considerar que é tempo estimado como sendo o necessário para a consecução do objetivo de erradicar o abandono de animais no país, segundo a Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto e tendo em conta que não prejudica o meio ambiente. -----

Foram realizadas, por parte da organização, diversas reuniões com o vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes do município de Santa Maria da Feira, com o Presidente da Junta de Freguesia de Canedo e ainda com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), de modo a obter aconselhamento relativo ao



licenciamento do abrigo, uma vez que, segundo o Plano Diretor Municipal (PDM), ele se encontra inserido em Estrutura Ecológica Municipal, integrada na Reserva Ecológica Nacional (REN) e na Zona Terrestre de Proteção do Plano do Ordenamento da Albufeira Crestuma-Lever.-----

Segundo o artigo 21.º do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, está previsto que em áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN), podem ser realizadas ações de relevante interesse público. Deste modo, a via para o licenciamento do abrigo da Inha passa pela classificação da ação da DZG Canedo como atividade de interesse público, pelo seu trabalho na proteção animal e serviço em benefício da comunidade.-----

Consideramos que este caso é efetivamente de interesse público porque permite aumentar a capacidade de recolha de animais abandonados instalada no município e promove, para além disso, uma política de esterilização e promoção do bem-estar animal. O município de Santa Maria da Feira, porque deve estar interessado e envolvido neste tipo de políticas públicas, deve encontrar a forma de possibilitar esta resposta.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 22 de dezembro de 2017, delibera:-----

1. Reconhecer a ação da organização sem fins lucrativos DZG Canedo – Ajuda Animal Sem Fronteiras como atividade de interesse público.-----
2. Recomendar à Câmara Municipal que auxilie a DZG Canedo na obtenção da licença temporária, pelo prazo de 10 anos, para utilização do abrigo situado na Rua do Inha, 4525-045 – Canedo.”-----

-----  
Interveio o membro *Manuel Almeida* (PS) que apresentou um voto de louvor e uma recomendação, cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“*Voto de Louvor*-----

A quadra Natalícia em que se nos encontramos em regra sublima os melhores sentimentos em todos os que ainda têm o privilégio de a vivenciar e celebrar, sobretudo quando o fazem no seio e na presença da sua família alargada e amigos, como ainda é o registo mais frequente, felizmente, nas vilas e cidades deste concelho.-----

Porém, nos últimos anos, o nosso concelho, como o País, face à forte crise económica, com o desemprego a atingir níveis elevados, viu muitas das suas famílias forçadas a separação dos



seus membros, debandando muitos destes na procura de melhores condições de vida, irrompendo e emergindo uma nova e intensa vaga de emigração que, até então, estava praticamente esvanecida.-----

E se é certo que a travessia dos Pirenéus e dos Alpes, forma simbólica de tal afastamento gerado, entre outras formas geográficas de distanciamento a que a emigração obriga, não tem o cariz de outros tempos, graças, entre o mais, às viagens low cost e à proximidade virtual que a internet e suas ferramentas trouxeram, não é menos verdade que a separação física, a retirada do espaço familiar e social de sempre, típicos da emigração, não deixaram de ser dolorosos, particularmente sentidos e até amputantes. -----

Porém, com o esforço ampliado dessa nova vaga de emigrantes, deixando os seus familiares (às vezes os próprios filhos e mulher) e amigos, indo à procura de uma oportunidade nem sempre fácil de encontrar – sobretudo numa Europa também ela devassada pela crise –, para refazer a sua vida, e também com o esforço daqueles que, cá ficando, foram resistindo aos efeitos da propalada e real crise, ou seja, graças a uns e outros, estará hoje o País e o concelho a regressar a uma normalidade económica e a números de desemprego que, a nível nacional, se cifram já abaixo de um dígito, sendo que, em setembro do corrente ano, foi estimado o mesmo pelo INE em 8,8%. -----

Há que realçar, todavia, o contributo especial e fundamental dos emigrantes deste concelho nesse virar de página, já que, com a sua vontade de lutar por uma vida melhor, para si e para os seus, contribuíram em plena crise para que o País não atingisse taxas de desemprego ainda mais negras, por um lado, e, por outro, com as suas remessas, colaboraram de forma importante para que a crise em Portugal, no seu concelho de origem e nas suas famílias fosse atenuada ou menos sentida.-----

Agora que o pior parece já ter passado, é altura de lhes criar condições de regresso, de acarinhar esse desígnio que a maioria certamente não deixou de ter e, também, porque não, nesta quadra em que muitos deles se encontram entre nós para celebrar com as suas famílias as festividades já muito próximas, para lhes agradecer o seu contributo para que mais uma fase atribulada da nossa vida coletiva, fosse ultrapassada.-----

Propõe, por isso, o GM/PS à Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de louvor a todos os emigrantes deste concelho que, com o seu esforço físico, social e afetivo, se entregaram a um desafio distante, não raro de contornos desconhecidos e nem sempre fácil,



para obter uma vida melhor, contribuindo também, e dessa forma, para a riqueza local e Nacional, auspiciando-se que o País e a sua terra, em breve, os possam acolher definitivamente da forma sonhada e que merecem. -----

Mais se propõe que tal louvor, se aprovado, seja divulgado em locais de estilo e particularmente nos meios de comunicação social tidos como devidos ou adequados, e, desde logo, os jornais regionais.”-----

*“Recomendação – Segurança nas obras públicas municipais -----*

Ainda em choque o País com as calamidades públicas ocorridas no ano que finda – especialmente com os incêndios de Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra, mas também com a tragédia insular decorrente da queda de árvores na Madeira –, e crê-se que não foi sobejamente colhida e interiorizada a lição a tirar. Pelo menos por todos, e em particular por aqueles que têm maior responsabilidade em prover à segurança pública, evitando a criação de riscos ou eliminando a sua aparição. -----

Tal aprendizagem – infelizmente por via traumática, com a vitimização irreversível de muitas Portuguesas e Portugueses –, não pode revelar-se ou deixar-nos confortados com o simples anúncio público de medidas milionárias para, finalmente, discutir e ordenar a floresta (abundando no Diário da República dos últimos meses tais medidas) ou prover à segurança dos espaços públicos (onde não se coteja sequer idêntico afã). -----

Antes, essa mesma aprendizagem devia e deve revelar-se, para que se registre uma verdadeira e efetiva mudança, no pequeno gesto, na simples atitude, no singelo ato público praticado na proximidade de cada um de nós, do qual se evidencie uma real preocupação com a segurança de pessoas e bens, em que seja notória uma verdadeira mudança de mentalidades, *maxime*, e mais uma vez, por parte de quem tem o dever de velar pelo progresso local – é certo –, mas também, e antes de mais, pela segurança e bem-estar dos cidadãos e, no que aqui mais nos interessa, pela segurança e bem-estar de todos os cidadãos deste concelho. -----

Serve o que antecede para lamentar que se venha assistindo, aqui ou ali, à realização de obras públicas no Município que parecem revelar que (ainda) não foi efetivamente retirada qualquer ilação dos eventos infortunisticos atrás mencionados de dimensão Nacional, dado que as mesmas patenteiam uma manifesta imponderação ou insensibilidade para com os perigos decorrentes da falta de implementação de medidas de segurança, tal sendo visível,



designadamente, na pavimentação e requalificação de estradas, mas também na valorização que se aplaude de espaços públicos que, no entanto, não pode ocorrer a qualquer preço e sem o devido cuidado. -----

Foi visível tal potenciação dos riscos na fase final do mandato anterior da Digníssima Câmara mercê da intensificação das obras, sobretudo nas estradas (sem o encerramento impopular das vias intervencionadas), mas continua a descortinar-se atualmente na consolidação da dita rede viária intervencionada, sendo o exemplo mais gritante e grosseiro o que adveio de uma demolição de um armazém em Paços de Brandão e da subsequente e recente (10/12/2017) queda de um muro subsistente (durante meses) de tal estrutura sobre a via pública, o qual só não teve consequências para a saúde humana por mero acaso. -----

Julga-se consensual entender que não é curial exigir medidas de segurança rígidas e estribadas em planos (de segurança) elaborados (ainda que não raramente meros decalques formais) nas obras particulares sem que as entidades públicas e autárquicas não sejam elas próprias exemplares em tal matéria e os principais paladinos de comportamentos que promovam as boas práticas em matéria de segurança. -----

Desconhece-se se foi realizado ou se está em curso qualquer inquérito à situação só a título de exemplo atrás referida. Se não está, deveria estar, tanto mais que o assunto foi participado à GNR e à autoridade municipal de proteção civil. -----

Assim, face à possibilidade de que se mantenha a dificuldade na contenção e combate aos riscos na realização das obras públicas municipais – e dado que o Município está certamente dotado de quadros técnicos sobejos e preparados para a avaliação e prevenção de tais riscos – sejam os das obras realizadas diretamente (pela CM ou pelas várias JF), sejam daquelas levadas a efeito ao abrigo de contratação, recomenda o GM/PS à Câmara Municipal:

- Proceda à criação no pelouro competente de uma unidade técnica permanente de diagnóstico e fiscalização dos riscos das obras públicas Municipais; -----
- Que a tal unidade sejam prévia e obrigatoriamente (também) participadas, ainda que mediante formulário simplificado, as obras que impliquem (re)pavimentações, abertura de valas, alargamento de vias, construção de taludes, demolições e outras cuja perigosidade seja regulamentada e prevista em tal formulário; -----
- Finalmente, que a sempre referida estrutura fiscalize previamente e acompanhe as condições de segurança para a realização da obra, os meios empregues, os momentos mais críticos da



*[Handwritten signature]*

sua execução e as condições posteriores à sua realização, bem como, sem prejuízo de outros envolvimentos e consequências legais, procedendo autonomamente à abertura de inquéritos em caso de anomalias registadas, ainda que meros incidentes, seja para apuramento de eventuais responsabilidades, seja para prevenção de eventos futuros.” -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que apresentou um voto de pesar e de total solidariedade, um voto de reconhecimento por serviços prestados, uma recomendação e uma moção, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“*Voto de pesar e de total solidariedade* -----

1. No passado dia 15 de outubro, Portugal voltou a ser assolado pela catástrofe dos incêndios, com prejuízos ambientais inestimáveis, de bens e de vidas humanas. Facto que deve levar toda a sociedade a exigir uma legislação mais adequada à realidade e exigências do meio com o reforço da fiscalização e de meios operacionais para a prevenção e combate aos fogos florestais. -----

2. A desertificação económica e humana de vastos territórios, pela liquidação de milhares de explorações agroflorestais; a falta de rentabilidade económica e a desenfreada expansão do eucalipto; o desordenamento florestal e a falta de cumprimento mínimo da Lei de Bases da Política Florestal, da Estratégia Nacional das Florestas e do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios – ao nível do cadastro, do número de equipas de sapadores, da liquidação dos guardas florestais, dos PROF, das redes de gestão de combustível e outras infraestruturas; as deficiências e carências do dispositivo de combate aos fogos; tudo isso e muito mais, não caiu do céu ou são fruto do acaso. Antes são a pesada fatura dessas políticas agroflorestais, do encerramento e degradação de serviços públicos, entre os quais os do Ministério da Agricultura virados para a floresta; dos monopólios da madeira; das políticas de restrições orçamentais sujeitas ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e à União Europeia! ---

3. As condições climáticas deste Verão foram únicas e terão estado na origem imediata da situação dramática que o país vive, mas é necessário sublinhar que as condições da Floresta Portuguesa, em que avulta a ausência de ordenamento agravada pela quase total ausência de prevenção estrutural, são o caldo de cultura que favorecem tais acontecimentos. -----

4. A avaliação da situação e a identificação das medidas a tomar, quanto à situação da floresta portuguesa, ao estado da prevenção estrutural, das medidas de deteção e às deficiências na



operação de combate estão feitas há muito, designadamente nos relatórios da Assembleia da República elaborados na sequência das vagas de incêndios de 2003, 2005, 2009 e 2013, diagnósticos e terapêuticos reafirmados, no essencial no Relatório da Comissão Técnica Independente, recentemente tornado público. -----

5. A Assembleia da República aprovou uma Lei que estabelece “um conjunto de medidas urgentes de apoio às vítimas, dos incêndios florestais de Pedrógão Grande e de reforço da prevenção e combate aos incêndios”, mas a descoordenação no terreno pode deixar muitos atingidos sem apoios, também pela falta de meios para as implementar.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 22 de dezembro de 2017, decide: -----

1. Manifestar a todas as populações atingidas e, em particular às vítimas e seus familiares, o seu pesar e a sua mais profunda solidariedade. -----

2. Afirmar que este é ainda o tempo de cuidar das vítimas, em particular assegurando habitação a quem perdeu a sua, de reestabelecer comunicações, de recuperar potencial económico perdido, de repor infraestruturas destruídas ou desativadas e equipamentos públicos atingidos em consequência dos incêndios. -----

3. Manifestar a sua preocupação pela confusão instalada no terreno quanto à informação sobre os apoios existentes para as vítimas, a descoordenação das entidades na sua atribuição e a ausência de meios da população, particularmente os mais idosos para lhe aceder e instar o Governo a uniformizar os apoios nas várias regiões atingidas. -----

4. Reclamar do Governo os apoios necessários para os Bombeiros Voluntários fazerem face às múltiplas responsabilidades que lhes estão cometidas no combate aos incêndios.-----

5. Sublinhar a importância de uma outra política florestal que assegure um ordenamento que ponha fim às manchas contínuas de monocultura e garanta o rendimento necessário aos produtores que permitam a gestão ativa da floresta. -----

6. Manifestar a sua preocupação por quaisquer medidas de transferência de competências para as autarquias locais de responsabilidades na gestão da floresta que, pela sua dimensão e importância só competem à Administração Central.-----

7. Exigir a manutenção da gestão pública das matas nacionais, com mais meios financeiros, logísticos e humanos atribuídos a essa função. -----

8. Afirmar que as respostas que a floresta portuguesa e as vulnerabilidades estruturais nos



planos de ordenamento, energéticos e de infraestruturas, entre outras, para onde o país foi empurrado, exigem, não se coadunam com as limitações e constrangimentos impostos à vida nacional nos últimos anos, antes exigem a rutura com o rumo de obsessão pelo défice e uma outra política que assuma a defesa da produção nacional como uma prioridade e a floresta como um setor estratégico.” -----  
-----

*“Reconhecimento por serviços prestados”-----*

No verão passado, os fogos florestais voltaram a assolar o país, desta vez com dimensões catastróficas, com resultados devastadores. -----

Nestas circunstâncias, coube aos Bombeiros enfrentar e solucionar o flagelo numa entrega sem limites, tendo em várias situações ultrapassado o que é humanamente possível, não sendo os Bombeiros do Município de Santa Maria da Feira exceção. -----

Assim, não obstante, do reconhecimento a todos os Bombeiros de diferentes áreas geográficas que combateram os diversos fogos ocorridos por todo o país, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 22 de dezembro de 2017, exprime uma saudação e o reconhecimento por serviços prestados a todos os Bombeiros do Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Se aprovado deverá ser endereçado: -----

• às corporações de Bombeiros do município; -----

• Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários; -----

• Liga dos Bombeiros Portugueses; -----

• Órgãos de comunicação social.” -----  
-----

*“Recomendação – Castro de Romariz”-----*

O Município de Santa Maria da Feira é especialmente rico em património histórico-cultural, com um vasto património físico que abrange várias épocas do desenvolvimento humano do território que hoje é Portugal. -----

De entre este património, contabiliza-se a existência de dois castros conhecidos. Sendo que de um, devido ao crescimento urbano descontrolado, apenas se pode recuperar um terço da sua área – em Fiães. Por outro lado, o Castro de Romariz dada a sua localização fora da malha atualmente urbanizada foi possível uma maior preservação. -----  
-----





Todavia, numa visita ao local é possível constatar a degradação e vandalização do gradeamento envolvente, a falta de sinalização para o local e a falta de informação no local sobre o referido património. -----

Sendo este um espaço por excelência para a interpretação do modo de vida de outras culturas que habitaram a nossa região, é também um espaço, por excelência, para a promoção de uma cultura cidadã, de respeito pelo património, pela história e cultura. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 22 de dezembro de 2017 recomenda à Câmara Municipal que: -----

1. Proceda à colocação de informação nas vias rodoviárias com vista à fácil aproximação ao local de todos os interessados; -----
2. Coloque informação científica no local para que todos os visitantes se possam inteirar do que aquela infraestrutura representa; -----
3. Promova junto das escolas do município o interesse pelo património local, nomeadamente com visitas de estudo; -----
4. Que afete um funcionário para que, numa fase inicial mediante prévia marcação, possa prestar informações mais detalhadas sobre o Castro no local; -----
5. Apoie todas as iniciativas que visem a promoção do património castrense no município.” -----

-----  
*“Moção – Linha do Vale do Vouga*-----

1. Depois de anos de intensa luta das populações e inúmeros debates na Assembleia da República, foi finalmente aprovado durante o mês de setembro um projeto de resolução que consagra a defesa, reabilitação e modernização da Linha do Vale do Vouga!-----
2. Dadas as características da linha, de cruzar uma vasta área urbana do Distrito de Aveiro (especialmente no município de Santa Maria da Feira), de ser uma alternativa à sobrelotada EN1, uma alternativa a transportes que recorrem a combustíveis fósseis, sublinha-se a necessidade que a Linha do Vale do Vouga seja reabilitada como um todo, ou seja, de Aveiro a Espinho (com interface com a Linha do Norte) e com nó em Sernada para garantir a ligação a Viseu. -----
3. Reconhecendo a importância desta infraestrutura centenária para o desenvolvimento da região, especialmente do município de Santa Maria da Feira.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 22 de dezembro de 2017

---



delibera: -----

1. Que devem ser analisadas as necessidades das populações com vista a desenvolver um serviço público de transporte ferroviário que satisfaça as suas necessidades; -----
2. Que o investimento público para a reabilitação da Linha do Vale do Vouga deve ser uma prioridade.”-----

-----  
Interveio o membro *José Leão* (PSD) que, começando por aludir aos documentos apresentados pelo BE, referiu, em relação à moção sobre a DZG Canedo – Ajuda Animal Sem Fronteiras, que aquela organização já esteve localizada em Louredo e que teve antecedentes graves, que motivaram queixas sobre maus tratos a animais e que levaram, inclusive, à intervenção do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA). Realçou que aquela organização não tem as condições mínimas, pelo que o grupo municipal do PSD iria votar contra essa moção. -----

Sobre a moção pelo levantamento das barreiras arquitetónicas no Concelho salientou que a Câmara já está a fazer esse trabalho, acrescentando que por muito que a mesma faça durante o presente mandato e porque se tratar de uma tarefa gigantesca, tem a certeza que a Câmara não conseguirá fazer tudo em 4 anos. Reforçou que, apesar do muito trabalho que a Câmara tem feito nessa matéria, existe a consciência de que o trabalho a realizar é gigantesco e que ainda há muito por fazer, fazendo sobressair que a Câmara tem uma verba substancial para o efeito, no Orçamento para 2018, pelo que vai continuar a fazer essa tarefa. Fez notar que, por isso, o grupo municipal do PSD iria votar contra essa moção porque entende que não faz qualquer sentido aprová-la. -----

Quanto à recomendação no âmbito dos apoios concedidos às IPSS, realçou que aquilo que o BE propõe e que compete à Câmara, já está a ser feito, comentando que tudo o resto é da competência do governo. Frisou que o BE faz parte da geringonça pelo que se deve entender com o governo, reforçando que não compete à Câmara fazer mais nada do que aquilo que tem feito. Sublinhou ser interesse da Câmara, e do PSD, que as IPSS do Concelho continuem a executar o belíssimo trabalho que têm executado e continuem a ser um grande suporte na área social do Concelho. -----

Em relação à recomendação por uma melhoria das paragens de autocarro do Concelho, informou que o grupo municipal do PSD votaria favoravelmente por considerar a

---



recomendação correta e oportuna. -----

Sobre a recomendação para que a Câmara e a Feira Viva pratiquem uma política salarial digna e justa, fez notar que o grupo municipal do PSD a iria votar contra porque aquilo que o BE diz são puras mentiras. -----

Passando a aludir aos documentos apresentados pela CDU referiu, no respeitante ao reconhecimento aos bombeiros pelos serviços prestados, que o grupo municipal do PSD naturalmente votaria favoravelmente, embora tendo de realçar a brandura que a CDU tem tido sobre a questão da incompetência e das culpas do governo nesta matéria. Lamentou que a assertividade que a CDU tem no concelho de Santa Maria da Feira não seja a mesma que tem a nível nacional, para com as responsabilidades que o governo tem e que não cumpre. -----

Sobre o voto de pesar e de total solidariedade disse que o grupo municipal do PSD votaria a favor, e que, sobre tal matéria, repetia o lamento da brandura com que a CDU trata o governo e encara o incumprimento deste para com as tarefas que são da sua responsabilidade. Frisou que o PSD não deixava passar isso em claro mas que não ia misturar as coisas, pelo que votava favoravelmente o reconhecimento aos bombeiros pelos serviços por estes prestados. ---

Quanto à moção sobre a Linha do Vale do Vouga realçou que a Câmara, desde longa data, é a favor da recuperação dessa Linha, dando nota do voto favorável do grupo municipal do PSD a essa moção. -----

Relativamente à recomendação respeitante ao Castro de Romariz realçou o muito investimento que tem sido feito no mesmo, lembrando que tem havido visitas guiadas a esse Castro. Disse que o grupo municipal do PSD votaria a favor porque entende nunca ser demais intensificar a defesa do património, nomeadamente o Castro de Romariz. -----

Aludiu, de seguida, aos documentos apresentados pelo PS, referindo, sobre a recomendação relacionada com a segurança nas obras públicas municipais, que a mesma traduz um branqueamento da incompetência pela morte de mais de 100 pessoas, dizendo ser quase um atestar aquilo que foi dito pelo Primeiro-Ministro António Costa, de que 2017 foi um ano saboroso. Referiu que o PS de Santa Maria da Feira não faz a mínima ideia do trabalho que o Município tem feito nesta área, com técnicos, com fiscalização, com planos, comentando que aquilo que o PS propõe é muito menos do que aquilo que o Município está a fazer. -----

Em relação ao voto de louvor aos emigrantes disse que o grupo municipal do PSD, embora reconhecendo que o valor dos emigrantes, tanto no território de Santa Maria da Feira como a



nível nacional, é enorme, não pode aprovar um documento que, ao fim ao cabo, vem branquear aquilo que é demais importante, ou seja, a razão pela qual o País chegou, em 2011, à penúria. Disse que o governo de José Sócrates foi a desgraça de Portugal, levando o País quase à bancarrota, estranhando que, depois, se venha criticar os anos do governo de Paços Coelho quando este andou a remendar os grandes buracos que foram abertos no governo de José Sócrates. Concluindo disse ser essa a razão que leva o grupo municipal do PSD a votar contra esse voto de louvor.-----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que disse querer responder à acusação de que mentiu, fazendo sobressair que o BE não trouxe nenhuma mentira a este debate, e que a recomendação que apresentou para que não se pratiquem, no Concelho, salários abaixo da média, nomeadamente salários promovidos por entidades como a Câmara Municipal ou a empresa municipal Feira Viva, é baseado num anúncio que estava publicitado no site da Feira Viva que dizia, muito claramente, que estava a recrutar pessoas pagando-lhes 2,5 euros à hora. Frisou que, fazendo-se as contas, tal traduz um salário mensal, a tempo inteiro, de 440 €, portanto, bastante abaixo do salário mínimo nacional. -----

Referiu que o facto do membro José Leão não ter acedido a essa informação, o facto de não querer saber dessa informação e o facto de concordar com tal prática, não faz da recomendação apresentada pelo BE uma mentira, mas sim que ela seja ainda mais necessária porque infelizmente se ouviu, nesta Assembleia Municipal, pessoas a corroborar e a subscrever tais práticas de exploração abjeta das pessoas. -----

-----  
Interveio o membro *Manuel Almeida* (PS) que disse querer expressar não um sentimento de revolta, mas de algum cansaço perante aquilo que o membro José Leão disse em relação à recomendação e ao voto de louvor que apresentou, em representação do grupo municipal do PS. -----

Realçou que o membro José Leão é, obviamente, livre de votar contra ou a favor e de estimular os seus colegas de bancada a fazer o mesmo, mas que lhe ficou a ideia de que o membro José Leão não leu os mesmos textos do que aqueles que foram distribuídos aos membros da Assembleia, pois de outro modo não entende como é que é possível o mesmo extrapolar para questões nacionais aquilo que é dito no voto de louvor. -----



114  
Jey

Sublinhou que vem para esta Assembleia Municipal discutir o município de Santa Maria da Feira, e não o País, reafirmando não conseguir entender como é que se consegue extrapolar para questões nacionais uma coisa que só tem a ver com aqueles que são os emigrantes do Concelho, comentando que se o membro José Leão tivesse passado a salto a fronteira de Portugal para Espanha, como ele, Manuel Almeida, passou quando tinha 6 ou 7 anos, talvez percebesse melhor o que está em causa. -----

Concluindo disse que ia aproveitar para, ao voltar para o seu lugar na bancada, entregar ao membro José Leão uma cópia daquilo que o espicaçou e o levou a apresentar a recomendação no âmbito da segurança nas obras públicas municipais.-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por relembrar que, no passado dia 15 do corrente mês de dezembro, o PCP tornou pública a sua posição de desagrado pela não atribuição dos dinheiros devidos às populações por causa das perdas que tiveram nos incêndios, e que tem estado sempre na linha da frente nas exigências dos direitos das populações, não se tendo inibido de atribuir culpas a quem devia atribuir. Disse ser verdade que houve muita incompetência, no ano de 2017, relativamente aos fogos florestais, mas que a causa em si, dos fogos florestais, não foi causada só pelo atual governo, mas também por um desgoverno no âmbito das florestas que se arrasta há demasiado tempo.-----

Em relação aos documentos apresentados pelo BE disse querer referir, quando à moção sobre a organização DZG Canedo, que a CDU a iria votar favoravelmente, e que deixava o repto à Câmara Municipal para que tenha uma postura diferente e mais atenção para com, principalmente, os animais abandonados. Salientou ser do conhecimento público que o canil intermunicipal está sobrelotado, que não tem capacidade para receber mais animais, acrescido de que o canil municipal é muito pequeno, sendo um canil quase de passagem dos animais que, depois, vão para o canil intermunicipal. Salientou que, perante essa situação, os próprios técnicos da Câmara não conseguem acudir às populações quando alertados para cães e gatos abandonados na rua, porque não têm onde colocar os animais, realçando que é preciso pensar uma forma intermunicipal, dando-se mais cuidado às questões dos animais abandonados e do local onde os abrigar. -----

Em relação à recomendação pela melhoria das paragens de autocarro disse que essa é, também, uma exigência dos jovens, fazendo notar que a CDU concorda com ela e vota-a



favoravelmente. -----

No respeitante à recomendação sobre as IPSS referiu que o PCP sempre defendeu que o chamado terceiro setor deve ser totalmente da responsabilidade do Estado, e não de privados, mas que entende também que, face às atuais circunstâncias, as IPSS são fundamentais para o bom funcionamento da sociedade, pelo que iria votar a favor porque considera que a recomendação contribuirá para uma maior transparência. -----

Fez notar que os documentos apresentados pelo PS merecem, da parte da CDU, igual sentido de voto, salientando, quanto ao voto de louvor aos emigrantes, que os emigrantes muito têm contribuído para o desenvolvimento tecnológico do País, trazendo, ao longo dos séculos, novas tecnologias e novos conhecimentos, e que sempre contribuíram para o sarar das contas de Portugal. -----

Concluindo disse querer relembrar que muitos dos que hoje são emigrantes são-no por força das circunstâncias do desenvolvimento económico do País, que não soube dar resposta e criar postos de trabalho para essas pessoas. -----

-----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que disse querer aludir concretamente à recomendação sobre o Castro de Romariz. Disse ser preciso que a Câmara tenha consciência de que esse é um dos melhores monumentos nacionais que Santa Maria da Feira tem no seu território, depois do Castelo. -----

Realçou que o Castro de Romariz está quase completamente ao abandono, dando nota que no passado sábado tentou visitar aquele Castro mas que tal não foi possível, comentando ser possível marcar visitas guiadas durante a semana mas que, ao fim de semana, se algum turista quiser chegar ao Castro de Romariz, só furando a rede consegue entrar dentro dele. Referiu que tal situação provoca vandalismo, provoca pessoas dentro do espaço sem o devido acompanhamento, realçando que isso pode causar a deterioração das pedras que se encontram no Castro há séculos. -----

Concluindo, disse esperar que a Câmara Municipal tenha essa consciência, que espera que o projeto do Castro de Romariz seja uma realidade nos próximos anos e que Santa Maria da Feira possa valorizar o património que tem. -----

-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar alguns esclarecimentos. Começando



por aludir à questão do Castro de Romariz, informou que a rede que limita aquele espaço foi roubada, pelo que vai ser reposta, dando ainda nota que o Castro de Romariz não está permanentemente aberto ao público exatamente pelo risco de poder ser vandalizado, pelo que as visitas têm de ser previamente marcadas. -----

Em relação aos animais abandonados, principalmente os cães, referiu que foram ditas um conjunto de inverdades pelo membro Moisés Ferreira, dizendo não saber qual o objetivo do mesmo ao repetir tais mentiras. Salientou que nunca dissera estar contra o trabalho que tem de ser feito no que respeita aos animais, mas sim que o legislador fez uma lei sem cuidar que ela possa ser cumprida. -----

Disse que o município de Santa Maria da Feira, e os restantes que integram a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, são, provavelmente, os mais avançados do País no tratamento deste assunto, fazendo notar que todos os animais que entram no canil intermunicipal são esterilizados, tendo sido contratada uma veterinária para fazer esse trabalho. Realçou ainda que está em curso uma empreitada para duplicar a capacidade do canil intermunicipal e que, para além disso, a Câmara Municipal adjudicou uma empreitada para fazer um canil, que servirá para acolher temporariamente os animais que são retirados da rua, dando nota que esse canil vai ficar localizado dentro do estaleiro da Câmara. Frisou, portanto, que estão pensados investimentos para o bem-estar animal. -----

Salientou que, contudo, existe uma outra questão que o preocupa e que tem a ver com o facto de que o canil intermunicipal, apesar das obras que vão duplicar a sua capacidade, ficará esgotado em poucos dias, pelo que se pergunta o que fazer a seguir, frisando estar recetivo a sugestões que possam ser feitas para resolver esse problema. Disse que estão a ser feitas campanhas intensas de adoção, que cerca de 50% dos animais recolhidos no canil intermunicipal são adotados, mas que outros 50% não são e que é aí que reside o problema. Fez notar que o legislador diz para que se soltem esses animais na rua mas que, no seu entender, essa não é uma boa medida porque, apesar dos animais estarem esterilizados, podem-se juntar em matilha e atacar as pessoas, como por vezes acontece. -----

Reforçou que nunca disse estar contra o tratamento adequado dos animais abandonados, mas que reconhece que não sabe o que se fazer quando o canil intermunicipal estiver esgotado, como já está atualmente. -----

Em relação à questão colocada pelo membro Manuel Almeida no âmbito da segurança nas



*[Handwritten signature]*

obras públicas municipais, disse haver toda uma legislação de segurança e saúde no trabalho que tem de ser cumprida, realçando que a Câmara tem serviços específicos para tratar dessa matéria, com engenheiros e técnicos especializados. Salientou que todas as obras são obrigadas a ter um plano de segurança e saúde para a sua execução, que são aprovados e fiscalizados pelos técnicos camarários, e que o próprio engenheiro da empresa que faz a obra é obrigado a fazer cumprir a legislação do trabalho. Frisou que, para além disso, a entidade competente para fazer a fiscalização das condições do trabalho no território nacional é a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), realçando que tal entidade faz, frequentemente, auditorias e vistorias aos locais dos trabalhos, pelo que não percebe onde o membro Manuel Almeida foi buscar a ideia de que as obras municipais são feitas um pouco ao “deus dará”, quando há todo um conjunto de regras que têm de ser cumpridas e que são cumpridas.-----

Sobre um muro que terá caído em Paços de Brandão disse que não tinha conhecimento da situação e que, ao tomar conhecimento da mesma através da recomendação, procurou saber o que se passava, tendo sido informado que terá sido um poste que caiu sobre o muro devido ao temporal, mas que não foi nada de grave.-----

Em relação ao forte investimento na pavimentação das ruas sublinhou que esse trabalho iniciou-se em 2015, e que 2015 não foi ano de eleições, comentando que caso os empreiteiros não se tivessem atrasado já poderiam estar feitas o dobro das pavimentações.-----

Concluindo a sua intervenção reforçou que as pavimentações vão continuar a ser feitas nos próximos anos e que esse trabalho nada tem a ver com preocupações eleitorais, mas sim com a necessidade que o território tem de requalificação das ruas.-----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

– “*Voto de pesar e de total solidariedade*”, apresentado pelo membro *Filipe Moreira (CDU)*:  
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:30, PS:14, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1), aprovar o voto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

*Entrou o membro António Valdemar Ribeiro.*-----





– *“Reconhecimento por serviços prestados”, apresentado pelo membro Filipe Moreira (CDU):*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:31, PS:14, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1), aprovar o documento em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Castro de Romariz”, apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU):* ----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:31, PS:14, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção “Linha do Vale do Vouga”, apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU):*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:31, PS:14, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Para que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a Empresa municipal Feira Viva pratiquem uma política salarial digna e justa”, apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE):* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:14, BE:2, CDU:1, IND.:1), 31 votos contra (PSD) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Por uma melhoria das paragens de autocarro do Concelho”, apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE):* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD:31, PS:14, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Pelo rigor e transparência nos apoios públicos concedidos às Instituições Particulares de Solidariedade Social”, apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE):*-----



A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:14, BE:2, CDU:1, IND.:1), e 32 votos contra (PSD: 31, CDS-PP:1), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Moção "Pelo levantamento das barreiras arquitetónicas existentes no Concelho e execução de um plano para a sua eliminação", apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE):* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS:14, BE:2, CDU:1, CDS-PP:1, IND.:1) e 31 votos contra (PSD), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Moção "Pelo classificação da ação da DZG Canedo – Ajuda Animal Sem Fronteiras como atividade de interesse público", apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE):* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos a favor (PS:11, BE:2, CDU:1), 31 votos contra (PSD) e 5 abstenções (CDS-PP:1, IND.:1, PS:3 – Manuel Fernando Custódio, Valdemar Silva e Francisco Andrade), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *"Voto de Louvor", apresentado pelo membro Manuel Almeida (PS):*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS:14, BE:2, CDU:1), 31 votos contra (PSD) e 2 abstenções (CDS-PP:1, IND.:1), rejeitar o voto em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
- *Recomendação "Segurança nas obras públicas municipais", apresentada pelo membro Manuel Almeida (PS):*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS:14, CDU:1, CDS-PP:1, IND.:1), 31 votos contra (PSD) e 2 abstenções (BE), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

-----  
De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de



algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro **Ângelo Santos**. -----

*Entrou a deputada municipal Ana Lamas Barros.* -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por colocar uma questão relacionada com a Indaqua Feira, comentando ser triste que um munícipe feirense tenha de recorrer à DECO para poder ser ouvido das suas reclamações, perante um serviço prestado pela Indaqua Feira. Fez notar que a situação prende-se com um poço cuja água está a ser contaminada devido a fissuras na conduta da rede de saneamento, salientando que depois de pressionada pela DECO a Indaqua Feira respondeu dizendo que a responsabilidade dessa situação é da Câmara Municipal. Perante isto, disse que deixava à Mesa da Assembleia, para ser entregue ao Sr. Presidente da Câmara, um dossiê relativo a essa questão, solicitando que a Câmara verifique essa situação para que se resolva o problema da contaminação do poço desse munícipe. -----

Referiu que outra questão prende-se com o uso de pesticidas nas estradas, dizendo ter tomado conhecimento, numa sessão da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô, que se continua a usar pesticidas nas ruas dessa União de Freguesias. Disse que, perante essa informação, deu-se ao trabalho de conhecer que tipo de pesticidas se tratam, e que constatou que são destinados à agricultura e que têm que ser usados em espaços arborizados para não contaminar os humanos nem os animais, e que, depois de usados, durante 7 dias esses locais não podem ser frequentados pelos mesmos. Deixou igualmente um dossiê na Mesa da Assembleia, sobre esse tema, para ser entregue ao Sr. Presidente da Câmara. -----

Concluindo apelou para que esse problema fosse tido em consideração, salientando não estar a falar do assunto para fazer uma crítica feroz mas sim para fazer um alerta, para que se tenha consciência dos produtos que são usados e do que podem provocar à saúde pública. -----

Interveio o membro **Justino Pinto** (PS) para fazer um apelo relacionado com o ambiente e a reflorestação. Recordando a tragédia recente dos incêndios em Pedrógão Grande, disse estarem bem vivas as carências e eventuais orientações menos adequadas para uma



florestação mais equilibrada, diversificada e segura, que permita minimizar o risco de incêndio.-----

Nesse âmbito referiu que na freguesia de São Paio de Oleiros, na Lapa, se assiste a uma reflorestação que parece colocar de lado todas as recentes recomendações, substituindo uma vasta zona de espécies diversificadas por, aparentemente, eucaliptos.-----

Disse que, pelo respeito que merece a segurança e a vida de qualquer cidadão, bem como pelo desenvolvimento harmonioso da reflorestação que se impõe, apela pela atenção redobrada e intervenção da Câmara pela salvaguarda da legislação em vigor, e a que entrará em vigor em fevereiro de 2018, nomeadamente no que toca ao respeito pela diversidade das espécies, corta-fogos, distância das bermas, e outros aspetos.-----

Concluindo disse não saber se o Sr. Presidente da Câmara já tinha conhecimento dessa situação em São Paio de Oleiros, ou se houve algum desenvolvimento em relação à mesma, comentando ter ficado chocado perante o tipo de reflorestação que está a ser feita naquele local.-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por colocar uma questão relativa à marcação rodoviária nas vias do Município, dando nota que a CDU apresentou um requerimento sobre esse assunto, já neste mandato, ao qual a Câmara Municipal respondeu dizendo que a marcação das vias que foram intervencionadas está a ser realizada.-----

Referiu que essa marcação rodoviária é feita por uma empresa diferente daquela que faz as pavimentações, realçando haver freguesias que esperam pela marcação rodoviária, das vias intervencionadas, há mais de 6 meses. Disse que tal situação é incompreensível, pelo que questiona à Câmara o porquê desse atraso, chamando a atenção de que a marcação rodoviária também é uma questão de segurança para os condutores e para os peões.-----

Continuando, disse também querer colocar uma questão relacionada com a Indagua Feira, salientando que essa empresa continua a abusar do poder que lhe foi dado, continuando a enviar cartas aos cidadãos feirenses alegando que eles têm 1 mês para fazer a ligação à rede de água e de saneamento, e que se não o fizerem imediatamente entram em incumprimento, podendo a questão avançar para tribunal. Realçou que alguns feirenses, perante tais cartas, ficam assustados e vão assinar um contrato com a Indagua Feira, para o qual lhes é pedido uma quantidade de documentos incompreensível, inclusivamente a fotocópia do Bilhete de



Identidade, o que é de estranhar, e que passado 1 mês as pessoas recebem uma chamada ameaçadora da Indagua Feira para marcar uma visita a casa delas para fazer a inspeção. -----  
Disse que nem todos os cidadãos conseguem concretizar a ligação no espaço de 1 mês, ou porque é caro ou porque, muitas vezes, o empreiteiro não está disponível para fazer as obras naquele espaço de tempo, e a Indagua Feira, perante a falta de ligação, ameaça a pessoa ou com a rescisão do contrato ou com a colocação de um processo em tribunal. -----  
Frisou ser inadmissível que uma empresa privada faça tal tipo de ameaças aos cidadãos, ressaltando não estar em causa se é, ou não, obrigatório ligar à rede de água e saneamento, mas sim a atitude da Indagua Feira que continua a fazer constantes ameaças aos feirenses, sublinhando que é necessário a Câmara Municipal tomar uma posição concreta face a essa atitude inadmissível da Indagua Feira. -----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que, durante vários anos, no decorrer do mês de dezembro, realizava-se no concelho de Santa Maria da Feira o Festival de Cinema Luso-Brasileiro, mas que, pelo que sabia, tal não iria acontecer em 2017. -----  
Salientou que, do ponto de vista cultural, é um festival importante, que já era uma tradição no Concelho, que era importante para o Concelho e para a Região, que foi sempre elogiado pela Câmara e que esta até se associava a ele sempre que podia, pelo que questionava qual a razão para o Festival não se realizar em 2017, e o que estava a ser feito para haver a retoma do mesmo, nos próximos anos. -----

-----  
Fez sobressair que o Festival de Cinema já não é o primeiro marco cultural a sair de Santa Maria da Feira nos últimos anos, salientando que o Festival para Gente Sentada saiu há poucos anos e que se o Festival de Cinema Luso-Brasileiro também sair começa a ser preocupante. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Em relação à questão colocada pelo membro Ângelo Santos sobre o poço que está a ser contaminado por uma conduta da rede de saneamento, disse tratar-se de um problema técnico que, com certeza, será analisado para ser resolvido. -----

-----  
Sobre os pesticidas usados na União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô disse que não se ia pronunciar, comentando que tal questão teria de ser colocada à respetiva Junta



de Freguesia. -----

Quanto à questão colocada pelo membro Justino Pinto sobre uma reflorestação que está a acontecer em São Paio de Oleiros, realçou não ser a Câmara quem autoriza as reflorestações. Realçou que a lei existente sobre essa matéria é clara, e que a mesma diz que se os afastamentos não estiverem a ser cumpridos a Câmara pode ir ao local e proceder ao corte, mas que, cumprindo-se os afastamentos, a Câmara tem de respeitar, frisando que o que está na lei é para ser cumprido. -----

Sobre as marcações rodoviárias, de que falou o membro Filipe Moreira, informou que a empresa que ganhou o respetivo concurso público está a levar a cabo esse trabalho, informando que esse concurso contempla a marcação das vias intervencionadas nas três primeiras fases de pavimentações. Deu nota que, para as fases seguintes, ainda está a ser feito o concurso público para as marcações, salientando que se o membro Filipe Moreira se estava a referir a alguma via intervencionada numa das três primeiras fases, então que brevemente seria feita a pintura, caso contrário ainda demoraria algum tempo. -----

Em relação à questão das cartas da Indaqua Feira informou haver um decreto-lei, de 2009, que obriga a ligação à rede de água e de saneamento, salientando, contudo, que queria fazer um apelo aos eleitos municipais para que se deixe de tratar a questão da água e do saneamento como uma mera questão política, mas essencialmente como um serviço público e como um bem para as populações. -----

Disse ter visto uma notícia de que existe uma freguesia do concelho de Marco de Canaveses que tem uma incidência de cancro de 20%, sendo a pior do País neste aspeto, e que as pessoas reclamavam por não terem água da companhia nem rede de saneamento, acrescentando que em Santa Maria da Feira, por outro lado, existe rede de água e de saneamento e há quem tente dar razão às pessoas que não querem proceder a ligação à rede. -----

Realçou que, atualmente, não se pagam os ramais da água e de saneamento, que isso foi conseguido aquando da última renegociação do contrato da concessão, salientando que a Indaqua Feira ao estar a notificar as pessoas para que procedam à ligação é para o bem da saúde delas, comentando que muitas vezes as pessoas apanham desarranjos intestinais, gastroenterites e outras doenças, e não sabem de onde vêm, quando, na maior dos casos, é por causa da água sem qualidade que bebem. -----

Frisou que a água da companhia que os feirenses têm nas suas torneiras é de boa qualidade, é



analisada todos os dias, sublinhando que continuar a dizer que não se pague, que não se ligue, que ligar é um roubo, é fazer um discurso errado. Destacou que Santa Maria da Feira fez um grande esforço de investimento nas redes de água e de saneamento, apoiado pela União Europeia e pelo Estado Português, tendo agora infraestruturas de qualidade, pelo que considera ser altura de dizer às pessoas que é importante ligar à rede pública de água e de saneamento. -----

Em relação à questão sobre o Festival de Cinema Luso-Brasileiro informou que a Câmara está a trabalhar, em conjunto com o Cineclube da Feira, numa redefinição das datas no sentido de não coincidir com os grandes eventos que se realizam no Município, informando que tudo aponta para que o Festival de Cinema se venha a realizar no próximo mês de abril. Sublinhou não haver um abandono do Festival, antes pelo contrário, que a intenção é de redefinir uma data e fazer com que o Festival de Cinema Luso-Brasileiro seja mais um grande evento do Município, dando ainda nota que a Câmara vai reforçar o apoio financeiro que dá para a realização desse Festival de Cinema.-----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

##### 1 – Atas n.º 2 – Sessão Extraordinária de 23 de novembro de 2017 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que a ata em epígrafe não ficou pronta para ser presente nesta sessão, pelo que previsivelmente seria submetida a apreciação e votação da Assembleia na próxima sessão, pelo que este assunto é retirado da Ordem do Dia. -----

*Entrou o membro Carlos Eduardo Seixas.* -----

##### 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do V Relatório de 2017, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento e a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----



Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para pedir um esclarecimento relativo ao quadro III da Informação, respeitante aos Investimentos por Grupos de Classificação Económica. Referiu que o setor Outros passou, entre 2015 e 2017, de 2,5 milhões de euros para 4,7 milhões de euros, questionando o porquê de um aumento tão grande num período de 2 anos. --

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que disse que a primeira questão também se prendia com o quadro relativo aos Investimentos por Grupos de Classificação Económica, salientando constatar que, até ao dia 30 de novembro de 2017, ou seja, percorrido 92% do ano civil, há 8,451 milhões de euros de investimento, mas que comparado com os cerca de 13,300 milhões de euros previstos no Orçamento para 2017 para tais rubricas, fica cerca de 5 milhões de euros abaixo do orçamentado. Perguntou se estava previsto fazer, durante o mês de dezembro de 2017, o investimento que falta ou se o executado do investimento será consideravelmente inferior àquilo que foi o orçamentado para 2017.-----

Prosseguindo disse querer colocar algumas questões sobre a Listagem de Obras e Fornecimentos Adjudicados, começando pela rubrica “Elaboração de projetos de execução de especialidades e caderno de encargos da obra de reabilitação e ampliação de edifícios destinados a Arquivo Municipal de Santa Maria da Feira” para questionar o porquê da Câmara estar a contratar fora a elaboração desses projetos quando, certamente, tem técnicos capazes de o fazer, salientando estar em causa quase 40 mil euros.-----

Referiu que existem também 4 rubricas consecutivas, de 15 mil euros cada, designadamente as de “Assessoria de comunicação”, “Design gráfico”, “Gestão de projeto e fundraising”, e “Produção e direção de cena”, questionando a que se devem essas rubricas e o porquê de estar a contratar fora.-----

Disse que outra questão prende-se com a rubrica “Digitalizador A3 semiautomático”, no valor quase 13 mil euros, salientando que, fazendo uma pequena pesquisa no mercado, encontram-se digitalizadores deste tipo por 1.200, 1.300, 1.500 euros, pelo que o valor de quase 13 mil euros lhe parece inflacionado. Referiu não ter conseguido perceber, através da plataforma eletrónica de contratação pública Base.gov, quais as especificações técnicas que justifiquem tal valor, pelo que perguntava o que vem com esse equipamento, comentando ainda que a justificação para fazer o ajuste direto desse digitalizador não lhe parece suficiente. Salientou que a última questão prende-se com a rubrica “Aquisição de mobiliário – elementos





*[Handwritten signature]*

decorativos para a cafetaria da Biblioteca Municipal”, num valor ligeiramente superior a 25 mil euros, comentando parecer-lhe bastante inflacionado para as obras realizadas. Referiu ainda que a justificação para o ajuste direto, de que tinha que ser o Gabinete de Design Ivo Maia, Lda. a fazer as obras porque era preciso respeitar a traça e a arquitetura da Biblioteca Municipal, lhe pareceu estranha, frisando parecer-lhe estranho que não haja mais nenhum fornecedor de cadeiras e de mesas que não respeite a arquitetura e a traça da Biblioteca Municipal, pelo que questionava o porquê da adjudicação a essa entidade e o porquê de 25 mil euros para as obras que foram realizadas. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por esclarecer, em relação à rúbrica Outros do quadro III, relativo aos Investimentos por Grupos de Classificação Económica, que essa rúbrica se refere aos investimentos do domínio público, essencialmente no arranjo das estradas.-----

Sobre a elaboração de projetos de execução de especialidades do Arquivo Municipal referiu que a Câmara não tem técnicos com as competências necessárias para fazer esse trabalho, sublinhando ser uma obra muito específica, de grande complexidade e envergadura, que obriga à execução de mais de 10 projetos de especialidades, reforçando que a Câmara não tem técnicos, das diferentes áreas necessárias, para os fazer.-----

Em relação às rúbricas “Assessoria de comunicação”, “Design gráfico”, “Gestão de projeto e fundraising”, e “Produção e direção de cena” informou serem, essencialmente, referentes a prestação de serviços anuais que a Câmara tem contratado para o Cineteatro António Lamoso e para o Imaginarius Centro de Criação.-----

Relativamente ao digitalizador A3 semiautomático disse não fazer ideia de quanto custa, sublinhando ter toda a confiança nos técnicos que trataram desse processo, comentando ser um equipamento para formato A3 e que deve haver uma razão para o preço pago, que disse presumir estar dentro do normal. -----

Sobre a aquisição de mobiliário e elementos decorativos para a cafetaria da Biblioteca Municipal, sublinhou que a Biblioteca é um equipamento de excelência que o território tem, que tem pormenores de excelência. Recomendou que, para além das cadeiras, da iluminação, das paredes e de tudo o que está associado ao novo design da cafetaria, se perceba o porquê da excelência da Biblioteca Municipal, frisando que decorar um espaço não é apenas comprar



*(Handwritten mark)*

*(Handwritten signature)*

mesas e cadeiras, e que quem faz decoração sabe muito bem disso. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia dado, sobre a presente matéria, não ser exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

**3 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2018**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de dezembro de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que queria dar um esclarecimento prévio em relação à questão das cartas da Indaqua Feira, discutida no Período de Antes da Ordem Dia, para sublinhar que a CDU não é contra a que as pessoas procedam à ligação à rede de água e de saneamento, mas sim contra o tratamento que a Indaqua Feira tem para com as pessoas, ressaltando serem coisas diferentes. Disse se congratular por o Sr. Presidente da Câmara reconhecer esse serviço como sendo um serviço público, fazendo sobressair que, se é um serviço público, devia estar sob a esfera pública.-----

Em relação às Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2018 o membro Filipe Moreira disse o que, seguidamente, se passa a citar:-----

“O documento que hoje é aqui apresentado, das GOP e do Orçamento, é de fácil leitura, mas entendemos que deveria ter dados mais específicos, principalmente relativos ao impacto que os projetos tiveram nas populações, no ano passado, e que se perspectiva que irão ter no próximo ano. -----

Um dos exemplos que costumamos dar é a questão da compostagem, haver aqui os números para conseguirmos compreender qual é a tonelagem que a compostagem doméstica tira ao aterro. -----



De saudar o facto de a Câmara ter acatado algumas das propostas da oposição, nomeadamente da CDU, no respeitante, por exemplo, ao turismo industrial. O turismo industrial é uma secção do turismo que está em franca expansão a nível nacional e, até, a nível europeu, de salientar que o Município da Feira, sendo um município fortemente industrializado, tem uma história muito forte no setor do papel e da cortiça. No setor do papel o Município foi pioneiro na industrialização da produção do papel, a par de Albergaria, aqui também no distrito de Aveiro, e temos inúmeras indústrias, tanto da cortiça como do papel, temos um Museu do Papel que é extraordinário, e de salientar esta posição da Câmara Municipal no avançar, também, nesta vertente. -----

Já referimos aqui o Castro de Romariz, foi acatado pela Câmara Municipal também, mas ficamos desapontados por não haver uma referência direta, por exemplo, ao Castro de Fiães. É outro Castro do município da Feira, este Castro tem já dois terços da sua área destruído porque se construiu sobre este Castro, é um Castro também muito interessante do ponto de vista histórico, há menos dados do que o Castro de Romariz, e tem também na sua envolvência uma capela, que é a Capela Nossa Sra. da Conceição, construída sobre uma ermida, também ela única, com pinturas sobre granito, que é também raro na nossa área, enquanto País. -----

Era de salientar, era de reforçar, até porque a CDU trouxe aqui, há 4 anos, uma proposta de qualificação deste monumento através do IGESPAR, que foi recusada porque a Câmara Municipal disse que já tinha avançado com esta proposta. Não sabemos se já está qualificado, o certo é que havia todo o interesse da Câmara Municipal, no nosso entender, de adquirir os terrenos do Castro de Fiães e fazer a ligação, depois, às Ribeiras de Fiães, tornar ali um espaço também para turistas e para usufruto dos munícipes. -----

A Câmara Municipal, neste documento, assume um défice no respeitante ao urbanismo e planeamento, e um défice no respeitante ao ambiente e aos transportes coletivos. Eu não sei, eu penso que será a primeira vez que o faz, pelo menos num documento oficial, e é de salientar porque é a verdade do território. -----

No respeitante ao Urbanismo há, notoriamente, a necessidade do reforço das acessibilidades, no combate às barreiras urbanísticas em todas as freguesias do Município, isto fruto de um crescimento urbanístico acentuado a partir dos anos 70. Construiu-se quase como se queria, sem se ter em consideração, por exemplo, os passeios ou a dimensão das vias. -----



No respeitante ao Ambiente pensamos que, no documento, deveria estar também referida a questão das águas poluídas. Nós apresentamos, já neste mandato, um requerimento sobre uma situação em São Paio de Oleiros, e são situações recorrentes no nosso Município. Ainda agora o CDS trouxe a questão, não é de uma água de um curso de água, mas de poços poluídos por causa de falhas de saneamento, e a Câmara Municipal devia apostar mais nesta área, também, até porque reconhece que uma das necessidades do Município é precisamente a questão do ambiente. -----

Ainda relativamente ao Ambiente, era do interesse da Câmara Municipal apostar no cultivo de plantas autóctones, ou seja, a Câmara Municipal definiu como estratégia a questão da reabilitação dos espaços verdes e dos parques, e era importante também estar escrito no documento a aposta nas plantas autóctones em detrimento de plantas exóticas. -----

No Transporte, a Câmara Municipal assume no documento, também, que há necessidade do reforço dos transportes coletivos do Município, que estão espartilhados. Não há uma rede de transportes coletivos do Município, e muito menos uma rede de transportes públicos. O nosso entender é que deveria haver uma rede de transportes coletivos, interligados, com ligação também ao Porto, a Espinho, e a outros meios de transporte. E aqui criar também uma rede de transportes públicos, que comece a crescer de forma exponencial, fazendo, por exemplo, o alargamento da Transfeira até Fornos, que não seria difícil de o fazer, porque ela vai até Sanfins, não seria difícil de fazer até Fornos. -----

No respeitante ao Planeamento, reforça aqui novamente o avanço do Eixo das Cortiças. Nós estamos de acordo que o Eixo das Cortiças é estratégico e é fundamental para o Município, mas estamos aqui com o receio de que o Eixo das Cortiças vá ainda aumentar o tráfego na Estrada Nacional N.º 1, que já está sobrelotada, que tem índices de poluição sonora e do ar elevados. E há aqui que fazer, se calhar, uma nova ligação à própria autoestrada para tirar o trânsito da Nacional N.º 1. -----

No respeitante às Cidades Amigas das Crianças, foi uma proposta da CDU há alguns anos, que o PSD recusou porque a Câmara Municipal, segundo o PSD, já tinha avançado com esta ligação, da nossa cidade a este projeto da UNICEF. A questão que eu coloco é se já foi aceite, se já está aprovado. Isto porquê? Porque este projeto força as cidades, também, a tornarem-se mais inclusivas para as crianças. Mas não só as cidades, o próprio comércio, também, a disponibilizar serviços para as crianças. -----



Verificamos aqui a inclusão de muitos projetos europeus, o que saudamos, mas alguns deles são projetos Erasmus +, e deixamos aqui a questão se é a Câmara Municipal que está, ou se são as escolas do Município, porque alguns destes projetos Erasmus + estão vedados a instituições do poder públicas. -----

Deixamos a questão de quantas escolas serão intervencionadas, escolas, aqui, edifícios escolares, para a remoção das telhas de fibrocimento, que algumas ainda têm. -----

Como é que está o nosso parque informático? O Sr. Presidente refere o aumento de projetos de ensino de programação a crianças, mas sabemos que as escolas públicas, principalmente as do primeiro ciclo, têm um défice do parque informático. E a questão que aqui deixamos é como é que está o nosso parque informático, nas nossas escolas, e quantas escolas é que faltam ligar ao saneamento básico. -----

No respeitante à Terceira Idade, aos Idosos, é de salientar o projeto E-mili@, é um projeto bastante interessante mas é necessário alargar este projeto, nos próximos anos. Isto porquê? A nossa sociedade está cada vez mais digital, cada vez mais tecnológica, o digital é uma forma que os nossos idosos têm, e todos nós, de comunicarmos de forma mais económica com os nossos familiares. Sabemos que temos muitos emigrantes e há necessidade de recorrer a estes serviços. E aqui reforçar, também, a necessidade da formação de adultos, que é essencial, para que o nosso Município não seja um município do baixo custo. -----

Avançando, na questão do Orçamento, de salientar um aspeto negativo. O ponto específico da ação social e segurança tem apenas 1,37% do orçamento total da Câmara Municipal. -----

A Câmara Municipal refere ainda que, no respeitante a multas e outras penalidades, haverá um aumento de 84,5%, deste ao para o próximo ano, ou seja, de 260 mil euros para 480 mil euros. A questão é: porquê este aumento tão grande? -----

E muitas das obras que estão contabilizadas no documento tem fundos europeus, e a questão que aqui se deixa é se estes fundos europeus já estão aprovados ou se estão só submetidos e ainda não foram aprovados pela Comunidade Europeia.” Fim de citação. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira disse querer deixar um reparo, salientando que no Plano e Orçamento da empresa municipal Feira Viva é dito que o Perlim, em 2016, ultrapassou os 100 mil visitantes, mas que não seriam 100 mil visitantes na edição realizada em 2016, mas sim em todas as 9 edições realizadas, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que foram mais de 100 mil visitantes somente na edição de 2016, dando



nota que, na edição de 2017 que está a decorrer, já foram ultrapassados os 80 mil visitantes. ---

O membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: ----

“Depois de consultarmos exaustivamente este documento, Sr. Presidente, congratulamo-nos com a persistência de conseguir pagar a tempo e horas, e conseguir colocar na economia local dinheiro porque isso faz falta para dinamizar a própria economia. -----

No que diz respeito a este projeto de orçamento, o projeto é bonito, e gostávamos que ele fosse todo concretizado. Se ele se conseguisse concretizar na totalidade, nós teríamos um excelente projeto de Orçamento para 2018 e para o plurianual 2018, 2019, 2020 e 2021.-----

A construção do Arquivo Municipal, gostaríamos de consultar o projeto quando fosse possível, gostaríamos de saber qual a sua localização, se é um edifício que vai ser reconstruído, ou se é um edifício que vai ser criado de raiz. Estamos a falar de uma verba de 4,6 milhões de euros. Como mais projetos, espero que não seja um projeto de intenções. -----

A USF de Milheirós de Poiães é uma Unidade Familiar que o Sr. Presidente pode garantir que vai arrancar? A USF de Canedo? A USF de São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura? Todos estes projetos são realidade nestes próximos 4 anos, ou estamos a falar novamente de projetos de intenções? -----

Construção da Escola de Fornos, é para arrancar? É da responsabilidade da Câmara Municipal ou ainda está baseada em financiamento comunitário? É que um dos meus amigos de Fornos diz que, em Fornos, está-se a fazer um muro sem licença, que no sítio onde se está a programar o Centro Escolar já se programou a Junta de Freguesia, e está-se a colocar pedras. Daqui a pouco temos o muro feito. -----

O Interface vai ser uma realidade em Santa Maria da Feira no próximo quadriénio? Ou vai ser mais uma vez um projeto de intenções? Está-se a falar de um em Lourosa, um na Feira. São estes projetos que eu gostaria que tivéssemos a consciência que, se eles fossem concretizados, melhorava muito a qualidade de vida de Santa Maria da Feira.-----

E quando falamos da rede viária, eu acho que a empreitada da rede viária foi o maior desafio que Santa Maria da Feira teve depois da implantação da rede de água e saneamento. Espero que o nosso Presidente, quando tiver a rede viária concluída, olhe para ela e verifique: podíamos ter feito muito mais. -----

Porque as acessibilidades, os passeios, para pessoas com mobilidade reduzida, todos estes



equipamentos, poderíamos ter aproveitado esta oportunidade, porque é um investimento gigantesco no nosso Concelho, que ele tanto carenciava. Podia ter sido feito agora, e não conseguimos concretizá-lo com esta empreitada, estamos novamente a deixar para mais à frente pensar fazer essas infraestruturas.-----

Depois temos outra situação, a EN 223. Eu sei que não é da responsabilidade do Município. Para quando uma solução para este projeto? Para quando estas acessibilidades poderem ser uma realidade que facilitem a vida dos feirenses? Basta termos o acesso ao hospital, que é o caos.-----

Agora temos uma consciência, não podemos fazer omeletes sem ovos, mas quando se tem ovos para se fazer omeletes e não se consegue ter uma visão realmente de futuro, temos, não de apontar o dedo de forma negativa e destrutiva, mas sim de uma forma construtiva. Podemos fazer muito mais em Santa Maria da Feira, porque temos um Concelho que está num eixo muito importante, um eixo que não tem tido peso político, que não tem tido voz nos centros de decisões. E quero deixar um desafio aos deputados desta Assembleia que também fazem parte da Assembleia da República, façam valer, não é os direitos de Santa Maria da Feira, é as exigências que Santa Maria da Feira precisa para requalificar a sua qualidade de vida.-----

Nós temos um centro escolar que está preso por detalhes. De uma vez por todas, Moisés Ferreira, Amadeu Albergaria, António Topa, façam com que esse projeto saia da gaveta, com que isso se torne uma realidade e resolva muitos dos nossos problemas.-----

Neste momento Santa Maria da Feira precisa de um plano municipal sério, as nossas cidades, como Lourosa e Fiães, não têm um plano.-----

Vamos requalificar o centro de Fiães, vão-se gastar perto de 9 milhões de euros. Não se vai enterrar a rede elétrica, vai continuar a ficar os fios à deriva. Essas verbas, esses valores, nós não queremos um centro de uma cidade a parecer uma aldeia, não discriminando as aldeias, mas uma visão de futuro, uma visão de progresso, onde possamos ter qualidade de vida, acessibilidades e boas condições.-----

E gostava que, de uma vez por todas, olhássemos para o nosso urbanismo com olhos de ver, para as acessibilidades para as pessoas que têm mobilidade reduzida, e não é por termos uma vereadora que tem mobilidade reduzida que estou a lembrar-me disto. Como a vereadora, há muitos cidadãos anónimos no nosso Concelho que têm muitas dificuldades em, muitas vezes,



aceder aos serviços públicos, aos próprios passeios das estradas, que não existem. -----  
Ainda há dias tínhamos em Romariz uma situação em que se está a fazer um passeio de novo,  
em que uma parte tem 50 cm, não dá para uma cadeira de rodas. Estes pormenores, de quem é  
a responsabilidade? Vamos assacar esta responsabilidade a quem? À Câmara? Aos  
empreiteiros? À Junta de Freguesia? Não há um plano estratégico para poder por isso em  
prática? Não há uma forma consciente de podermos olhar para estas coisas? -----  
Não vamos dizer que não temos dinheiro. Nós vamos gastar, até 2021, perto de 30 milhões de  
euros em requalificação de estradas. É muito dinheiro. Podia ser muito melhor aproveitado,  
não só colocando betuminoso mas também colocando infraestruturas, águas pluviais, e outros  
afins. Ciclovias onde elas possam ser feitas, passagens desniveladas para controlar a  
velocidade em muitos locais das nossas freguesias que têm problemas desses, e nós não  
conseguimos olhar para isso de uma forma homogénea no nosso Concelho. -----  
E estas obras de envergadura, eu queria só, nesta fase, deixar a minha intervenção neste  
sentido. O Sr. Presidente vai gastar 4 milhões de euros lavando a cara do Europarque,  
colocando uma nova visibilidade no Europarque. Gostaria de consultar esse projeto e perceber  
qual é a estratégia que o Sr. Presidente tem para o Europarque, porque os custos de  
manutenção já sabemos que são altos, agora começamos a ter de investir forte e feio no  
Europarque. -----  
Para terminar, após a leitura deste documento, chegamos à conclusão que Santa Maria da  
Feira merece mais." Fim de citação. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que leu documento cujo teor,  
seguidamente, se transcreve: -----

"O Bloco de Esquerda entregou 40 propostas para o Orçamento e Plano de Atividades. Estas  
propostas não esgotam aquilo que é o programa e o projeto do Bloco de Esquerda para Santa  
Maria da Feira, mas são as medidas que consideramos mais urgentes para garantir a qualidade  
de vida e a melhoria das condições de vida dos feirenses. -----

Com as propostas do Bloco de Esquerda teríamos um reforço muito significativo da Ação  
Social e na promoção do trabalho com direitos e com melhores salários. -----

Com as propostas do Bloco de Esquerda teríamos um plano social de habitação, uma tarifa  
social na água, a criação de um programa de emergência social ou um programa de





comparticipação de medicamentos. -----

Com as propostas do Bloco de Esquerda resgataríamos os serviços e os bens públicos das mãos dos privados. Traríamos a água e o saneamento para a esfera pública, fazendo baixar o seu preço para o consumidor. -----

Com as propostas do Bloco de Esquerda teríamos um plano para identificação e remoção de todas as barreiras arquitetónicas do concelho, a recolha de lixo 4 vezes por semana em todo o concelho e um serviço de transporte público que servisse todas as freguesias. -----

Com as propostas do Bloco de Esquerda teríamos um novo ciclo de políticas que promoveriam a requalificação dos espaços e equipamentos públicos, defenderiam o património de Santa Maria da Feira e inauguraríamos novas políticas para a promoção do bem-estar e para a defesa dos direitos dos animais. -----

As 40 propostas que apresentamos tornariam tudo isto possível já no ano de 2018. Mas o Executivo do PSD não quer que nada disto seja possível. Quer, na verdade, continuar o seu rame-rame, sem nada mudar, sem nada alterar. São 40 anos de mais do mesmo. De ausência de políticas de apoio e suporte a quem mais precisa, de um concelho suportado em baixos salários, de privatização de bens essenciais e de serviços públicos, para privilegiar os privados em detrimento dos interesses dos feirenses. -----

E nada muda com este orçamento. Diríamos: infelizmente para os feirenses e para o concelho, nada muda com este orçamento. -----

Há até práticas que não mudam. Como a prática de dizer uma coisa e fazer outra, ou então dizer coisas sem a mínima intenção de as concretizar. -----

Diz o Senhor Presidente da Câmara que quer promover outro tipo de empregos no concelho, que não sejam empregos de baixos salários. Mas, senhor Presidente, este é o concelho que tem uma empresa municipal, de seu nome Feira Viva, a oferecer 2,5 € por hora de trabalho no Perlím. Um valor que fica bem abaixo do salário mínimo nacional! É este tipo de salário que quer promover no concelho? É que a Feira Viva é detida a 100% pelo município de Santa Maria da Feira. Não há nada a dizer sobre esta situação? E ainda têm a desfaçatez de justificar salários pagos abaixo do salário mínimo nacional como sendo voluntariado? Senhor Presidente, onde é que o voluntariado passa recibos verdes? É que neste caso passa. -----

Diz o Senhor Presidente da Câmara que quer promover outro tipo de empregos, admitindo, aliás, que os que têm sido promovidos são baseados nos baixos salários. Registamos a



autocrítica e a culpa. Ela era inevitável. Ao olharmos para o poder de compra per capita por concelho vemos que o Senhor Presidente deixou Santa Maria da Feira atrás dos 100 primeiros municípios do país. Só há uma explicação para que tal aconteça: andou a promover os baixos salários. Tantas viagens de diplomacia económica para isto! -----  
Não esquecemos que o PSD sempre se negou a, por exemplo, alterar o regulamento da marca Good Makers, de forma a que este selo só fosse atribuído a quem promovesse bons salários e boas condições de trabalho. Não esquecemos que o Senhor Presidente não quis inserir a luta contra a precariedade no Orçamento Municipal para 2018. Não teve disponibilidade nem agenda para lutar pela melhoria dos salários dos trabalhadores feirenses. Em contrapartida, propõe isenções de IMI e IMT a empresas. -----  
Senhor Presidente, não basta dizer. É preciso fazer. -----  
E quem fala em salários, fala em ação social. Diz-nos assim: “na área social, para além dos vários programas e projetos que temos em curso e vamos manter, vamos dar ainda mais atenção aos idosos”. Refere-se exatamente a quê? -----  
Refere-se ao 1% do orçamento que destina para a concretização de atividades e programas de ação social? Dos 667 mil euros num orçamento de 66,7 milhões? Ou está a falar dos míseros 7.500 euros anuais para o Cartão Feira Sénior? Qualquer coisa como 625 € por mês para um programa que se destinaria aos mais de 20 mil idosos que vivem no concelho. Feitas as contas é qualquer coisa como 3,1 cêntimos por mês a cada feirense com mais de 65 anos. É assim que a Câmara presta mais atenção aos mais idosos? -----  
Para o programa destinado ao apoio a cuidadores informais estão destinados 1.000 €, o mesmo é dizer que nada será feito nesta área. E os programas com verbas previstas que se destinam apenas a ter a rúbrica aberta são imensos, mas sabemos que nunca sairão do papel! --  
O Bloco de Esquerda propôs que em 2018 se destinasse pelo menos 5% do orçamento para ação social, de forma a criar e a financiar programas que se destinavam a apoiar as pessoas em maior vulnerabilidade. Seriam mais de 3,3 milhões de euros, mas a Câmara preferiu utilizar esse dinheiro para aplicar num buraco sem fundo chamado Europarque. É pena que assim seja. Se tivesse seguido a proposta do Bloco de Esquerda estaríamos a discutir um orçamento que realmente ajuda quem mais precisa. Como não o fez estamos a discutir um orçamento que destina pouco mais de 1.000 € por mês para apoiar as famílias em situação de carência social. Se existirem 1.000 famílias a necessitar de apoio, vai distribuir 1 € a cada uma



em apoios sociais? -----

Nos serviços públicos, o Bloco de Esquerda propôs que em 2018 se aplicasse a tarifa social da água, à semelhança do que já acontece na energia. -----

Propôs também a criação de um Centro de Coordenador de Transportes e que a Transfeira, como serviço público de transportes passasse a, no mínimo, ligar os diversos núcleos habitacionais do concelho aos diversos serviços públicos. -----

No primeiro caso, há de facto uma rubrica aberta, mas a quase totalidade da verba está indefinida. Já no caso da Transfeira, constatamos que em 2018 continuará a não servir o concelho de forma eficaz e continuará a não chegar a todas as freguesias. -----

O Bloco de Esquerda apresentou também propostas para a valorização e salvaguarda do património existente no concelho. -----

Sendo possível identificar vários elementos com interesse histórico e patrimonial que se encontram ao abandono e com sinais de degradação, verificamos que o plano e orçamento para 2018 pouco avança neste sentido. -----

Temos o Castro de Romariz, que carece de sinalização e elementos informativos e de uma estratégia que garanta o acesso da população ao mesmo. -----

Neste caso o Plano e Orçamento para 2018 volta a utilizar a mesma estratégia que utiliza para outras áreas: são abertas rubricas, é até prevista dotação orçamental, mas o financiamento definido é residual, atirando a quase totalidade do investimento para financiamento não definido, o que é o mesmo que afirmar que não se concretizará em 2018. -----

A título de exemplo, está contemplado no orçamento um investimento de 130.000 €, para a requalificação do Castro de Romariz e dos espaços envolventes, a realizar em 2018, onde apenas 2.000 € correspondem a financiamento definido. -----

Temos o Castro de Fiães, que se encontra em estado avançado de degradação e claramente ao abandono. Não é aberta sequer uma rubrica para este elemento. -----

Temos o Mercado Municipal, classificado como Monumento de Interesse Público, que necessita de uma intervenção urgente. Aqui, a estratégia é similar: é prevista uma verba para a reabilitação do edifício para 2018: 1.700 €. Pelo valor avançado, sabemos que a obra não se concretizará em 2018. -----

Mais uma vez, o plano e orçamento demonstra-se insuficiente para responder à valorização do património arqueológico e arquitetónico existente no concelho. -----



O Bloco de Esquerda apresentou ainda várias propostas relativas ao bem-estar animal. São 10 propostas que, através da criação do Regulamento Municipal para o Bem-Estar Animal, permitiriam ao município cumprir com as suas obrigações nesta matéria. -----

É do conhecimento público a existência de um grande número de animais errantes no concelho, o que representa um perigo para a saúde pública e para a sanidade animal. -----

A propósito da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, que entra em vigor já em 2018, o executivo afirma, inclusive, que o abate tem que acontecer, sendo utilizados como argumentos o grande número de animais errantes e o custo de cada esterilização. -----

Sr. Presidente, consideramos que é necessário implementar novas formas de lidar com a sobrepopulação de animais, sendo que o recurso sistemático e indiscriminado ao abate, não pode, de forma alguma, continuar a ser utilizado como forma de controlo de populações animais errantes. -----

Com a nova legislação relativa ao bem-estar animal, seria fundamental um avanço neste sentido no plano e orçamento para 2018. Mas de facto verificamos que apenas é contemplada a construção de um novo edifício que albergará o já existente Centro Veterinário Municipal, que desenvolverá as atividades já existentes! Isto é, nada de novo no que respeita às políticas para o bem-estar animal. -----

Para terminar, reafirmar que para o Bloco de Esquerda o plano e orçamento para 2018 é manifestamente insuficiente. -----

É insuficiente porque continua a não dar uma real resposta no âmbito da Ação Social; -----

É insuficiente porque continua a não incidir no combate à precariedade e à política dos baixos salários; -----

É insuficiente porque continua a não seguir o caminho na valorização dos serviços públicos; --

É ainda insuficiente porque não responde à necessidade da valorização do património existente no concelho nem à urgência de políticas de defesa do bem-estar animal. -----

Voltamos a afirmar: infelizmente, para os feirenses e para o concelho, nada muda com este orçamento, que continua a falhar em áreas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos feirenses. -----

Por estas razões, votaremos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018.”-----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (BE) que disse o que, seguidamente, se passa a citar:-----



Handwritten signature

“Estamos cá hoje para discutir o Orçamento da Câmara e as Grandes Opções do Plano. Eu vou um bocadinho mais atrás, não tem muitos anos que eu comecei nestas lides, e quando comecei aparecia cá um orçamento de 100 milhões. Não havia esse dinheiro, mas era um orçamento de 100 milhões porque era aquele o orçamento, era o melhor orçamento, tinha que ser assim, não podia ser de outra maneira. -----

E normalmente o Partido Socialista criticava, dizia que metade disso são coisas que não se vão fazer, metade disso são coisas que não tem aderência à realidade, o orçamento não é bom. E dizíamos que devia ser apresentado um orçamento perto da verdade, com o dinheiro que havia e com o que se podia fazer. Felizmente, nisso, a Câmara melhorou. Mas vão ver aqui que eles tinham razão em duas coisas diferentes, tinham razão quando o orçamento era de 100 milhões, porque tinha que ser assim, e têm agora, que melhorou, se calhar porque teve que melhorar e porque o PS estava certo há 10 anos, mas eles dizem que agora é que tem que ser assim. Ou seja, está bem de qualquer maneira. Por isso eles fazem sempre o melhor de dois mundos, é chuva no nabal e sol na eira. Ou estava bem agora ou estava bem na outra altura, uma das vezes tem que estar mal. -----

Mas está melhor agora. E o PS já dizia isso há 10 anos, foi o tempo que lhe deu razão, se calhar. Mas às vezes os outros também têm razão, não somos nós que fazemos tudo bem. -----

Quero fazer algumas questões à Câmara em relação ao Orçamento para 2018, mas quero apresentar também a esta Assembleia uma curiosidade. Quando discutimos os impostos municipais, nunca há uma perspetiva da receita e quanto é que a receita vai subir. Até para definirmos a taxa, precisávamos saber se o IMI sobe todos os anos, se não sobe, quanto é que sobe. Nunca se sabe. Chegamos ao Orçamento e cá está a informação. Só o IMI, meus senhores, vai subir mais de 2 milhões de euros. Não havia margem, não havia folga porque aquilo nunca sobe quase nada, até recebermos a mesma coisa num ano e no outro. Mas vemos aqui, agora, que para cobrir a despesa ele sobe 2 milhões e 200 mil euros. Afinal, sobe ou não sobe? Há um aumento exponencial. Vai-se aos bolsos dos feirenses todos os anos, ou não vai? Há aqui um aumento, e há, muitas vezes, o sonegar a informação para não se discutir estas coisas com verdade e com a realidade dos factos. É preciso que, quando a informação existe, ela seja dada a toda a gente. -----

Não quero também deixar de perguntar à Câmara a que é que se deve este aumento das despesas com o Pessoal, no montante de 1 milhão e 275 mil euros. Se é o pessoal fixo, se é a



11/12/17  
22/12/17

reposição dos salários, se é novas contratações, se serão contratações esporádicas ou algumas prestações de serviços. -----

Em relação ao Plano e Orçamento, não entendemos, ou, pelo menos, para nós não bate certo, que a grande aposta seja a ação social porque, depois, como disse a oradora que me antecedeu, não há dinheiro para fazer nada. Aparece um conjunto de projetos que absorvem quase a totalidade do descritivo do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano mas, depois, não são concretizáveis. Têm nomes, têm uma certa pompa, mas, depois, o que interessava, que era a ação social, ajudar as pessoas, pô-las a comer quando precisam, apoiá-las no tarifário social da água para não terem de beber água do poço, isso já não se faz, já não há dinheiro para fazer.-----

Ou seja, fazemos uma apresentação muito bonita mas o que interessa, que é disponibilizar dinheiro para ajudar as pessoas que estão em necessidade, o Orçamento isso já não prevê. Como disse a minha colega, é 1% do Orçamento. E isso não está bem, Sr. Presidente.-----

Temos também aqui a primeira aposta na renovação do parque habitacional do Município. Já devia ter sido muito antes, porque quando a gente deixa arrastar as obras elas ficam muito mais caras. Mas não está previsto a alteração das tipologias, adaptar essa habitação social às novas realidades. Nós temos agora famílias que é uma ou duas pessoas, e depois precisam de uma habitação, vão à Câmara e dizem-lhe: a senhora não está abrangida porque só temos um T3 ou um T4. A pessoa que mora só e as pessoas de agregados familiares mais numerosos têm que ser distinguidas. Não são. Tem que se adaptar a habitação social às novas realidades. -

Era importante, realmente, que se consagrasse o tarifário social. Eram 9 mil famílias que teriam direito ao tarifário social da água, caso ele fosse bem feito. E olhe que era bem preciso. Como disse o Sr. Presidente, e bem, para as pessoas não andarem a beber água contaminada dos poços. Mas sabe que para pagar a conta da Indaqua é preciso ter dinheiro, e é preciso que a Indaqua não mande logo uma carta a dizer que vai cortar. E é preciso que a Indaqua, às vezes, para se obrigar a pagar uma tarifa externa, como se fosse a violação do contador, não ameace as pessoas que vai cortar a água. Deixou de ameaçar porque viu que não era legal.-----

Mas é isso que acontece, a Indaqua faz o que lhe apetece e as pessoas, depois, não têm dinheiro para consumir. Depois vem-se para aqui dizer que as pessoas têm de ligar a água. Mas é preciso que a possam pagar, se não puderem pagar não vão lá.-----

Há também aqui algumas lacunas, entendemos nós, na questão da participação dos munícipes



6

112  
2017

na definição das políticas municipais. Não temos, aqui, instrumentos que vemos em todo o País, em quase todos os municípios. Nós, em Santa Maria da Feira, não permitimos que os munícipes intervenham no Orçamento. Nunca introduzimos, e parece que não queremos introduzir, o Orçamento Participativo Municipal, que é uma das ferramentas que permite corrigir a democracia representativa com a participativa. É fundamental, a um concelho desta dimensão, com uma população que até participa, aliás, até se inscreve nas Assembleias Municipais para falar às tantas da manhã, que não se permita que as pessoas possam definir os projetos e possam votá-los e participar no gasto municipal. Nós queremos afastar as pessoas, mas não devemos fazer isso. -----

Devíamos, também, incluir as pessoas dos bairros sociais na gestão desses bairros sociais, porque se as pessoas participarem na gestão assumem responsabilidades e começam a ter mais cuidado com o que fazem. -----

Nota-se também que a Câmara continua com a velha máxima: só a cova é que interessa. Porque é que a Câmara não tem coragem de fazer reuniões nas freguesias? E, nessas reuniões, pôr os munícipes daquela freguesia a participar naquela reunião? Porque a Feira são é só Santa Maria da Feira centro, é todas as freguesias, todo o Concelho, e, se calhar, devia começar pelas freguesias que foram extintas na reorganização administrativa, que essas deviam ser as primeiras a ter lá a Câmara a reunir e a mostrar que a Câmara está lá, e que está ao lado das pessoas. Não é a fugir das pessoas que nós resolvemos os problemas. -----

Penso que a Câmara também devia apostar fortemente na criação de um município digital, ou seja, todos os serviços da Câmara poderiam ser tratados de forma digital na plataforma, no site da Câmara. Isto porquê? Nós temos um concelho disperso, não temos transportes públicos, não temos nada, e as pessoas para virem tratar de um assunto na Câmara têm de perder um dia inteiro de trabalho. Isso já não se vê em lado nenhum, se calhar nem no interior do País isso se vê, mas em Santa Maria da Feira vê-se. Nem se promove os transportes públicos nem se promove que as pessoas possam tratar das suas casas, ou até da junta de freguesia, com algum apoio, ou de um polo da Biblioteca, das questões que têm com o Município. Era preciso fazer isto, era preciso apostar no transporte público como um eixo fundamental de manter a coesão das freguesias. -----

Mais, em Santa Maria da Feira, que eu tenha conhecimento, não há nenhum posto de carregamento para veículos elétricos. A Câmara tinha que ter um plano para a mobilidade



elétrica, essa vai ser a mobilidade do futuro. Mas em Santa Maria da Feira não temos nada. Parece que há uma carrinha que a Câmara comprou, pelo menos um exemplo para parecer a modernidade. Mas se um cidadão comprar um carro elétrico não tem onde o carregar. ----- Devia-se promover o estacionamento gratuito para os carros elétricos porque não poluem. Não existe. A Câmara já fez tudo, só que está a fazer o passado em vez de olhar para o futuro. Era preciso também, nas freguesias, construir parques de desportos radicais para ocupar os jovens e para eles se sentirem apoiados nas práticas que pretendem. Penso que a promessa da primeira Jovem Autarca era um skate parque. Mas queremos dizer aos jovens autarcas que já vão ser como aqueles políticos que prometem tudo e, depois, não fazem nada. É isso que vocês estão a fazer dos jovens autarcas porque a primeira ainda não conseguiu concretizar o seu projeto. Estão à espera que a senhora chegue a presidente de Câmara para depois fazer o tal skate parque? É capaz de ser isso. -----

Era preciso também a Câmara, para saúde das pessoas das freguesias, promover a prática do desporto ao ar livre. Criar um parque de lazer onde não tenha essa vertente, hoje em dia, já é gastar dinheiro sem o aproveitar na sua essencialidade. Sabem muito bem que agora há o conceito do ginásio ao ar livre, que a população prefere praticar exercício físico ao ar livre em detrimento dos ginásios, que custam dinheiro. Porque é que a Câmara não aposta nisso e não aposta, nos centros das freguesias, criar parques que promovam a prática desportiva? -----

Era preciso também, e a Câmara não prevê isso, um plano plurianual de execução dos ramais de saneamento e de água, para chegar aos feirenses onde não chega. -----

Somos todos feirenses, não há uns feirenses de primeira e outros de segunda. E a Câmara, se não teve força para impor à Indaqua a revisão do plano de investimentos, que tenha a coragem de, ao menos, fazer chegar a água e o saneamento às pessoas. Porque depois, desculpem o termo, têm a lata de dizer que as pessoas devem ligar. Então se o saneamento não chega lá, qual é a moralidade que nós temos? Dizem a uns para ligar e aos outros não fazem lá chegar o saneamento. Não sei, deve ser um país e dois sistemas, como na China, é comunista mas é capitalista ao mesmo tempo. Aqui na Feira é mais ou menos a mesma coisa. -----

E, depois, vão-se passando os planos municipais e os orçamentos, e este exemplo até é mais emblemático que outra coisa. Temos dois tuneis em Santa Maria da Feira, por baixo da Estrada Nacional 223, que devem ter sido um erro de casting. Esses tuneis, se calhar, foram planeados para o Alentejo, porque passava um trator de 4 em 4 horas. E trouxeram o projeto





Handwritten mark

aqui para Santa Maria da Feira, para os dois tuneis que temos, aquilo empanca e fica ali toda a gente parada. E tantos anos que isto já tem. Não conseguimos resolver os problemas, até os que são fáceis. Pode ser que um dia passe a monumento e nós dizermos: este foi o túnel que em Santa Maria da Feira se fez para promover a ligação da cidade à parte nova da cidade e à parte para onde a cidade se está a ampliar. Foi este o túnel que nós criamos, deve ser emblemático para as gerações vindouras, mas deve ser como exemplo a não fazer. -----  
Era preciso também, urgentemente, uma requalificação que permitisse a fluidez de trânsito na rotunda do hospital de Santa Maria da Feira. Temos uma rotunda que dá para um hospital que, de manhã e nas horas de ponta, está completamente entupida. Como é que uma ambulância chega ao hospital? Isto é urgente. Podem morrer pessoas à espera, na fila. Se não é o civismo dos condutores, não é pela Câmara Municipal que as pessoas se vão salvar. -----  
Falta aqui também no Plano uma real promoção do turismo. O turismo é a área económica que está a puxar pelo País. Mas não puxa por Santa Maria da Feira porque nem sequer uma ideia nós temos do que queremos para o turismo. Não fazemos a mínima ideia. Fazemos umas coisitas, temos uns eventos que até têm algum reconhecimento, mas não chega. Nós queremos turismo todo o ano, temos qualidade no Concelho, e a Câmara é a principal responsável por incentivar esse turismo. Turismo esse que deve assentar na cultura, na autenticidade, numa oferta diversificada, incentivar o turismo cultural e dos eventos, mesmo fora desses eventos. É preciso prolongar o espírito do evento para lá do próprio evento. E é preciso que as pessoas venham cá, depois, visitar os eventos. -----  
E há outra coisa que me parece importante e, sinceramente, não entendo. Todos os municípios ribeirinhos do Douro estão a apostar no Douro. O Douro, antigamente, era uma grande via de comunicação para transportar mercadorias, para trocas comerciais. Agora é uma grande via de comunicação para trazer o turismo. Era preciso que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que tem ligação ao rio, promovesse esta ligação e trouxesse os turistas do Rio Douro para visitar o nosso território. -----  
Parece-nos que este Orçamento, sinceramente, tem pouco futuro. Tem muito passado, tem muito de coisas que sempre se fez, e que são precisas fazer, muitas delas, mas tem pouco futuro e tem pouco alcance para a melhoria dos cidadãos feirenses, nos anos que se aproximam.” Fim de citação. -----  
-----



Handwritten signature

Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) que começou por dizer que, tal como o membro Sérgio Cirino, também já anda nas lides políticas há alguns anos, e que, no seu entender, foi das mais fracas intervenções que ouviu do Partido Socialista relativamente à matéria do Plano e Orçamento Municipal, e que tal não se devia ao autor da intervenção mas sim ao conteúdo da mesma. -----

Referiu que a bandeira do abastecimento de água já foi há muito tempo, que a do saneamento também, que a bandeira da dívida ia a caminho e que a reabilitação da rede viária está em perfeito andamento, pelo que percebe que o Partido Socialista não tenha, neste momento, grande argumento para usar, daí ir buscar questões como os skate parques e outras que tais, comentando que, se calhar, é o efeito da geringonça que está a chegar a Santa Maria da Feira. - Feita esta introdução, o membro Rui Ribeiro passou a aludir concretamente às Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2018, dizendo o que, seguidamente, se passa a citar:-----

“Relativamente à proposta, o Partido Social Democrata tem de se congratular com esta proposta, que não é mais do que a continuidade do projeto iniciado por Emídio Sousa há 4 anos. Um projeto sério, exigente e de rigor.-----

A redução da dívida é uma realidade e a prova é que vemos, neste Orçamento, uma redução de 55% nos juros e nos encargos financeiros, e isto permite, obviamente, libertar capital para aquilo que efetivamente é importante para o Município.-----

O pagamento é uma bandeira, mas como disse o Sr. Presidente, é um segundo plano. Neste momento está nos 11 dias, mas há coisas mais importantes. Mas é efetivamente importante porque dá outro poder negocial à Câmara Municipal e outra forma de estar e garantir aos seus fornecedores.-----

Continuamos, também, com a aposta no desenvolvimento e criação de emprego. O desemprego está numa linha decrescente, como tem sido anunciado, e, efetivamente, estamos no caminho certo. -----

Relativamente aos impostos o Sérgio Cirino ou viu mal ou alguém o enganou. O aumento não é de 2 milhões, é de 200 mil euros. Há um zero aí, e o zero faz toda a diferença. E este aumento é compreensível, já o expliquei na última Assembleia e volto a dizer. Cada vez mais as isenções de IMI são inferiores, pela lei em vigor e, também, algumas vão caindo por força da idade dos empréstimos, concretamente.-----

Relativamente a este Plano é, efetivamente, a concretização de várias promessas que o



Executivo fez neste ato eleitoral. E ao contrário do que aqui se diz, não são atividades eleitorais, são atividades contínuas, durante todo o mandato, é o projeto do Partido Social Democrata a avançar.-----

Uma das grandes promessas é, efetivamente, um ponto muito importante e tem a ver com o aumento da autonomia e da capacidade financeira das Juntas de Freguesia. Há um aumento de 33% no global das transferências. Nunca o município de Santa Maria da Feira cedeu uma fatia tão grande às Juntas de Freguesia. É importante. Todos os Presidentes de Junta reivindicam, e aqui há dias ouvi na reunião da Câmara Municipal que havia Presidentes de Junta, inclusivamente do PSD, que não estavam satisfeitos. Caros vereadores socialistas, mal seria e muito fraco seria o Presidente de Junta do PSD que chegaria à Câmara e dizia que tinha tudo. Esse não valia a pena cá estar. E como nós, no nosso projeto, escolhemos as melhores pessoas, são sempre pessoas que reivindicam e querem cada vez mais para as suas freguesias. Com certeza que estão muito contentes com este projeto, mas querem sempre mais para as suas freguesias. -----

Uma outra questão que também foi uma grande bandeira deste ato eleitoral, que se está já a concretizar e que temos consciência que era uma falha, neste momento, do Município, tem a ver com o desdobramento do pelouro das obras públicas, dando uma especial atenção às zonas verdes e aos espaços públicos. É efetivamente importante embelezar estas zonas que, nos últimos anos, não têm tido a melhor atenção. Parabéns, Sr. Presidente, por este desdobramento e pela criação deste novo pelouro.-----

Há aqui também a concretização de uma obra que vem sendo falada há muitos anos, que tem a ver com o denominado Eixo das Cortiças. E aquilo que há bocadinho o Filipe Moreira dizia, que tinha receio que fosse entupir mais as nossas vias, eu penso que não, penso que vai libertar as zonas urbanas e vai libertar especialmente a Estrada Nacional N.º 1 que, neste momento, está completamente entupida. Acho que é uma obra muito importante para as áreas industriais do nosso Concelho, para dar uma dinâmica ainda maior, e sabemos a dinâmica que é necessária dar, nomeadamente, à zona industrial de Monte Grande, que é um bocadinho deficitária relativamente às acessibilidades.-----

Há aqui também outra obra que foi falada, muito importante, e antes que cresçam os diversos empreendimentos, que tem a ver com a variante que liga Espargo a Rio Meão, já anunciada pelo Sr. Presidente a intervenção.-----



E eu deixava um repto à Câmara relativamente a esta questão. Porque não criar uma ciclovia dado que estamos a falar na capital do ciclismo do Concelho de Santa Maria da Feira, São João de Ver, e passeios. Será provavelmente, no futuro, um dos meios de transporte para as pessoas que trabalharão nessa área. E não existem, na grande maioria, edificações à face da rua existente, portanto, não será muito difícil equacionar esse alargamento. -----

Existem também algumas obras importantes que têm a ver com as áreas centrais, a área de desenvolvimento da zona de Lourosa já está em curso, Fiães avançará também, seguir-se-á Argoncilhe e outras freguesias. São áreas que devem merecer uma especial atenção deste Município dado que, nos últimos anos, não a tem tido. -----

Queria também falar de uma obra bastante importante, ainda há dias alguns agentes políticos do nosso Concelho, nomeadamente um em particular, que foi candidato à Câmara Municipal, me referia que era absurdo o Município ter investido no Europarque, investido numa coisa que não é da Feira. Se não é da Feira não sei de quem é, quando este espaço é concessionado ao Município por 50 anos. Eu espero, Sr. Presidente, que não seja a única intervenção, que durante os 50 anos hajam mais intervenções. -----

Mas quando queremos tornar aquele espaço mais competitivo, mais apelativo e de infraestruturas mais modernas, para que consigamos promovê-lo de forma ainda melhor, é efetivamente necessário fazer estas intervenções. A Câmara Municipal sempre defendeu a gestão deste espaço, sempre disse que seria complexo mas que jamais deixaria este espaço entregue a qualquer entidade particular ou entregue diretamente ao Estado. É muito importante dinamizar o Europarque. -----

Outra obra também muito prometida e, não como o Sérgio Cirino dizia, que vem tudo para a cova, penso que será no ano de 2018 que se concretizará o início das obras das piscinas de Canedo, há muito faladas. Está no Plano e Orçamento, esperemos que seja uma realidade. -----

Relativamente ao Desporto, o investimento tem sido nítido no último mandato e irá continuar. Também ouvi, há pouco, falar no desporto ao ar livre, que é necessário promover. Sérgio Cirino, tem que ir ao Europarque ao fim de semana para saber o que é promover e o que é praticar desporto ao ar livre. -----

Ação Social. O Bloco de Esquerda falou que não há apoio aos idosos. Completamente demagogo esta afirmação, ou então é de quem não leu os dossiês e de quem não sabe o que é a realidade do Concelho. -----



Relativamente à Saúde há, efetivamente, alguns processos em curso. Sabemos que estão sempre pendentes da tutela. A USF de Nogueira da Regedoura/São Paio de Oleiros é o processo que está mais avançado, obviamente que nós queríamos que avançassem todas em simultâneo, a de Milheirós de Poiares e a de Canedo. Mas, Sérgio Cirino, está pendente dos vossos, está pendente de Lisboa. A Câmara tem intenção, a Câmara quer avançar com a obra. - Nesta primeira intervenção, para que nos reste tempo, vou ficar por aqui.” Fim de citação. -----

Pedi novamente a palavra o membro *Sérgio Cirino* (PS) para fazer uma retificação, o que lhe foi concedido. Referiu que o membro Rui Ribeiro tinha razão em relação ao reparo sobre a receita do IMI, salientando que, efetivamente, o aumento da receita do IMI é de cerca 200 mil euros e não 2 milhões de euros, como havia referido na sua intervenção inicial. -----

Frisou que o aumento de 2.298.655 € refere-se ao aumento nos impostos diretos que a Câmara cobra aos munícipes, sublinhando que, portanto, o aumento de 2 milhões de euros nos impostos existe.-----

Concluiu fazendo notar que toda a gente se engana, ressaltando nesse âmbito que, pelo que tem conhecimento, quem deu o terreno para a USF de Milheirós de Poiares foi a Junta de Freguesia, e não a Câmara Municipal como erradamente consta do Plano e Orçamento.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

Começando por aludir à intervenção do membro Filipe Moreira agradeceu os elogios dados pelo mesmo, comentando que também fica bem dizer bem quando o trabalho é bem feito, lamentando que alguns só saibam dizer mal. -----

Salientou que vai haver sempre muitas coisas para fazer, seja hoje ou daqui por 10, 20 ou 30 anos, destacando que gerir a coisa pública e o orçamento municipal é gerir em função das prioridades definidas, porque os dinheiros são sempre escassos para aquilo que se gostaria de fazer. -----

Disse haver alguns aspetos que são necessários melhorar, tal como o problema das acessibilidades e dos passeios, realçando que isso está relacionado com o tipo de ocupação do solo que se verifica no Município, comentando que durante alguns anos ocorreu alguma construção desordenada e que é muito mais difícil colocar bem aquilo que nasceu mal do que



fazer bem de início. Referiu que a Câmara tem muitas dificuldades, nalguns centros urbanos, para construir passeios devido à falta de espaço, porque as casas foram construídas em cima das ruas, pelo que só as deitando abaixo se conseguiria arranjar espaço. Comentou que quando são 1 ou 2 casas até se poderá deitar abaixo mas que, quando se fala de 50 ou 100 casas seguidas, tal não é propriamente fácil nem barato.-----

Sobre a aposta nas plantas autóctones disse concordar e que também considera tratar-se da grande reforma a fazer na floresta, comentando não ser fácil mas que a Câmara está, paulatinamente, a fazer tal aposta. Informou que foram plantadas, na Quinta do Castelo, tal tipo de plantas mas que o problema é que as plantas infestantes são de tal forma violentas para com as autóctones que, na maior parte das vezes, abafam-nas. Disse que, portanto, essa é uma tarefa extremamente difícil, mas que tem de se continuar a tentar, sublinhando que o País tem de pegar neste assunto. -----

Em relação à questão dos transportes coletivos disse que o Concelho tem uma rede de transportes coletivos razoável, fazendo notar que a mesma existe porque as escolas são os grandes clientes, realçando que aquelas pessoas que se deslocavam para o trabalho de autocarro preferem, nos dias de hoje, o transporte individual. Sobre o Transfeira disse que a intenção é, no futuro, aumentar o circuito do mesmo, estando previsto que venha a fazer um circuito pelo Europarque e por São João de Ver mas que isso só se justifica quando se verificar o crescimento do parque empresarial LusoPark, frisando que o aumento do circuito implica um grande investimento do Município porque o Transfeira é subsidiado por este. -----

Sobre o programa Cidades Amigas das Crianças deu nota que o mesmo está a ser implementado em Santa Maria da Feira. -----

Relativamente aos vários programas de internacionalização e de parcerias, disse que a Câmara tem algumas parcerias com as escolas, como no caso do programa Erasmus +, ressaltando que noutros casos são as próprias escolas que apresentam as candidaturas. Sublinhou que a Câmara vai continuar a incentivar esses programas por entender ser muito importante incentivar os jovens, e até os professores, a terem experiências internacionais porque isso faz com que cresçam significativamente e acrescenta-lhes valor. Disse que essa aposta é para manter e que tal oportunidade deve ser dada a todos, comentando que, muitas vezes, os filhos das famílias mais pobres não têm a oportunidade de viver tais experiências.-----

Sobre as escolas que não estão ligadas ao saneamento básico disse ser uma falha grave,



informando que estão a ser realizados os procedimentos concursais para remediar essa situação. -----

Em relação ao aumento da receita das multas esclareceu que isso tem a ver, também, com os juros de mora, acrescentando que a Câmara planeia, em 2018, celebrar um protocolo com a Autoridade Tributária com vista a melhorar a eficácia da cobrança das taxas que não eram pagas, sublinhando que esse assunto está agendado para ser discutido na presente sessão. -----

Relativamente à questão sobre os fundos europeus disse não valer a pena escamotear que a execução da maioria dos programas comunitários de apoio destinados aos municípios estão atrasadíssimos, começando agora a Câmara a receber as primeiras verbas.-----

Quanto à habitação social informou ser intenção da Câmara intervir em 9 empreendimentos, que são aqueles com mais de 15 anos de idade, informando que só agora foram aprovadas as candidaturas para os dois primeiros, de Milheirós de Poiares e de Paços de Brandão, e que os restantes estão na linha seguinte, dando nota que a intenção é que venham a ser intervencionados durante os anos de 2018 e 2019.-----

Em relação às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos referiu, sobre o Arquivo Municipal, que o mesmo vai ficar localizado na zona a norte da Igreja da Misericórdia, onde era antigamente a Indaqua Feira e a Casa dos Magistrados, dizendo ser uma zona da cidade que carece de intervenção, que é uma zona que está feia. Disse que o projeto de execução para o Arquivo Municipal já foi presente a reunião de Câmara, que é muito ambicioso, realçando que vai ser feita uma requalificação muito significativa daquele espaço, que vai ter uma pequena praça, informando que o investimento rondará os 3 ou 4 milhões de euros. Frisou ainda que se pretende que o Arquivo Municipal seja um arquivo vivo, para consulta, para estudo, para aquilo que as pessoas pretenderem, e não um arquivo para apenas depositar material. -----

Em relação às USF deu nota que os terrenos estão disponibilizados, realçando, quanto ao terreno para a construção da USF de Milheirós de Poiares, que efetivamente foi disponibilizado pela Junta de Freguesia, que fazia parte da herança do Dr. Crispim, acrescentando que pela altura da construção da praia fluvial a Câmara fez umas permutas com a Junta de Freguesia, tendo ficado tudo acertado.-----

Salientou que, em São Paio de Oleiros, a Câmara comprou o terreno propositadamente para a construção da USF, e que, para a de Canedo, o terreno também é da Câmara Municipal.



Handwritten signature

Frisou que, da parte da Câmara Municipal, tudo o que foi combinado está feito, faltando o Estado cumprir a sua parte, comentando que o Estado, nestas coisas, diz sempre que sim mas, depois, demora até chegar à concretização. -----

Sobre a construção da escola de Fornos disse contar que as obras se iniciem no 1.º semestre de 2018, talvez em abril ou maio, informando que demorarão cerca de um ano pelo que, em 2019, estará concluída. Sublinhou que a freguesia de Fornos tem crescido em termos populacionais e que as escolas que tem já não dão a resposta necessária. -----

Quanto aos Interfaces de Transportes referiu que a Câmara vai avançar com os projetos, que vai construir um na cidade de Santa Maria da Feira, junto à GNR, uma vez que tem lá uma parcela de terreno para o efeito, e que tinha planeado o outro para Lourosa, nos terrenos da Auto Viação Feirense, mas que as negociações desses terrenos ficaram complexas pelo que estão a ser estudadas alternativas, comentando não ser fácil adquirir terrenos naquela zona. Frisou que, portanto, apenas está garantido o Interface de Transportes de Santa Maria da Feira uma vez que já há terreno para tal. -----

Em relação à reabilitação da rede viária disse que a mesma está a ser feita de duas formas, explicando haver aquela reabilitação que é a mais fácil de fazer e que se prende com a renovação do piso, e, depois, há a reabilitação urbana, como aconteceu, por exemplo, na Rua 5 de Outubro, em Santa Maria da Feira, e na Rua João Paulo II, em Lourosa. -----

Referiu que vão começar as obras de reabilitação da zona central de Fiães mas que não custarão, como disse o membro Ângelo Santos, 9 milhões de euros. Disse tratar-se de um centro urbano muito antigo, com ruas por onde, antigamente, só passava uma carroça e que, lamentavelmente, são quase impossíveis de alargar, comentando que algumas dessas ruas, para que possam ter passeios, terão de ficar com sentido único. Salientou que a intenção é tentar requalificar os centros urbanos que todas as freguesias têm, da melhor maneira possível, tendo em conta o que está porque não se pode pôr tudo abaixo. -----

Sobre as obras de requalificação da EN 223 informou que esse processo foi parado pelo atual governo, dizendo ter estado reunido, em 2016, com o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas e que este lhe explicou que a despesa está cativa, ou seja, que está orçamentada mas que não é para ser feita, tendo-lhe sido garantido que a obra seria feita em 2018. Disse que todo o procedimento de concurso público já estava feito, que espera que as obras realmente aconteçam em 2018 mas que tem as suas reservas, que tem de ver para acreditar.----





Relativamente ao apelo feito aos membros da Assembleia Municipal que também são Deputados na Assembleia da República, disse que, efetivamente, Santa Maria da Feira tem uma representação política muito interessante naquele Órgão, e que também espera que eles tragam muita obra para o Município. -----

Quanto ao Europarque disse tratar-se de um belíssimo equipamento, com quase 30.000 m<sup>2</sup> de área coberta, com 25 anos de idade, que está em boas condições mas que, no entendimento da Câmara, precisa de uma renovação, de ser arejado, para aumentar a atratividade do mesmo enquanto vocacionado para centro de congressos e, também, enquanto centro empresarial virado para as tecnologias, que se está a tentar desenvolver dentro do Europarque. Fez notar que as ruas de acesso ao Europarque precisam de um pavimento novo, que todas as estruturas metálicas exteriores e os cobertos precisam ser pintados, que há muitas coisas a fazer mas que ainda não há um valor definido, podendo ser 3, 4, 5 milhões de euros, sublinhando que a equipa que vai fazer o projeto dirá quanto vai custar. -----

Ainda sobre o Europarque disse não ter qualquer dúvida que, atualmente, qualquer feirense está contente por a Câmara ter assumido a gestão do Europarque, fazendo sobressair que, para além dos congressos e outros eventos pagos, também o espaço exterior é usado pela população em geral para atividade de lazer, para corrida, caminhada, passeio, brincadeira, frisando ser um equipamento que dá uma grande resposta ao território de Santa Maria da Feira pelo que considera que a Câmara Municipal tomou uma boa decisão e que esta foi bem acolhida pelos feirenses. -----

Em relação ao slogan da campanha do CDS-PP, de que Santa Maria da Feira merece mais, disse que todos estão de acordo com isso, que também entende que Santa Maria da Feira merece mais, pelo que a Câmara está a trabalhar para isso. -----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu aludindo à intervenção feita pela deputada municipal Salomé Ventura, comentando que o BE entregou 40 propostas para o Orçamento e Plano de Atividades e que, pelo que julga, tais propostas traduzem o manifesto eleitoral do BE à Câmara Municipal. -----

Sobre a questão do trabalho com direitos referiu que todos concordam com isso, ou seja, que o trabalho tem de ter direitos e que os salários têm de ser melhores. Disse que a estratégia da Câmara para responder a esse desiderato é aquilo que entende ser possível fazer, ressaltando que quando fala no objetivo do pleno emprego é precisamente fazer aumentar o salário pelo



lado da procura do trabalhador, explicando que se o trabalhador tiver emprego e houver uma empresa que o quer contratar, terá que lhe pagar mais para o poder ter. Referiu esperar que os salários, em Santa Maria da Feira, venham a subir, frisando haver uma geração de jovens feirenses que, para além das competências técnicas, tecnológicas e criativas que lhes são dadas pela escola, têm competências culturais porque participam nos eventos, vivem a cultura de outra maneira, considerando que tais jovens já têm competências acima da média que lhes dá outras vantagens competitivas no mercado de trabalho. -----

Em relação à afirmação de que são 40 anos de mais do mesmo, comentou que há 40 anos ainda jogava voleibol, que eram bons tempos, e que não o podiam culpar de tudo. Salientou que muita coisa foi bem-feita e que está orgulhoso daquilo que fizeram os pais e avós desta geração, comentando que eles não fizeram tudo mas que fizeram aquilo que era adequado para o tempo. Disse que muitos emigraram, como já foi falado, que ele próprio foi um dos que passou a fronteira a salto, em Chaves, quando tinha 12 anos, pelo que sabe muito bem o que isso é, reafirmando estar muito grato a todos os pais e avós pelo contributo que deram ao País. Sobre os salários pagos pelo trabalho no Perlím disse que se estava a tentar fazer um aproveitamento político de uma situação que é clara, destacando que muitos jovens vão para o Perlím com o intuito de aprenderem e que as companhias ganham dinheiro pelos espetáculos que produzem. Disse ter lido, num jornal, o caso de um enfermeiro que vai trabalhar para o Perlím durante as tardes, acrescentando que muitos vão executar tarefas simples e que é preciso passar um recibo, uma vez que as entidades públicas precisam justificar as despesas. -- Em relação à afirmação de que somente 1% do Orçamento é destinado à ação social, insistiu que isso não é verdade, que é jogar desonestamente com os números, reafirmando que a política social da Câmara é a de parceria com as instituições, que não é a de fazer uma leitura de x por cento para a ação social. Frisou que a Câmara tem muitas parcerias no âmbito da ação social, recordando que a ação social escolar, que envolve as refeições fornecidas, os livros escolares e os transportes escolares, que têm o apoio da Câmara, também é ação social. - Sobre a verba de 1.000 € destinada ao apoio a cuidadores informais reforçou que a política social da Câmara é de parceria, que é favorável ao envolvimento da sociedade civil e que alguns processos sejam tratados por quem está mais perto do problema, como as IPSS e outras instituições, salientando não lhe custar nada dar o dinheiro a quem pode fazer uma tarefa melhor do que aquela que seria feita pela Câmara. Referiu que a Câmara, obviamente,



controla se as coisas são bem feitas, reforçando que essas instituições estão mais perto das pessoas e conhecem os problemas que estas têm, e lhes dão o calor que, muitas vezes, o técnico da Câmara não dá. -----

Em relação à questão do bem-estar animal disse julgar que Santa Maria da Feira é o município que melhor trata esta questão, reafirmando haver alguma dificuldade no que fazer a seguir mas que, no respeitante àquilo que é a competência da Câmara, está tudo bem encadeado. -----

Aludindo à intervenção feita pelo membro Sérgio Cirino disse, quanto à questão do aumento de cerca de 2 milhões de euros nos impostos diretos, que esse aumento tem a ver também com a receita do IVA e do IRS. Referiu que o desenvolvimento da atividade económica verificado no Município reflete-se, obviamente, na receita arrecadada, explicando que nos períodos de crise a receita fiscal diminui mas que, nos períodos de maior consumo e maior atividade, a receita aumenta. Sublinhou que tendo diminuindo o desemprego no Concelho a verba proveniente do IRS aumenta, e que o aumento de 200 milhões de euros das exportações, nos últimos 4 anos, significa que há mais dinheiro do IVA que, depois, entra na receita do Município, daí se verificar um aumento da receita dos impostos diretos. -----

Sobre o aumento dos custos com o Pessoal explicou estar relacionado com o descongelamento das carreiras que o governo fez, salientando que as admissões são poucas. Fez notar que a Câmara precisa, nos próximos tempos, de admitir alguns técnicos, informando que na última meia dúzia de anos a Câmara perdeu mais de 100 trabalhadores pelo que precisa de admitir algumas pessoas, para alguns postos chave, embora num número muito longe dos 100 trabalhadores que perdeu. Disse que a Câmara tem, no pessoal operariado, um conjunto de pessoas muito envelhecidas, que mais de metade desse pessoal já se reformou, que foram 10 ou 11 anos sem admitir ninguém pelo que é altura de renovar um pouco os quadros da Câmara. -----

Quanto à questão da ação social e o dar comida a quem precisa disse que, em Santa Maria da Feira, não há ninguém a passar fome. Disse que pode haver uma situação ou outra, por exemplo alguém que tenha um problema de saúde mental, mas que não é por falta de resposta, frisando que se alguém conhecer algum caso então que o sinalize, e será dada a devida resposta. -----

Sobre a renovação do parque habitacional do Município repetiu que vão ser intervencionados



os 9 bairros sociais existentes no Concelho que têm mais de 15 anos, em questões de eficiência energética e de conforto.-----

Em relação à habitação social adaptada à nova realidade, às pessoas sozinhas, realçou ser uma questão muito complexa, que por vezes há conflitos difíceis de gerir, dando nota que existe uma experiência pioneira a decorrer em Lourosa, com 3 homens sós a viverem na mesma casa, obviamente com quartos separados, que está a ser acompanhada e que, caso as conclusões sejam positivas, tal experiência pode ser alargada. -----

Relativamente à afirmação de que a Indagua Feira faz o que lhe apetece, salientou que isso não é verdade e que caso haja algum comportamento da concessionária que não seja adequado a Câmara agir, realçando que a Indagua Feira rege-se por um regulamento, rege-se por regras, e, se não as seguir, a Câmara atuará. Disse ainda que a Indagua Feira, como entidade gestora dos serviços de abastecimento de água e de saneamento, obviamente que tem de gerir, muitas vezes, situações dos clientes que não pagam a conta, ou daqueles que não ligam à rede quando são obrigados a fazê-lo, comentando que tais situações não são fáceis de gerir e que obrigam, por vezes, a algum exercício do poder de autoridade, mas que isso não pode ser confundido com algum abuso ou com algum menor tratamento ao cliente.-----

Em relação à afirmação de que só a cova interessa disse que não é verdade, que a Câmara procura intervir de forma harmoniosa em todo o território do Concelho, comentando ainda que prefere, ao ver ser usado o termo “cova” em relação à sede do Município, entendê-lo de forma carinhosa. Referiu haver intervenções na sede do Município, por razões óbvias, porque tem o serviço da Câmara, o serviço das Finanças e outros, tal como há intervenções em Canedo, como as piscinas que ali serão construídas, como há intervenções no passadiço do Uíma, no Eixo da Cintura Industrial Norte, nas pedreiras de Lourosa, entre outras. Recordou os 17 campos sintéticos que foram feitos em todo o território, o pavilhão que está a ser construído em Mozelos, o pavilhão que foi feito em São João de Ver, dizendo considerar injusta a acusação de que o investimento é apenas feito na sede do Município.-----

Quanto à questão da Câmara fazer as suas reuniões percorrendo as freguesias, e da afirmação de que a Câmara está a fugir das pessoas, disse que a Câmara não foge das pessoas, longe disso. Disse orgulha-se de ir a qualquer sítio, de falar e conviver com todas as pessoas, e que não é uma reunião, à segunda-feira, das 14h30 às 17h, que vai alterar o que quer que seja, ressaltando que a essa hora as pessoas, normalmente, até estão a trabalhar, pelo que considera



não fazer sentido e que seria até um pouco folclórico a Câmara andar a passear pelas freguesias para fazer as suas reuniões. Deu nota que, na Área Metropolitana do Porto, as reuniões vão sendo feitas nos diferentes municípios que a integram mas que apenas estão a assistir os jornalistas, não indo mais ninguém assistir a essas reuniões. -----

Sobre a questão do município digital informou que a Câmara está a trabalhar nesse aspeto, comentando que o membro Moisés Ferreira perguntou, nesta sessão, sobre a aquisição de um digitalizador e que, se calhar, esse equipamento é para dar resposta à digitalização que é necessária fazer. -----

Relativamente à questão dos postos de carregamento para veículos elétricos disse que a Câmara tem previstos quatro para o Município, entre os quais um que foi atribuído pela empresa pública MOBI.E,SA. Informou que dois serão na cidade de Santa Maria da Feira, um junto à Biblioteca Municipal e outro junto ao chamado parque dos pinheiros, à beira da rotunda da bola; um em Fiães, numa zona de estacionamento junto às ribeiras do Uíma; e um outro em Lourosa, junto às pedreiras. Fez ainda sobressair que, atualmente, já existem soluções de carregamento nos próprios postos de abastecimento bem como nas casas das pessoas, realçando que a tecnologia já evoluiu de modo a permitir que as pessoas carreguem o seu carro elétrico em casa. -----

Sobre a promessa de fazer um skate parque pela Jovem Autarca esclareceu que, posteriormente, a Jovem Autarca, junto com a sua equipa, preferiu, em vez do skate parque, atribuir prémios de mérito. -----

No respeitante à questão da Câmara fazer chegar a rede de água e de saneamento a casa das pessoas onde, atualmente, não chega, fez sobressair que o Município tem uma taxa de cobertura de 99% no que refere ao abastecimento de água, e de 90% no saneamento. Fez notar que, relativamente ao saneamento, a taxa de cobertura nos Estados Unidos da América é de 85% e que, para a Europa, o recomendado pela União Europeia é uma cobertura de 90%, chamando a atenção de que vai haver sempre casos em que, ou porque as casas ficam muito longe da rede ou por outras questões técnicas, fazer chegar-lhes a rede seria incomportável. Referiu, a título de exemplo, que para uma casa que fique num buraco pode custar 50 ou 60 mil euros bombar o esgoto para uma conduta, e que é preciso haver racionalidade económica nos investimentos do Estado, comentando que nos casos de casas isoladas a fossa séptica, se bem construída, resolve o problema dos esgotos. -----



Sobre o túnel na EN 223 disse esperar que o governo do PS avance com o projeto, sublinhando que essa é uma reivindicação permanente da Câmara Municipal e que esta é inteiramente a favor do túnel, mas que a resposta que tem ouvido dos sucessivos governos é que o túnel é muito caro e que não há dinheiro para o fazer. -----

Em relação à rotunda de acesso ao hospital disse que, efetivamente, há um ou outro momento de grande movimento mas que não há engarrafamentos, acrescentando que o trânsito, em Santa Maria da Feira, flui bem comparativamente com outros grandes centros urbanos, comentando que só quem não vai ao Porto ou a Lisboa é que chama engarrafamento ao que se passa em Santa Maria da Feira. -----

Relativamente à questão da promoção do turismo realçou que o Município tem um plano estratégico para o turismo, que é reconhecido e que está bem-feito, salientando que a procura turística do Município tem aumentado significativamente, quer através dos eventos quer através de um conjunto de atividades que têm sido desenvolvidas, comentando que talvez fosse possível fazer melhor mas que considera que a Câmara tem feito um belíssimo trabalho nessa área. -----

Sobre o aproveitamento do Rio Douro como via de transporte, disse ser da opinião que o Rio Douro é, atualmente, muito mais uma via turística do que uma via de transporte. -----

Nesta altura o Sr. Presidente da Câmara, perante o alerta que lhe foi dado pelo Sr. Presidente da Assembleia de que teria de terminar a intervenção dado ter-se esgotado o tempo, deu por terminada a intervenção. -----

Usou novamente da palavra o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que disse que, estando tanta coisa pendente de Lisboa, então que o Sr. Presidente da Câmara tem de ir mais vezes a Lisboa para fazer ver que está preocupado e que é preciso fazer as coisas. Realçou que os governos que dirigem o País têm, de uma vez por todas, agilizar os processos para que as coisas, que tanto são necessárias, sejam realizadas. -----

Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara já havia respondido pormenorizadamente às questões que foram feitas mas que, sendo o momento da discussão do Plano e Orçamento Municipal o momento político mais importante da vida do Município, não podia deixar de dizer que é natural que os partidos da oposição



critiquem e digam mal da Câmara, porque têm de fazer prova de vida. -----  
Referiu que, portanto, tem de ouvir o BE dizer que com as suas 40 propostas tinha tudo resolvido em 2018, ressaltando que isso é o píncaro da demagogia porque o BE sabe muito bem que, mesmo que tivesse o dinheiro todo do mundo, em 2018 não resolvia todos os problemas.-----

Salientou que, depois, há um outro tipo de demagogia mais suave, que é a demagogia do PS, realçando que quando se trata de, durante o ano, a Assembleia Municipal decidir sobre a arrecadação de receita, designadamente decidir sobre a Derrama, o IRS e o IMI, o PS propõe uma redução da receita e, posteriormente, quando chega a altura de falar do Plano, que está sujeito a um orçamento, que por sua vez está sujeito à receita arrecadada, vem propor tudo quanto lhe vem à cabeça porque acha que tudo quanto lhe vem à cabeça pode caber no Orçamento Municipal.-----

Reforçou que, portanto, é preciso compreender que os partidos da oposição têm de fazer prova de vida e que este é o momento de o fazer, acrescentando contudo que, com tanta demagogia, só se confirma que o PSD, em 2013, tinha toda a razão com as propostas que apresentou e com a execução que conseguiu durante os 4 anos do mandato. Salientou que, em segundo lugar, também se confirma que o PSD tem razão agora porque, há poucos meses, os feirenses deram a maior vitória ao PSD, fazendo sobressair que essa vitória foi fruto daquilo que o PSD foi fazendo ao longo dos últimos 4 anos mas, também, fruto da proposta que Emídio Sousa e o PSD apresentou para o presente mandato.-----

Disse que o Plano e Orçamento Municipal para 2018 não é mais do que a consequência e a sequência daquilo que foi feito durante os 4 anos do anterior mandato, que é a continuação da política que foi encetada segundo a estratégia de Emídio Sousa e do PSD, e dentro dos recursos que são conseguidos, frisando que a Câmara Municipal vai fazer o possível em 2018 mas que muito vai continuar por fazer porque o Orçamento não chega para tudo. -----

Referiu ser preciso ter consciência disso, bem como daquilo que pode ser feito e do que pode ser melhorado, salientando que a Câmara vai partido de patamares diferentes porque as coisas vão sendo feitas, explicando que, no presente mandato, parte de um patamar em que já não pensa no saneamento nem na distribuição da água, em que muitas das estradas já estão reabilitadas, pelo que já é possível olhar para os espaços públicos e investir nessa área, o que até então não era prioritário.-----



*[Handwritten signature]*

Concluindo disse querer também fazer uma crítica, para que não se dissesse que somente diz bem da Câmara, lamentado que em dia de sessão da Assembleia Municipal o serviço de bar da Biblioteca Municipal estivesse encerrado.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD:33, PS:1 – Valdemar Silva), 14 votos contra (PS:12, BE:2) e 4 abstenções (CDU:1, CDS-PP:1, IND.:1, PS:1 – Francisco Andrade), aprovar as Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2018 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

O membro *Sérgio Cirino* (PS) deixou à Mesa declaração de voto por escrito, do seguinte teor: “O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira vem, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 30.º do Regimento da Assembleia Municipal, fazer constar da Ata da Reunião Ordinária realizada no dia 22 de dezembro de 2017 a sua declaração de voto referente ao ponto n.º 3 da Ordem de Trabalhos intitulado “Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2018”, apresentada e votada no Período da Ordem do Dia e que mereceu voto contra do Grupo do PS, nos termos e com os fundamentos seguintes:-----

1. Não se promove a participação dos feirenses na governação do concelho. -----
2. Não se aproxima os órgãos do município das pessoas, quer através da realização de reuniões descentralizadas, quer através de mecanismos de aproximação dos feirenses ao seu município. -----
3. Não se promove a transparência da governação municipal. -----
4. Não temos medidas de uma verdadeira promoção e apoio do empreendedorismo empresarial e social. -----
5. Falta uma clara política de promoção do turismo. -----
6. Não se prevê uma verdadeira melhoria dos serviços públicos de transporte. -----
7. Não temos um tarifário social para a água e saneamento básico, nem se resolve os problemas do contrato de concessão.-----
8. Falta uma clara promoção das condições para a prática do exercício físico.-----
9. Não temos um Programa para a mobilidade elétrica – postos de carregamento e zonas de





parqueamento gratuito para veículos elétricos. -----  
10. Inexistência de uma clara aposta no digital para o relacionamento entre os feirenses e o município de Santa Maria da Feira.” -----  
-----

*Saiu o membro José Manuel Leão.* -----  
-----

#### 4 – Mapa de Pessoal para 2018 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação camarária de 18 de dezembro de 2017 e restante documentação que a acompanha – documentos enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritos. -----  
-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---  
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD:32, PS:14, CDS-PP:1, IND.:1) e 3 abstenções (BE: 2, CDU:1), aprovar o Mapa de Pessoal dos serviços municipais para o ano de 2018 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----  
-----

*Saiu o membro Manuel Fernando Custódio.* -----

*Reentrou o membro José Manuel Leão.* -----  
-----

#### 5 – Delegação de competências nas Juntas de Freguesia -----

- Acordos de Execução -----

#### 6 – Delegação de competências nas Juntas de Freguesia -----

- Contratos Interadministrativos -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que,  
-----



conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente, embora submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 18 de dezembro de 2017 enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Acompanham as deliberações em referência as minutas dos acordos de execução e contratos interadministrativos em epígrafe e respetivos anexos – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o Partido Socialista concorda que é bom caminho aumentar as transferências para as Juntas de Freguesia porque esse dinheiro é mais bem aplicado, salientando que estando as Juntas de Freguesia mais perto das pessoas, cada euro que investe terá maior repercussão na vida dessas pessoas. -----

Pediu, de seguida, um esclarecimento relacionado com a questão da responsabilidade civil, referindo que o dinheiro é transferido para as juntas de freguesia e que estas, por sua vez, fazem as obras de manutenção e reparação das vias, questionando se a responsabilidade civil por qualquer coisa que aconteça nessas vias continua, ou não, a ser da Câmara Municipal. -----

Prosseguiu dizendo que os contratos com as juntas de freguesia têm de evoluir mais, realçando que, para além da delegação de mais competências é preciso, se calhar, dar mais algum dinheiro às juntas de freguesia, frisando ainda a necessidade de haver uma clara definição do apoio técnico uma vez que, como é reconhecido nos documentos, as juntas de freguesia carecem de apoio técnico para levar a efeito as obras. -----

Reafirmou que o grupo municipal do PS concorda com o caminho de aumentar as transferências para as juntas de freguesia mas entende, também, que deve haver um aumento do apoio, tanto a nível monetário como nas competências técnicas. -----

Concluindo, disse que sem o apoio técnico da Câmara as Juntas de Freguesia ficam quase impedidas de conseguir levar a cabo os acordos e os contratos de delegação de competências, pelo que considera que esse apoio devia estar bem definido para que todos soubessem com o



que podem contar.-----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Bloco de Esquerda tem sido favorável, como se sabe, à delegação de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia. Temos dito, sempre que esse assunto vem a discussão à Assembleia Municipal, que as Juntas de Freguesia, por serem os órgãos autárquicos mais próximos dos cidadãos, são aquelas que podem, em muitas matérias, dar as melhores respostas às comunidades. -----

Mas também sabemos que as Juntas de Freguesia trabalham com orçamentos bastante limitados, pelo que será fundamental que a delegação de competências seja acompanhada por verbas que permitam a execução dessas mesmas competências. Se tal não acontecer, essas próprias competências ficam em risco. -----

Temos assistido, ao longo dos últimos anos, a pedidos de apoio adicional por parte das Juntas de Freguesia, o que indica que as mesmas viveram anos em subfinanciamento, sendo obrigadas a vir de mão estendida à Câmara Municipal para poderem prosseguir com as suas funções e competências.-----

A proposta que é hoje trazida pela Câmara Municipal admite isso: que as transferências que estava a fazer para as Juntas de Freguesia eram insuficientes. Tanto que teve que rever os critérios que subjaziam às verbas transferidas. Fica por explicar o porquê de só o fazer passado 4 anos e se os critérios agora definidos são suficientes.-----

O Bloco de Esquerda defende o aumento das verbas transferidas para as Juntas de Freguesia, como defendemos o aumento das competências destes órgãos. Mas queremos que a Câmara Municipal mostre disponibilidade para, a qualquer momento, alterar estes contratos se as verbas continuarem a ser insuficientes. -----

Por estas razões, votaremos favoravelmente.”-----

-----  
Interveio o membro *João Cunha* (PSD) que começou por referir que, perante o que ouviu a deputada municipal *Salomé Ventura* dizer, não podia deixar de salientar que não foi por acaso que, anteriormente, as transferências para as juntas de freguesia foram feitas de outra forma, fazendo sobressair que, como é sabido, o País passou por um ajustamento financeiro



difícilimo, e que as câmaras municipais não foram exceção nessas dificuldades.-----  
Realçou que, apesar de não ter sido fácil, o Município saneou as suas contas, ajustou-se, redimensionou e priorizou os seus investimentos, passou a pagar quase a pronto aos seus fornecedores, tendo entendido que, agora, está capaz de aumentar as verbas a atribuir às juntas de freguesia, através dos contratos de delegação de competências. Frisou que, portanto, a Câmara Municipal não fez porque lhe apetecia, mas sim porque teve que ser assim. -----  
Referiu querer, em segundo lugar, dar os parabéns à Câmara Municipal pelo esforço que tem empreendido na política de potenciar a autonomia e dar capacidade às juntas de freguesia de fazerem por si, porque são quem está mais próximo das pessoas. -----  
Frisou que o grupo municipal do PSD concorda em absoluto com essa política, que deseja que o caminho continue a ser esse, pelo que vota favoravelmente as propostas da Câmara. -----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos necessários, começando por salientar, em relação à questão colocada pelo membro Sérgio Cirino sobre a responsabilidade pelos acidentes ocorridos nas vias, que essa é uma questão que está a ser analisada pelos juristas da Câmara. Referiu que, na sua opinião, a Câmara deve manter essa responsabilidade porque as juntas de freguesia têm alguma dificuldade nessa matéria, mas que é um assunto que ainda está a ser analisado. -----

Quanto ao apoio técnico dado às juntas de freguesia disse ser óbvio que a Câmara as apoia quando estas lhe pedem ajuda para fazer um plano de alinhamentos, uma definição de materiais ou outras coisas, ressaltando que os acordos de execução e os contratos interadministrativos são feitos, essencialmente, por causa das responsabilidades financeiras, e que os apoios técnicos dados pela Câmara são uma constante. -----

Sobre a afirmação feita pela deputada municipal Salomé Ventura de que a delegação de competências tem de ser acompanhada de verbas, disse que isso também é óbvio. Salientou que, há 4 anos, a situação da Câmara era diferente, que foram dados alguns apoios pontuais às juntas de freguesia, que foram submetidos à Assembleia Municipal para a devida autorização, e que, agora, a Câmara prefere dar às juntas de freguesia o dinheiro para elas fazerem um planeamento em conformidade e, depois, gastá-lo como entenderem. Disse ser isso que está em causa, ressaltando que tal não quer dizer que a Câmara não dê algum apoio pontual às juntas de freguesia, caso necessário. -----



Concluindo esclareceu, quanto à questão de se proceder a uma eventual revisão aos contratos caso se entenda necessário, que essa revisão pode ser feita a qualquer momento mas que espera que não venha a ser feita.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

**5 – Delegação de competências nas Juntas de Freguesia** -----

**- Acordos de Execução** -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor (PSD:33, PS:13, BE:2, CDS-PP:1, CDU:1, IND.:1), autorizar a Câmara Municipal a celebrar acordos de execução com as Juntas de Freguesia, nos termos da deliberação camarária de 18 de dezembro de 2017.-----

**6 – Delegação de competências nas Juntas de Freguesia** -----

**- Contratos Interadministrativos**-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD:33, PS:13, BE:2, CDU:1, CDS-PP:1) e 1 abstenção (IND.), autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia, nos termos da deliberação camarária de 18 de dezembro de 2017. -----

**Sairam os membros João Cunha, Juliana Rocha e Carla Adriana Pinto.**-----

**7 – Contrato-Programa para 2018 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.**-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de dezembro de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----



Acompanha a deliberação em referência a minuta do contrato-programa em epígrafe, instruída com o parecer prévio do Revisor Oficial de Contas Ângelo Couto & Carlos Ribeiro, SROC, datado de 4 de novembro de 2017 – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por referir que, quando começou nas lides políticas, o subsídio à exploração que o Município atribuía à Feira Viva era o dobro daquele que atribui agora, ressaltando que na altura o Partido Socialista criticava mas que era acusado de estar errado. Frisou que o certo é que o subsídio atribuído pelo Município é, atualmente, metade do que era nessa altura, significando que, afinal, aquilo que o Partido Socialista diz por vezes bate certo. -----

Disse que o bom poderá ser o caminho para o ótimo, considerando que é preciso um plano de investimentos para os equipamentos que são geridos pela empresa municipal, ressaltando que alguns não sofrem investimentos há muitos anos o que leva a que não sejam tão atrativos para os utentes, a que prestem um pior serviço à população, impedindo, conseqüentemente, o aumento da rentabilidade dos mesmos. -----

Referiu saber que não é possível tornar rentáveis alguns equipamentos, mas que noutros é, reforçando ser possível melhorar muito os equipamentos, tanto na comodidade que oferece aos utentes como, também, nos resultados que podem ter, dando como exemplo a construção de um ginásio nas piscinas de Fiães bem como o melhoramento da eficácia energética das piscinas de Santa Maria da Feira. Fez sobressair que não é apenas o Europarque que precisa ter um plano de investimentos, que há outros equipamentos que também precisam. -----

Recordou que o Parque Ornitológico de Lourosa chegou a ter um défice de 440 mil euros e que se dizia que era tudo custos fixos e que não havia hipótese de reduzir esse défice, mas que, agora, o défice de exploração do mesmo ronda os 200 mil euros, demonstrando que, afinal, há sempre hipótese. -----

Concluindo a sua intervenção o membro *Sérgio Cirino* disse que o contrato-programa para 2018 está bem feito, comentando que o PS dizia que tinha de ser feito e que o PSD dizia que não, que estava muito bem como era antigamente, sublinhando que se é bom agora é porque antigamente era mau. -----



Usou da palavra a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“A empresa municipal Feira Viva deveria ser extinta; os seus trabalhadores deveriam ser integrados nos quadros do município e as atividades desenvolvidas pela Feira Viva deveriam ser desenvolvidas diretamente pela Câmara Municipal.-----

Em primeiro lugar:-----

A Câmara Municipal financia integralmente, seja de forma direta, seja de forma indireta, a empresa municipal Feira Viva. Em 2018, a Câmara quer atribuir-lhe um subsídio de quase 1,8M€. Para além disso, cede à Feira Viva as receitas da Viagem Medieval, do Perlim, os eventos no Europarque, etc. Cede-lhe ainda a gestão e exploração dos equipamentos desportivos, de esplanadas, de quiosques, de painéis publicitários, etc. E isenta-a de taxas por utilização do espaço público e utilização do Europarque.-----

Ou seja, a Feira Viva é integralmente financiada pela Câmara Municipal, pelo que não há nenhuma razão para que não seja a Câmara Municipal a fazer a gestão destes espaços e a desenvolver os projetos que delegou na empresa municipal.-----

Em segundo lugar: -----

Se fosse a Câmara Municipal a desenvolver as atividades que entregou à Feira Viva, teria que haver mais responsabilidade e sensibilidade social. -----

Não poderia haver ofertas vergonhosas de falso voluntariado a quem se paga bem abaixo do salário mínimo nacional; teria que haver um tarifário social para as piscinas a quem estas atividades sejam prescritas por profissional de saúde. São propostas, aliás, que o Bloco de Esquerda já aqui apresentou. -----

Em terceiro lugar: -----

Haveria maior transparência e fiscalização sobre a forma como se gasta e gere o dinheiro que, como bem se vê, é público e sai todo do bolso da autarquia. -----

Sendo uma empresa municipal, essa fiscalização é diminuída, o que pode dar muito jeito a alguns, mas não dá jeito nenhum ao município.-----

Falar em jeito a alguns, convinha que o Presidente da Câmara explicasse aqui se Eduardo Cavaco continua a administrador do Feira Viva, a que título (uma vez que já não é vereador) e se tendo saído de vereador passa a ganhar algum tipo de remuneração. Já agora, a Feira Viva continua a alugar pavilhões que são propriedade deste mesmo Eduardo Cavaco a milhares de



euros por mês? -----  
Manter a Feira Viva é manter tudo isto: exploração de falsos voluntários, falta de sensibilidade social na gestão dos equipamentos públicos e nomeações, remunerações e contratações que não fazem sentido à luz da boa gestão pública.” -----  
-----

Usou da palavra a deputada municipal *Susana Silva* (PSD) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“A cultura, o desporto e o lazer são componentes inalienáveis de todos os projetos autárquicos. -----

São, aliás, pilares para a saúde, atualmente perspetivada como um estado completo de bem-estar. -----

A saúde social assume, por isso, uma importância inequívoca. -----

Consciente dessa máxima, a empresa municipal Feira Viva preocupa-se diariamente em proporcionar momentos de felicidade, elevando a qualidade de vida das populações. -----

Vemos refletido neste plano uma conceção de cultura/desporto/lazer assente em diversidade, que não se esgota na programação de espaços, que não abdica das sinergias com outros parceiros e agentes. -----

Será um prolongamento das atividades desenvolvidas ao longo destes anos que merecem, inequivocamente, um reconhecimento pelo excelente trabalho efetuado na internacionalização e promoção turística do nosso território. -----

A Feira Viva é um exemplo de boas práticas. Num percurso de evolução ascendente sempre se alicerçou num duplo rigor – orçamental e de gestão dos RH –, apostando na qualidade dos serviços prestados, na vontade de servir bem, promover o dinamismo e procurar sempre novas soluções. -----

Os prémios/galardões obtidos durante este ano aumentam a responsabilidade para fazer ainda melhor. Serão a força propulsora para criar inspiração em 2018. -----

De realçar o trabalho que desenvolve ao nível da inclusão social. O desporto adaptado é, por excelência, uma via de valorização das diferenças e de otimização de potencialidades. -----

Termino esta intervenção endereçando a todos votos de boas festas. Paraphrasing Tolentino Mendonça “À beira do fim há sempre tanta coisa que começa”. -----  
-----





Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Relativamente ao mencionado pelo membro Sérgio Cirino de que o subsídio à exploração dado pela Câmara é metade do que era, disse ficar grato por isso porque é sinal que a sustentabilidade da empresa municipal Feira Viva tem vindo a aumentar. -----

Referiu que não gostaria de dar demérito a quem esteve anteriormente na gestão da empresa municipal, fazendo sobressair que há uma evolução e uma aprendizagem que se vai fazendo, ressaltando ser verdade que o Parque Ornitológico chegou a custar mais de 400 mil euros e que, na altura, se achava que era difícil baixar esse défice de exploração, comentando que se esse défice está, atualmente, na casa dos 200 mil euros, é porque se conseguiu trazer mais clientes para esse equipamento. Salientou que, em 2017, foram iniciados novos projetos de promoção do Parque Ornitológico, associados à realização de eventos com maior procura, dizendo esperar que com tal aprendizagem e com os novos modelos de gestão que vão aparecendo se consiga, no futuro, aumentar a receita daquele espaço, sublinhando que considera que a Feira Viva tem dado uma boa resposta. -----

Disse ser verdade que existe a necessidade de fazer alguns investimentos nos equipamentos municipais, e que compete à Câmara Municipal fazê-los, e não à Feira Viva, informando que a Câmara já tem previsto, no seu Plano Plurianual de Investimentos, alguns desses investimentos, nomeadamente a construção de ginásios nas Piscinas de Fiães e de Lourosa na expectativa de que tais equipamentos atinjam o equilíbrio entre a receita e a despesa. Realçou que a única piscina municipal que tem uma exploração equilibrada é a de Santa Maria da Feira. -----

Em relação à intervenção da deputada municipal Salomé Ventura referiu não haver nada a fazer quanto à premissa que o Bloco de Esquerda defende de que a empresa municipal Feira Viva tem que ser extinta, dizendo não partilhar da mesma opinião porque entende que o setor empresarial do Estado, e o setor empresarial local, foi uma forma que o Estado encontrou de permitir uma gestão mais agilizada dos equipamentos que têm uma componente de mercado forte, como é o caso dos equipamentos geridos pela Feira Viva. -----

Explicou que o simples facto de existir a Feira Viva permite uma poupança fiscal significativa, porque a empresa municipal recupera o IVA da despesa que faz e a Câmara Municipal não, reforçando que há uma atividade de mercado que é melhor desempenhada pela Feira Viva devido à agilidade que tem nos procedimentos de gestão, sublinhando que o



gestor público não tem essa agilidade e que enfrenta mecanismos burocráticos muito mais complexos do que o gestor privado. -----

Sobre a situação do Sr. Eduardo Cavaco explicou que os administradores da empresa municipal não têm de ser vereadores na Câmara, acrescentando que o Sr. Eduardo Cavaco não auferir qualquer remuneração por esse cargo que ocupa na Feira Viva. -----

Em relação ao armazém que a Feira Viva tem arrendado ao Sr. Eduardo Cavaco disse que esse arrendamento já vem de há muitos anos, frisando que as coisas têm de ser arrumadas em algum sítio, que não podem ficar ao ar livre se não degradam-se. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse que está a ser estudada outra alternativa mas que, enquanto for preciso, a Feira Viva manterá esse arrendamento. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD:31, PS:12, CDS-PP:1, IND.:1) e 3 votos contra (BE: 2, CDU:1), autorizar a celebração do Contrato-Programa para 2018 entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., bem como autorizar a assunção do compromisso para o ano de 2018, nos termos da deliberação camarária de 18 de dezembro de 2017. -----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) fez a seguinte declaração de voto: -----  
"A CDU vota contra este ponto porque, por princípio, o PCP, que é a força integrante da CDU, é contra a existência de empresas municipais e entende que estes serviços devem ser da gestão da Câmara Municipal." -----

*Saíram os membros José Manuel Leão e José Carlos Silva.* -----

*Reentraram os membros João Cunha e Carla Adriana Pinto.* -----

**8 – Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira** -----

**- Aplicação do artigo 66.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL)** -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à



Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de dezembro de 2017 e restante documentação que a acompanha, documentos enviados, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritos. -----  
-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que o assunto em questão é sensível porque está em causa o cumprimento da lei, salientando contudo que, no entendimento da CDU, outra opção devia ser seguida que não a alienação, como tentar a internalização. Referiu que o vender a participação da Câmara Municipal poderá passar, na totalidade, a Sociedade de Turismo para privados, perdendo desse modo a Câmara Municipal o controlo direto que tem das Termas de S. Jorge, que é uma infraestrutura estratégica para o Município, acrescido do receio que venham a ocorrer despedimentos nas Termas. -----  
Concluindo reforçou que aquilo que a CDU pretende é que as Termas de S. Jorge fiquem sob gestão do Município para preservar esse património, que é essencial para o desenvolvimento turístico do município de Santa Maria da Feira e da própria Região. -----  
-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, conforme já referido, o assunto em questão resulta de uma obrigação legal, comentando que lei é lei e que esta tem que ser cumprida. -----

Referiu que é preciso ter cuidado com a alienação porque pode aparecer quem venha colocar as coisas em perigo, ressaltando haver quem compre empresas para faturar à tripa-forra e, depois, deixam de pagar o IVA e deixam as empresas de pantanas, frisando que mesmo a vender é preciso ter muito cuidado a quem se vende. -----

Salientou que, contudo, a questão de fundo que pretende ver esclarecida é o porquê da Sociedade de Turismo ter chegado à situação a que se chegou, levando a que esta Assembleia Municipal seja chamada a tomar uma decisão. -----

Referiu que o estudo feito pela Ernst & Young aponta as fraquezas, e que algumas delas são da responsabilidade da Câmara Municipal, comentando que não era necessário esperar pelo estudo para saber que uma das grandes fraquezas da exploração das Termas é a incapacidade

---



que tem de oferecer um serviço de hotel integrado com o balneário termal. Disse ser impensável a existência de umas termas sem ter um espaço hoteleiro que apoie as mesmas, onde as pessoas se possam instalar e onde os familiares possam, também, beneficiar do local. - Realçou que a Câmara demorou muitos anos a tomar a opção no sentido de ser construído um hotel de apoio às Termas e que, depois de a ter tomado, a situação permanece igual, sublinhando a urgência de haver uma oferta integrada, tendo um hotel a funcionar junto com as Termas e, se calhar, também uma clínica de reabilitação ou de outro tipo, como tem as Termas das Caldas das Taipas. -----

Disse que algumas pessoas do PSD afirmam que o PS e a “geringonça” não serve para nada mas que, afinal, até serve porque aprovou a reposição da comparticipação dos tratamentos termais, fazendo notar que foi a partir da retirada da comparticipação que as Termas entraram claramente no vermelho e nunca mais de lá saiu. -----

Frisou que as Termas precisam de investimento público, essencialmente da Câmara Municipal, e de investimento privado que ajude a potenciar esse investimento público, acrescentando que também é preciso embelezar a vila de Caldas de São Jorge, se não com beleza natural então que seja com beleza artificial, para, desse modo, cativar as pessoas e potenciar o turismo. -----

Referiu que o mercado associado à cura termal evoluiu e que é preciso apostar em mercados novos, ressaltando que, quando num momento anterior desta sessão falou no Rio Douro, pretendeu referir-se a ele do aspeto turístico e não como uma via de mercadorias que, efetivamente, foi no passado, sublinhando que o Rio Douro é visitado por turistas de todo o mundo e que é preciso trazer essas pessoas a Santa Maria da Feira. -----

Disse ainda ficar incrédulo que um dos pontos fracos elencados pelo estudo se prenda com a inexistência de ferramentas de controlo de gestão eficientes das Termas, questionando como é que a Câmara Municipal, como principal acionista da Sociedade de Turismo, deixou que tal situação fosse permanecendo ao longo de tantos anos. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino sublinhou a urgência de se fazer alguma coisa para que o Município não venha a perder as Termas de S. Jorge. -----

-----  
Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que, em 2015, a Câmara Municipal lançou um concurso público para a concessão da gestão das Termas de S. Jorge, o



qual foi ganho pela Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, passando as Termas a ser o principal ativo dessa Sociedade de Turismo. -----

Realçou ficar provado que não foi pela concessão da gestão das Termas que melhoraram os resultados operacionais da mesma, salientando que se chegou a um momento em que ou houve incompetência na gestão ou, então, é preciso explicar o negócio da Câmara Municipal passar a gestão das Termas completamente para privados pelo valor de 1 euro. -----

Frisou, nesse âmbito, que o estudo que a Câmara encomendou à Ernst & Young diz que o valor dos 50% que a Câmara detém da Sociedade de Turismo é de 162 mil euros, pelo que estranha a proposta da Câmara no sentido de alienar essa participação por 1 euro. -----

Disse que as Termas são o principal ativo da Sociedade de Turismo e que estas geraram uma receita relativa à atividade termal e serviços conexos, em 2016, de 655 mil euros, e que o estudo prevê que a receita de 2017 seja de 681 mil euros, a qual poderá subir para os 701 mil euros em 2018, para os 720 mil euros em 2019 e para os 740 mil euros em 2020, até tendo em conta a reposição das comparticipações nos tratamentos termais. -----

Questionou, portanto, onde fica o interesse público no negócio que a Câmara Municipal está a propor à Assembleia Municipal, de alienar os 50% da participação que detém da Sociedade de Turismo, que gere as Termas de S. Jorge, pelo valor de 1 euro. Questionou ainda o porquê de apenas estar em cima da mesa a hipótese da alienação quando a Ernst & Young diz ser um dos piores cenários. -----

Salientou que se a Câmara acha que os seus 50% valem 1 euro poderia, então, questionar comprar os 50% aos privados também por 1 euro, podendo depois fazer a dissolução da Sociedade de Turismo e fazer a internalização da gestão das Termas. -----

Concluindo a sua intervenção sublinhou que aquilo que realmente interessa são as Termas de S. Jorge porque, na verdade, o restante que a Sociedade de Turismo faz são ceias medievais, pelo que voltava a questionar porque não a Câmara comprar a todos os privados a cota destes, por 1 euro, salvando desse modo as Termas, cuja gestão seria internalizada na Câmara Municipal. -----

-----  
Interveio o membro *Serafim Guimarães* (PSD) que começou por dizer que as Termas de S. Jorge são um equipamento essencial para o Concelho, que tem uma tradição enorme e muitos anos de existência, que tem instalações excelentes, que tem um corpo clínico excelente e um



diretor clínico conceituado, salientando que as Termas têm tido uma boa gestão e que estão em lugar cimeiro no total de clientes termais e de cura termal no País.-----

Disse que a maior percentagem dos clientes das Termas de S. Jorge são dos concelhos de Santa Maria da Feira, Vila Nova de Gaia e Oliveira de Azeméis, ressaltando que apesar de considerar o hotel importante, o grosso da clientela das Termas são pessoas que vão e vêm todos os dias.-----

Frisou que até 2010 houve uma afluência significativa às Termas, que significou lucros, mas que, daí em diante, começou a haver prejuízos porque houve circunstâncias que complicaram o poder económico do País, levando o Estado a cortar as comparticipações aos tratamentos termais e, conseqüentemente, os aquistas deixaram de fazer esses tratamentos. -----

Salientou que essa diminuição de aquistas por causa do corte das comparticipações a par das amortizações que eram precisas fazer devido aos importantes investimentos que tinham sido realizados nas Termas, levou a que a Sociedade de Turismo desse prejuízo, pelo que, ao fim de 3 anos de prejuízos, a Câmara é obrigada por lei a desfazer-se da participação que detém dessa Sociedade.-----

Sublinhou que, perante isso, a questão a discutir é qual a maneira da Câmara se ver livre dessa participação, tendo o assunto sido estudado pelos juristas e pela empresa Ernst & Young, resultando a indicação de 4 hipóteses, designadamente a dissolução, a alienação, a internalização e a fusão.-----

Referiu que a fusão seria com a empresa municipal Feira Viva mas que foi entendido que não seria interessante porque iria complicar o esquema da empresa municipal, e era preciso fazer mais um estudo de viabilidade económica para a Feira Viva, pelo que essa hipótese era complicada. -----

Quanto ao cenário da internalização disse se ter percebido que as Termas deixavam de ser autónomas, que passariam a ser uma entidade completamente diferente que nada tem a ver com a autonomia que atualmente tem, pelo que também não era interessante. -----

Frisou que era preciso tomar uma decisão e que, fosse qual fosse, haveria sempre de ser aprovada por uns e desaprovada por outros, comentando que se a Câmara viesse propor à Assembleia, por exemplo, a internalização, haveria de haver alguns a dizer que achavam muito bem e outros a dizer que achavam muito mal, sublinhando que isso é o inevitável. -----

Salientou que a Câmara tomou uma decisão, submeteu-a à Assembleia Municipal, tendo



agora a Assembleia Municipal a obrigatoriedade de decidir sobre o assunto. -----

Realçou conhecer a vila de Caldas de São Jorge desde garoto e que a mesma está completamente diferente, destacando que a Câmara alindou aquela vila bem como criou excelentes condições para se construir o hotel, ressaltando que o mesmo só ainda não foi construído porque não vai ser a Câmara a construí-lo, mas sim um privado, a ainda não foi possível fazê-lo até ao momento. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Serafim Guimarães disse haver uma coisa que se pode garantir, é que a Câmara Municipal não vai abandonar as Termas de S. Jorge. -----

-----  
Interveio o membro **Ángelo Santos** (CDS-PP) que começou por salientar que as Termas de S. Jorge são, de há muitos e muitos anos, uma das grandes bandeiras de Santa Maria da Feira. ----

Referiu esperar que, seja qual for a solução encontrada, Santa Maria da Feira não fique penalizada, que as Termas continuem a desenvolver-se e continuem a ser uma mais-valia para o Concelho, prestando cada vez melhores serviços à população. -----

Concluindo, disse desejar que a estratégia encontrada para as Termas, seja por gestão pública ou privada, seja a adequada para que se preste bons serviços aos cidadãos e aos feirenses. -----

-----  
Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para dar os devidos esclarecimentos. Aludindo à intervenção do membro Sérgio Cirino referiu que a questão da viabilização das Termas de S. Jorge tem sido discutida com regularidade, para se encontrar as melhores soluções, sublinhando a grande honestidade e abertura da Câmara Municipal ao encomendar um estudo àquela que é uma das melhores consultoras do País, a Ernst & Young, e disponibilizá-lo a todos os deputados municipais para que possam perceber o bom e o mau das coisas, sem esconder nada. -----

Disse ter a certeza que as Termas de S. Jorge não vão, de maneira nenhuma, fechar, frisando que fazem parte do património municipal e que é intenção da Câmara mantê-las abertas e a funcionar. -----

Relativamente à questão da falta de hotelaria disse ser relativo, sublinhando que, como dito pelo membro Serafim Guimarães, as Termas de S. Jorge são essencialmente frequentadas por um tipo de utente que vai e vem, sendo os grandes utilizadores os utentes da zona metropolitana do Porto. -----



Frisou que a Câmara fez muito nas Caldas de São Jorge, recordando que há muitos anos existia uma mercearia em frente às Termas e que atualmente existe ali um relvado, que o Ilha-Bar, agora chamado Zipzip, foi reabilitado e tornado num equipamento de excelência, e que foi feita a reabilitação do açude e da ponte pedestre sobre o mesmo. -----

Quanto à oferta hoteleira referiu que a ADRITEM financiou, se não estava enganado, dois ou três empreendimentos de turismo rural nas Caldas de São Jorge, e que aquela freguesia tem turismo rural de excelência e que esse é muito procurado pelos aquistas, reafirmando ter havido um grande investimento nas Caldas de São Jorge. -----

Prosseguiu dizendo que a Câmara vendeu os terrenos junto ao rio a um investidor do Concelho, por um preço simbólico, para ser construído um hotel, informando que esse investidor fez o projeto, o qual deu entrada na Câmara para a respetiva aprovação. Deu nota que esse investidor está com um problema de saúde e que, entretanto, pediu à Câmara algum tempo para refletir, estando a Câmara a aguardar pela resposta, realçando que o investidor terá gasto no projeto mais de 100 mil euros pelo que não se trata de um investidor que surgiu somente para dizer que ia fazer o hotel. Frisou que a Câmara tem feito o possível, e vai continuar a fazer, para que seja construído o hotel que servirá de apoio às Termas de S. Jorge. Relativamente ao proferido pelo membro Moisés Ferreira fez notar que o valor de 162 mil euros que consta do estudo, relativo ao valor da participação de 50% da Câmara, está rodeado por parêntesis e que isso significa tratar-se de um valor negativo, fazendo notar que, para além do valor que consta do estudo, a Sociedade de Turismo tem ainda uma dívida à Câmara pelo que o seu valor rondará os 600 ou 700 mil euros negativos. -----

Esclareceu que o valor de 1 euro foi resultado de uma fórmula legal, que não foi ele quem calculou esse valor, mas sim os economistas, tendo sido esse o valor que resultou e que não há nada a fazer quanto a isso. -----

Acrescentou que as entidades privadas que têm participações na Sociedade de Turismo já perderam o dinheiro que investiram porque o capital da Sociedade já desapareceu, pelo que, contrariamente ao que alguns pensam, que os privados só estão na Sociedade de Turismo para ganhar dinheiro, também eles estão com grandes prejuízos. -----

Fez ainda sobressair que a Sociedade de Turismo é a entidade que está a gerir as Termas de S. Jorge mas que a concessionária da exploração, o dono da exploração, é o Município. Referiu que o Município, em 2015, também por um problema jurídico que tinha a ver com os





resultados, lançou um concurso público para a concessão da gestão das Termas para minimizar o impacto que pudesse ter, de acordo com o legislado, e que é isso que o Município pretende agora fazer, ou seja, fazer o que a lei determina. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD), 3 votos contra (BE:2, CDU:1) e 15 abstenções (PS:13, CDS-PP:1, IND.:1), autorizar a alienação da participação social que o Município detém no capital social da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A., pelo valor de 1,00 €, nos termos da deliberação camarária de 18 de dezembro de 2017. -----

O membro *Sérgio Cirino* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----

“O Partido Socialista absteve-se porque o não arranjar uma solução implicaria, inevitavelmente, a insolvência da Sociedade de Turismo, e nós não podemos aceitar isso. A insolvência da Sociedade de Turismo ia abrir um buraco negro, não sabíamos quem ia explorar aquilo, no próximo ano não daria tempo para um concurso internacional para alguém vir explorar, ou eventualmente, nessa insolvência, alguém comprar aquilo, que seria muito difícil dada a exploração deficitária que tem. -----

Absteve-se porque, também, deve o PSD provar esta inevitabilidade dos três anos de prejuízo, porque entendemos que a Câmara tem alguma responsabilidade, por inação, neste défice que se tem perpetuado e que esperemos que, agora, deixe de existir para o futuro.” -----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----

“O Bloco de Esquerda votou contra esta proposta de alienação por considerar que ela não respeita o interesse público. E a verdade é que, agradecendo as explicações que o Sr. Presidente da Câmara acabou por nos dar, às perguntas que fizemos, mas as informações apenas confirmam esta posição do Bloco de Esquerda porque se um euro é um excelente negócio para vender 50% da participação do Município na entidade que gere as Termas, então um euro seria um excelente negócio para comprar os 50% dos participantes privados, dos acionistas privados. Poderia, a partir daí, tendo a maioria da sociedade, levar à liquidação da mesma sociedade, sem problemas nenhuns, e internalizar a gestão das Termas no Município.-- Percebemos que estamos em paradigmas diferentes, prefere a privatização da gestão das



Termas, nós preferimos que ela tenha uma gestão pública. E continuamos a achar que é um péssimo negócio aquele que propõe à Assembleia Municipal.”-----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* fez notar que aquilo que acabou de dizer o membro Moisés Ferreira não pode ser feito pela Câmara porque é ilegal, dizendo ser preciso que isso fique claro. -----  
-----

*Sairam os membros António Topa e Manuel Pereira Santos.* -----

*Reentrou o membro José Manuel Leão.* -----  
-----

**9 – Protocolo a celebrar com a Autoridade Tributária (AT) para cobrança coerciva de taxas e outras receitas**-----

**- Reconhecimento da incobrabilidade de dívidas de Resíduos Sólidos Urbanos e Taxas de Rede** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----  
-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 18 de dezembro de 2017 e restante documentação que a acompanha, documentos enviados, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritos. -----  
-----

Interveio o membro *Justino Pinto* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS tem alguma dificuldade em compreender a incobrabilidade de um valor tão grande, mas que também compreendia a origem da situação e as dificuldades que estão associadas. -----

Referiu que apesar dessas dificuldades em compreender uma incobrabilidade tão grande, o grupo municipal do PS não ia acenar com a vinda de um diabo qualquer, nem tão-pouco exigir a demissão de quem quer que seja, seja a responsável pelo pelouro financeiro, seja o Presidente da Câmara ou até o próprio Presidente da Assembleia. -----

Salientou que o grupo municipal do PS é apologista da assunção, pelos próprios, das inerentes



responsabilidades, comentando que já viu pessoas pedirem a demissão por muito menos, até um Vice-presidente de uma Assembleia-geral. -----

Concluindo reforçou que são mais de 3 milhões de euros que estão em dívida e que esse dinheiro fazia muita falta ao Município, até para fazer uma oferta pública de aquisição (OPA) à Indaqua Feira. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Bloco de Esquerda opõe-se a que a autarquia recorra à Autoridade Tributária para a cobrança coerciva de taxas municipais em dívida, na medida em que inflige uma “violência desproporcionada” sobre famílias em dificuldades económicas. -----

Lembremos o processo de cobrança das dívidas de portagens, onde dívidas de baixo valor se transformavam em cobranças de centenas de euros, levando, em alguns casos, à penhora de salários ou bens materiais. -----

O Bloco de Esquerda considera que a atual legislação leva a uma atuação violenta, por parte da Autoridade Tributária. Defende, deste modo, que a cobrança de pequenas dívidas deve ser realizada com coimas e juros razoáveis e ser efetuada pela própria autarquia. -----

Por esta razão, votaremos contra a proposta.” -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a CDU também votaria contra a proposta, acompanhando a posição do BE. -----

Sobre o assunto, questionou se a cobrança só começaria a ser feita a partir do dia 1 de janeiro de 2018, uma vez não haver retroatividade na cobrança dos impostos. -----

Questionou ainda o porquê de ter sido contratado um gabinete de advogados e não ter sido o gabinete jurídico da Câmara a prestar o esclarecimento, comentando que essa contratação também acarreta despesa para a Câmara Municipal. -----

Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) que começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara, na explanação que fez, esclareceu o assunto mas que alguns não perceberam ou não quiseram perceber, pelo que iria tentar dar uma ajuda no sentido de clarificar. -----

Referiu que, em 2010, quando já grande parte do Concelho possuía rede de saneamento e rede



de abastecimento de água, a Câmara avançou com o processo no sentido de começar a cobrar a taxa de resíduos sólidos urbanos e a taxa de rede, cobrada às pessoas que têm disponibilidade de rede e que não procederam à ligação. -----

Frisou que, nessa altura, a Câmara deparou-se com a grande dificuldade de aceder a uma base de dados, uma vez que uma base de dados credível e completa custa um balúrdio de dinheiro, pelo que, da forma possível, começou a emitir as cobranças, numa 1.ª fase em parte do Concelho e, depois, na globalidade do mesmo. -----

Disse que algumas das pessoas presentes nesta sessão faziam parte, na altura, do executivo de algumas juntas de freguesia e sabem perfeitamente a dificuldade que foi enfrentada quando as pessoas começaram a receber essas faturas, precisamente pelos dados incompletos ou, muitas vezes, devido à duplicação de faturas. Acrescentou que o valor de incobráveis não será de 3,7 milhões de euros até porque existiam edificações já demolidas sobre as quais, pela deficiência na base de dados, foi emitida fatura, pelo que o valor, na realidade, é bastante inferior. -----

Salientou que quem foi recebendo as consecutivas faturas, ao longo deste período de tempo, e não as liquidou, continuará a não pagar enquanto não estiver ligado à rede, dizendo considerar que este lapso de tempo, de 7 ou 8 anos, mais do que suficiente para se alterar essa situação, pelo que, no entendimento do grupo municipal do PSD, a medida proposta pela Câmara é correta. -----

Sobre a questão colocada pelo membro Filipe Moreira esclareceu que a proposta não tem efeitos retroativos, que terá efeitos a partir de 2018 e que limpará tudo o que aconteceu anteriormente, explicando que as dívidas até 30/06/2017 são incobráveis e que a Câmara não terá acesso a esse dinheiro. -----

Disse esperar que, como mencionado pela deputada municipal Salomé Ventura, estes processos de cobrança não sejam similares aos das SCUT, em que taxas de 50 cêntimos facilmente chegavam a coimas de 200 ou 300 euros, comentando que as cobranças relativas às SCUT também já tiveram, entretanto, um volte-face. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Rui Ribeiro disse que tem de haver, nesta matéria, um peso e uma medida, pelo que o grupo municipal do PSD acompanha a posição da Câmara Municipal. -----

-----  
Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) também para questionar se a Autoridade



Tributária vai começar a cobrar a partir do dia 1 de janeiro de 2018 ou se também vai cobrar as dívidas atrasadas, que estão por liquidar. Questionou se vai haver, em alguns casos, duplicação de faturação, bem como se há uma noção do que é possível recuperar das dívidas em atraso.-----

-----  
Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que nem com a sapiência do membro Rui Ribeiro, do PSD, se conseguiu recuperar os cerca de 3,7 milhões de euros que a Câmara perdeu, referindo que era importante que o membro Rui Ribeiro tivesse, com a sua sapiência, dito como é que a Câmara podia recuperar o dinheiro que não conseguiu cobrar, apesar de ter lutado para cobrar. -----

Referiu que, como dito pelo seu colega Justino Pinto, é preciso pensar quem tem a responsabilidade por o Município ter perdido essa receita, acrescentando que, para além disso, é também preciso pensar nos feirenses que pagaram, até hoje, as referidas taxas. -----

Disse não se compreender como é que uma parte da receita tenha sido perdida porque havia um diferendo entre a Câmara e a Indaqua Feira quanto à cobrança, fazendo sobressair que a concessionária cobrava tudo como se fosse para ela quando tinha de separar aquilo que era para o Município. -----

Salientou que, perante tal proceder, não lhe digam que a Indaqua Feira não faz o que quer, uma vez que até impediu o Município, durante anos, de cobrar essa taxa coercivamente, resistindo à alteração das faturas, comentando que finalmente essa alteração veio a acontecer. -

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que, como havia explicado, o arranque do processo sem uma base de dados foi um arranque sujeito a muitos lapsos, recordando que a Câmara Municipal chegou a abrir, na altura, um gabinete específico para receber e esclarecer as pessoas, que podiam ir a esse gabinete reclamar, anular, dar os dados corretos, comentando contudo que muita gente percebeu a certa altura que, não dando os dados, a Câmara não tinha forma de lhes efetuar a cobrança.-----

Reafirmou ter quase a certeza que, da verba de cerca de 3,7 milhões de euros, uma grande parte estará faturada indevidamente, acrescentando que a proposta que está a ser discutida pela Assembleia Municipal prende-se com, no fundo, um limpar de tudo o que está para trás, comentando que essa situação, de haver faturação indevida, já não acontece atualmente.-----



Esclareceu que aquilo que a Câmara está a propor à Assembleia Municipal é que sejam reconhecidas como incobráveis as dívidas com mais de 6 meses, que são o grosso da dívida, comentando contudo que as dívidas com menos de 6 meses poderão ser cobradas pela Autoridade Tributária.-----

Relativamente à questão da contratação de um gabinete de advogados explicou que existem matérias muito especializadas, e que a matéria em questão sai muito do âmbito das matérias a que os advogados da Câmara estão habituados.-----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara frisou que há uma especialização tão grande de algumas matérias que a Câmara tem que ir procurar fora, ressaltando que normalmente a Câmara vai procurar os melhores e que foi esse o caso.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD), 16 votos contra (PS:12, BE:2, CDU:1, IND.:1) e 2 abstenções (CDS-PP:1, PS:1 – Valdemar Silva), autorizar a Câmara Municipal a celebrar o protocolo em referência – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Deliberou ainda reconhecer como incobráveis as dívidas com mais de 6 meses (montante de € 3.776.101,46 até 30/06/2017) relativas ao serviço de resíduos sólidos urbanos e taxa de rede, nos termos da deliberação camarária de 18 de dezembro de 2017.-----

*Reentrou o membro António Topa.*-----

#### **10 – Concessão de Benefícios Fiscais**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 4 de dezembro de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----



Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que a primeira constatação que faz é que, afinal, o PS tinha razão quando dizia que era preciso o Município, através dos impostos, prosseguir outros fins que não só a arrecadação da receita, e que, nessa medida, bastava recordar a proposta apresentada pelo PS no respeitante à derrama, que ia até à isenção para as empresas pequenas que criassem 5 postos de trabalho. -----

Salientou que a Câmara, afinal, entendeu ser preciso criar algum mecanismo para introduzir competitividade no território, lamentando, contudo, que a proposta da Câmara só isente as muito grandes e as grandes empresas, comentando que o mexilhão paga sempre e que, nestas coisas, ou há moralidade ou não há. -----

Referiu que quando se promove a competitividade do território para grandes empresas também é preciso apoiar os empresários do Concelho, porque esses também pagam IMT e IMI com dificuldade, e é preciso dar-lhes esse sinal. -----

Sublinhou ser necessário que as grandes e muito grandes empresas venham instalar-se em Santa Maria da Feira mas que, em termos económicos, são quem menos precisa destes benefícios, acrescentando que entende perfeitamente que é preciso ter um território competitivo e dar-lhe algo, caso contrário elas vão instalar-se num município vizinho, mas que também considera que é preciso criar um mecanismo de incentivos para as empresas que já estão no Município. -----

Relativamente à proposta disse que, na sua opinião, falta constar da mesma garantias efetivas para a reversibilidade do benefício fiscal, fosse com uma garantia bancária ou outro mecanismo, realçando que está prevista a reversibilidade mas que, depois, é muito difícil aplicá-la, comentando que se o investimento correr mal o Município nunca mais vai ver esse dinheiro. -----

O membro *Sérgio Cirino* concluiu a sua intervenção reforçando que o grupo municipal do PS compreende que é preciso atrair investimentos, para criar emprego e para dinamizar a economia local. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Na última sessão da Assembleia Municipal, realizada a 23 de novembro, aprovou-se a taxa de IMI a cobrar em 2018, sob proposta da Câmara Municipal. -----



Na sessão de hoje, delibera-se a concessão de benefícios fiscais em sede de IMI e IMT a empresas.-----

Diz o Senhor Presidente que é sua ambição, e passo a citar, “que a nossa estrutura industrial possa passar de um modelo de emprego assente em salários baixos para o emprego melhor remunerado”.-----

No entanto, a proposta em discussão não impõe às empresas às quais pretende conceder benefícios fiscais, nenhum tipo de exigência sobre as condições salariais e contratuais que definam o modelo de criação de postos de trabalho.-----

Sr. Presidente, de facto, não basta afirmar que quer acabar com a política dos baixos salários no concelho se depois a autarquia não adota medidas que potenciem a criação de empregos bem remunerados e com estabilidade contratual.-----

Por esta razão votaremos contra a presente proposta.”-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a CDU compreende a necessidade de captar investimento para o Município mas que compreende, também, a necessidade de apoiar as empresas do Município para que elas possam crescer e gerar emprego, acrescentando que, como dito pelo membro Sérgio Cirino, está-se a dar benefícios fiscais a empresas que não precisam deles, ou que praticamente não precisam deles.-----

Referiu que, vendo a proposta da Câmara, a empresa tem que investir mais de 3 milhões de euros no Município, tem de criar um mínimo de 80 postos de trabalho para ter acesso a algum benefício, e mais de 160 postos de trabalho para ter a totalidade do benefício, bem como estar vocacionada para a exportação, comentando que estão a ser criadas as condições para que só uma ou duas empresas se encaixem neste programa.-----

Questionou se este programa é feito, ou não, à medida, dizendo que o mesmo lhe faz parecer aquelas ofertas de emprego que se colocam no IEFEP, em que as empresas dizem que tem que ser um individuo formado na área tal, na universidade tal, com a experiência tal e com a formação específica tal, faltando apenas escrever o nome da pessoa que quer contratar. Disse que, ao ler a proposta, parece à CDU que só falta escrever o nome da empresa Amy’s kitchen, pelo que questionava se essa vai ser beneficiada.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira fez notar que iria votar contra a proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----





Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que referiu que, na última sessão realizada pela Assembleia Municipal, questionou se havia um plano de benefícios fiscais para atrair investimentos, para Santa Maria da Feira ser competitiva com os concelhos vizinhos. -----  
Disse que, afinal, há um plano, questionando se esse plano é apenas para apoiar empresas de grande dimensão. Questionou, ainda, se os novos parques industriais do Concelho estão lotados, se têm empresas prontas para arrancar ou se o Município está a tentar captar investimentos através da concessão de benefícios fiscais. -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Susana Silva* (PSD) que fez a seguinte leitura do documento que disponibilizou:-----

“O mérito desta proposta que o Executivo aprovou por unanimidade reside na sua mais-valia para a economia do concelho e, por conseguinte, para o reforço do bem-estar geral da população a médio e longo prazo. -----

Apresenta inequívoco suporte legal e técnico e se reveste de inegável relevância política. -----

Do ponto de vista legal, a medida tem suporte na Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e obedece ao disposto nela sobre a matéria. No aspeto técnico, tanto o escalonamento dos benefícios fiscais em termos de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), como prazos e penalizações acautelam a razoabilidade da medida. Por outro lado, parece acertada tanto a estimativa calculada dos benefícios fiscais como o montante do valor calculado de despesa fiscal associado aos incentivos e o valor percentual “estimado de receitas do Município previstas no orçamento em vigor”. -----

Também a informação do Gabinete do Desenvolvimento Económico e Empresarial encarece a proposta da medida em termos do contributo do Município para o desenvolvimento económico da região, o reforço da competitividade e da prosperidade, a fixação de empreendedores no concelho e o crescimento e internacionalização das empresas aqui localizadas. -----

É óbvio que a medida não vem resolver todos os problemas ou colmatar todas as dificuldades. Todavia, constitui um sinal poderoso da lucidez e da vontade do Município em apoiar, acompanhar o seu tecido empresarial, em promover o progresso do território, e, por consequência, dispor de suporte económico, para a implementação das políticas sociais em



função das reais necessidades dos diversos grupos etários e sociais.-----  
Acrece referir que, tendo o concelho passado, como o resto do país, por uma longa crise económica e financeira, torna-se imperioso que a saída da crise seja consolidada e se torne irreversível. Para isso, precisa-se de investimento, forte investimento, e é necessário captar a boa vontade dos investidores. E o benefício fiscal não sendo o único meio, constitui um considerável ponto de referência e um sinal eloquente do apoio e do estímulo ao investimento. Por tudo isto, é muito bem-vinda a medida de concessão de benefícios fiscais já aprovada pela Câmara Municipal, a que esta bancada dá o seu total apoio político.”-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dar nota que a concessão de benefícios em discussão também se aplica aos investidores locais, ressaltando que qualquer investidor pode beneficiar se cumprir os critérios.-----

Sobre a empresa Amy's Kitchen informou que as isenções de que a mesma beneficia foram concedidas pelo Governo dado o volume de investimento que está em causa, dando nota que existem regras que obrigam que, a partir de um determinado investimento, seja o Governo central a conceder tais benefícios. -----

Em relação à questão colocada pelo membro Ângelo Santos, se a concessão de benefícios fiscais tem a ver com a necessidade de captar investimento para os novos parques industriais do Concelho, disse que também tem a ver com isso, informando contudo que, atualmente, a generalidade dos lotes desses parques industriais já estão vendidos. Informou que, no PERM, houve a desistência da empresa Molaflex, pelo que houve a reversão dessa parte e que a mesma está por vender, estando os restantes lotes daquele parque empresarial praticamente todos vendidos. -----

Quanto ao parque empresarial Lusopark disse estar praticamente 80% vendido, fazendo notar que esse parque não é da Câmara Municipal, mas sim de um privado. -----

Concluindo reafirmou que a proposta em questão não tem a ver apenas com a captação de investimento estrangeiro, mas que também tem, sublinhando ser uma medida que se aplica a qualquer empresário que cumpra com as condições definidas. -----

-----  
Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD:30, PS:13, CDS-PP:1, IND.:1) e 3 votos



contra (BE:2, CDU:1), aprovar, nos termos da proposta da Câmara Municipal, a concessão de isenção de IMT e IMI, com os seguintes critérios e nos seguintes termos:-----

- a) Criação líquida de postos de trabalho superior a 160 trabalhadores – 100%;-----
- b) Criação líquida de postos de trabalho de 120 a 160 trabalhadores – 90%;-----
- c) Criação líquida de postos de trabalho de 80 a 119 trabalhadores – 80%.-----

Isenção, total ou parcial, de IMT na aquisição de prédios destinados à criação de novos estabelecimentos industriais ou estabelecimentos comerciais/prestação de serviços e isenção, total ou parcial, de IMI, até ao limite de 5 anos, contados desde a data do reconhecimento do direito à isenção, total ou parcial, com a ressalva de que, em relação ao IMI, tal prazo só se conta a partir da obtenção da licença de utilização do edifício a construir (pelo que, dentro do horizonte máximo de cinco anos, o período de isenção, total ou parcial, poderá ser efetivamente inferior). A referida isenção, total ou parcial, fica dependente dos seguintes critérios de verificação cumulativa: -----

- a) Que o investidor se estabeleça como entidade com domicílio fiscal no Concelho de Santa Maria da Feira; -----
- b) Investimento destinado à criação de novo estabelecimento no Concelho de Santa Maria da Feira; -----
- c) Volume de investimento superior a 3 milhões de euros; -----
- d) Criação líquida de postos de trabalhos diretos, em número não inferior a 80, até ao fim dos primeiros 5 anos do projeto; -----
- e) Vocação exportadora, com produção superior a 80% destinada a exportação; -----
- f) Período de execução do investimento em prazo inferior ou igual a 3 anos; -----
- g) Comprovação da viabilidade económico-financeira do projeto num horizonte temporal de 5 anos;-----
- h) Não se encontrar o investidor em estado de insolvência, de liquidação ou de cessação de atividade, nem tenha o respetivo processo pendente;-----
- i) Dispor de contabilidade organizada.-----

Os benefícios previstos vigoram até ao final do ano de 2018, com início na data da publicitação desta deliberação da Assembleia Municipal. -----

*Sairam os membros Serafim Guimarães, Daniel Gomes e Manuel Strecht Monteiro.* -----



**11 – Regularização de Estabelecimento Industrial Tipo 3 / Fernando Gomes da Costa Campos** -----

**- Reconhecimento do interesse público municipal**-----

**12 – Regularização de Estabelecimento Industrial Tipo 3 / Carlos Leandro & Melo, Lda.**

**- Reconhecimento do interesse público municipal**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente, embora submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 20 de novembro de 2017 enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por realçar que, sendo a Assembleia Municipal o órgão com competência para deliberar o interesse municipal dos estabelecimentos industriais em questão, a informação que lhe foi disponibilizada sobre os mesmos é muito escassa. Referiu que a argumentação que consta da deliberação camarária, de que o reconhecimento do interesse municipal deve ser dado atendendo designadamente ao número de trabalhadores, à faturação das empresas e aos obstáculos existentes à deslocalização das mesmas, é muito curta, comentando que, no mínimo, tais elementos deviam estar elencados. -----

Disse que, estruturalmente, é a favor que as empresas se legalizem porque para além de ser bom para as próprias empresas, porque se podem financiar junto das instituições bancárias, também é bom para a sociedade, mas que não podia deixar de dizer que a informação disponibilizada à Assembleia Municipal tem de ser mais completa. -----

Salientou também considerar que, estando em causa a legalização de uma empresa que está localizada em reserva agrícola ou em reserva ecológica, a malha deve ser mais apertada porque é uma exceção à regra. -----

Questionou se se justificava, caso uma dessas empresas tivesse, hipoteticamente, 50 pavilhões arrendados, estar a Assembleia Municipal a abrir uma exceção se a empresa tem possibilidade



de mudar para outro pavilhão, ou de mudar para um sítio onde estivesse legal, mantendo-se a reserva agrícola. -----

Concluindo a sua intervenção disse ser favorável à regularização das empresas mas não a todo o custo, sublinhando que é preciso que a exceção não se confirme na regra. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por salientar que, na verdade, aquilo que é proposto à Assembleia Municipal é que delibere sobre o interesse municipal de duas empresas que construíram e laboraram em edificado que não está licenciado, que construíram em reserva ecológica e em reserva agrícola e, durante anos, tiveram pelo menos uma parte considerável do seu edificado sem licença. -----

Sobre essa proposta disse que o BE queria registar, em primeiro lugar, a dualidade de critérios com que se tratam as pessoas em Santa Maria da Feira, ressaltando que quando se trata de alguém que deve meia dúzia de euros, por causa de uma taxa de rede, mete-se a Autoridade Tributária atrás dessa pessoa, mas quando se trata de donos de empresas que, durante anos, laboraram em edificado sem licenciamento, fecha-se os olhos, passa-se uma borracha sobre o passado e tais empresas podem continuar a laborar onde estavam a laborar sem qualquer problema. -----

Referiu que, em segundo lugar, tal situação leva a que se questione onde andou, durante estes anos, o serviço de inspeção e fiscalização da Câmara Municipal. Salientou que uma das empresas tinha um edifício inicial, efetivamente licenciado, com uma área de 152 m<sup>2</sup>, mas que, entretanto, ampliou-o em mais cerca de 900 m<sup>2</sup> sem que tivesse licença para isso, pelo que questiona como é que ninguém da Câmara Municipal percebeu que havia 900 m<sup>2</sup> de edificado a acontecer, sem licenciamento, numa zona ecológica e agrícola. -----

Salientou que quem diz essa empresa diz outras, recordando que, no passado, foram presentes a esta Assembleia Municipal mais casos para legalização, nomeadamente de empresas que edificaram em cima de linhas de água depois de as terem entubado completamente à revelia de qualquer tipo de legislação ou qualquer tipo de preocupação ambiental, sem que a Câmara tivesse, em algum momento, dado conta dessa situação. -----

Realçou que, em terceiro lugar, o BE entende que o crime não deve compensar, salientando estar em causa situações de ilegalidade que aconteceram no passado e sobre as quais, no entendimento do BE, não se pode passar uma borracha por cima. -----



Concluindo, referiu que a área prevista para o projeto do Parque Empresarial da Cortiça, que entretanto caiu, está abandonada, pelo que, no entendimento do BE, seria da mais elementar justeza e racionalidade que muitas dessas empresas que estão edificadas, muitas vezes, paredes meias com casas de habitação, fossem convidadas a deslocalizar-se para esses locais abandonados em vez de se legalizar, à posteriori, aquilo que estava ilegal.-----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a CDU tem por princípio analisar estas situações caso a caso, ressaltando que aquilo que as empresas estão a solicitar está dentro da lei e que é fruto de um alargamento do prazo que o governo deu para que se possam legalizar.-----

Salientou que, apesar das duas empresas em questão estarem na mesma situação, de ilegalidade, tratam-se de casos ligeiramente diferentes. Disse haver uma empresa que foi construída de raiz numa zona industrial, em S. João de Ver, e que, depois, alargou alguns metros para uma área de reserva agrícola.-----

Referiu que a outra empresa foi construída numa área que não é industrial, numa área de reserva agrícola, que inicialmente tinha 152 m<sup>2</sup> e que foi ampliada em mais cerca de 900 m<sup>2</sup>, portanto, 6 vezes mais. -----

Realçou que, acrescido a isso, e conforme mencionado pelo membro Sérgio Cirino, a Assembleia Municipal não tem praticamente informação nenhuma dessas empresas, para além de saber que se tratam de estabelecimentos industriais do tipo 3. Disse ter ido à internet pesquisar essa empresa, que foi ampliada em mais cerca de 900 m<sup>2</sup>, e que constatou tratar-se de uma empresa que faz chaves e fechaduras, mas que não tem qualquer informação se a mesma faz, ou não, poluição sonora, ou se usa tintas ou outro tipo de substâncias poluentes e se tem condições para o fazer, chamando a atenção que essa empresa está localizada paredes meias com um edifício de habitação.-----

Sublinhou que, depois, há o princípio moral da situação, acrescentando que enquanto, por um lado, existem as empresas cumpridoras, por outro lado há uma empresa que aumentou a sua dimensão, em mais de 6 vezes, de forma ilegal. Ainda sobre essa empresa questionou se a mesma não teria tido condições para comprar um terreno numa área industrial e se deslocar para lá, quer quando estava no início da sua atividade ou já na fase de crescimento. -----

Concluindo a sua intervenção realçou que era interessante a Assembleia Municipal ter toda a



informação para poder discutir e votar em rigor tais situações, destacando que, como já referiu, devem ser discutidas caso a caso. -----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que disse acreditar que os preços dos terrenos agrícolas que são comprados e, depois, transformados em terrenos industriais, devem ser diferentes dos preços dos terrenos comprados em zonas industriais, realçando ser um contrassenso que se queira ter zonas industriais capazes, com condições de sanidade e de infraestruturas, e, depois, se permita que tais situações aconteçam. -----

Referiu ser preciso fiscalizar a sério se as condições de sanidade das empresas são adequadas à atividade que proporcionam, tendo em conta os locais em que estão localizadas, para que não se deixe os trabalhadores serem prejudicados. -----

Concluindo, reforçou que a fiscalização da Câmara deve ser efetiva e que, acima de tudo, tais situações não se tornem a regra. -----

Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, *José Manuel Oliveira*, que começou por reconhecer que a informação que consta das deliberações camarárias, sobre as empresas em questão, podia ser mais detalhada, comentando que quando tais assuntos são discutidos na reunião da Câmara os respetivos processos estão presentes e toda a informação pode ser consultada. -----

Neste momento, o Sr. *Presidente da Assembleia* deu nota que os dois processos estavam na posse da Mesa, pelo que podiam ser consultados pelos membros da Assembleia, caso o pretendessem. -----

O Sr. Vereador *José Manuel Oliveira* prosseguiu dizendo que, estando os processos presentes, podiam ser consultados, ressaltando que, de qualquer das maneiras, numa situação futura, poderia fazer verter na ata da reunião camarária mais informação de forma a habilitar os membros da Assembleia Municipal a tomarem uma decisão mais consentânea com o caso que estará em votação. -----

Sobre os dois casos em discussão, salientou não estar em causa o generalizar de uma situação, ressaltando que existiu um diploma que foi elaborado pelo anterior Governo que permitia um regime excecional para o licenciamento de empresas que estavam não licenciadas, e que eventualmente teriam algum constrangimento, que não cumpriam uma qualquer regra do



PDM, informando que, durante a vigência desse diploma, houve 2 pedidos de licenciamento, que foram presentes a esta Assembleia Municipal. -----

Realçou que, entretanto, o atual Governo decidiu prorrogar esse mesmo diploma por mais um ano, tendo aparecido mais 2 casos, que são os que estão em discussão nesta sessão. Frisou que, portanto, não se trata de uma generalização uma vez que se está a falar de 4 casos num universo de muitas empresas que existem no Concelho. -----

Referiu que a Assembleia Municipal é chamada a deliberar sobre o interesse público dessas duas empresas, ressaltando que, posteriormente, haverá uma conferência de serviços com as entidades que são afetadas pelas servidões e pelas restrições administrativas, nas quais se inclui a Câmara Municipal, onde os dois casos serão analisados, pelo que as empresas poderão não vir a ser licenciadas. Explicou que mesmo que a Assembleia Municipal reconheça o interesse público na regularização das duas empresas, isso não implica o licenciamento das mesmas porque esse licenciamento pode ser impedido pelas entidades que tutelam as servidões. -----

Disse que aquilo que a Câmara propõe à Assembleia Municipal é que delibere o reconhecimento do interesse público municipal porque, no entendimento da Câmara, não se deve coartar às empresas tal tipo de licenciamento se a Lei lhes permite essa hipótese de licenciamento. -----

Salientou estarem em causa dois casos distintos, explicando que um refere-se a um edifício que está numa zona industrial e que foi ampliado para uma zona agrícola, e que o outro refere-se a um edifício que, quando foi edificado, não havia sequer PDM, e que entretanto foi ampliado de forma clandestina. Reforçou que aquilo que é proposto à Assembleia Municipal é que delibere o reconhecimento do interesse público municipal dos dois casos de modo a permitir que, depois, seja convocada uma conferência de serviços de onde vai resultar a pronúncia final. -----

Alertou que se as empresas não tiverem licença de utilização estão impedidas de fazer financiamentos junto da banca, e que isso representa um entrave fortíssimo para o desenvolvimento das empresas e à criação de emprego, e até à manutenção dos empregos existentes. Realçou que caso se optasse pela demolição de 900 m<sup>2</sup> de uma fábrica que tem 1050 m<sup>2</sup> isso representaria, provavelmente, o encerramento da mesma e o mandar os seus empregados para o desemprego. -----





Concluindo a sua intervenção referiu que, na sua opinião, tal atitude não deve ser tomada, que as situações devem ser analisadas caso a caso, tentando-se minimizar e mitigar os problemas que eventualmente existam de forma a viabilizar o emprego e a dinamizar a economia do Concelho.-----  
-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

*11 – Regularização de Estabelecimento Industrial Tipo 3 / Fernando Gomes da Costa Campos -----*

*- Reconhecimento do interesse público municipal -----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor (PSD:29, PS:11, IND.:1), 3 votos contra (BE:2, CDU:1) e 1 abstenção (CDS-PP), reconhecer o interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial tipo 3, situado na Rua 2 da Urbanização da Paredinha, em Rio Meão, em que é requerente Fernando Gomes da Costa Campos, atendendo designadamente ao número de trabalhadores, à faturação da empresa e aos obstáculos existentes à deslocalização da mesma.-----  
-----

*12 – Regularização de Estabelecimento Industrial Tipo 3 / Carlos Leandro & Melo, Lda. -----*

*- Reconhecimento do interesse público municipal -----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor (PSD:29, PS:11, IND.:1), 3 votos contra (BE:2, CDU:1) e 1 abstenção (CDS-PP), reconhecer o interesse público municipal na regularização do estabelecimento industrial tipo 3, situado no Lote 26 – Rua 1 da Zona Industrial da Silveirinha, em São João de Ver, em que é requerente Carlos Leandro & Melo, Lda., atendendo designadamente ao número de trabalhadores, à faturação da empresa e aos obstáculos existentes à deslocalização da mesma.-----  
-----

O membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Espero que isto não seja uma regra, como o Sr. Vereador disse, e que a fiscalização atue mais em consonância com o que vai acontecendo no Concelho, e que estes casos não se voltem a repetir.”-----  
-----



Reentrou o membro *Manuel Strecht Monteiro*.-----

**13 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira -----  
- Atualização do tarifário para o ano de 2018 (para conhecimento)-----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe – a que se refere a deliberação camarária de 4 de dezembro de 2017 e a proposta de atualização do tarifário para o ano de 2018 que a acompanha – documentos enviados, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritos –, fazendo notar tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dar nota que sabia que lhe ia ser dito que a atualização do tarifário resulta de uma fórmula matemática, mas que, perante tal argumento, se recusa a aceitar que a atividade política se reduza a uma fórmula matemática, comentando que se tudo se reduzisse a fórmulas matemáticas não precisavam de estar nesta Assembleia Municipal.-----

Salientou que o preço da água em alta, para 2018, sofre um aumento de 0,60% mas que o aumento extraordinário das taxas é de 1,6% ao ano, durante 10 anos, comentando que os feirenses serão lembrados disso no final de cada mês, quando receberem a conta em casa.-----

Disse que não existe, em Santa Maria da Feira, uma tarifa social para a água e para o saneamento, destacando que é muito importante promover que todos os feirenses possam ter, em igualdade de circunstâncias, acesso à água e ao saneamento. Fez notar que foi promulgado um decreto-lei que incentiva as câmaras a adotarem um tarifário social mas que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira mantém-se insensível aos feirenses que não podem pagar, não fazendo aplicar um tarifário social.-----

Referiu que outra questão prende-se com o facto de, em Santa Maria da Feira, haver 14.000 famílias que têm necessidade de recorrer aos limpa-fossas, pagando 7 vezes mais por metro cúbico de saneamento em relação às que estão ligadas à rede, frisando não perceber essa situação. Salientou que ou os feirenses são todos iguais e pagam o mesmo ou, então, é preciso diferenciar se um tem estação elevatória e o outro não, se um tem uma rede de saneamento de mais 2 quilómetros do que o outro, reforçando que seria de elementar justiça que os feirenses



que não têm acesso à rede de saneamento pagassem o mesmo preço por metro cúbico, pela recolha desse saneamento, que pagam os que têm acesso à rede. -----

Realçou que, para além disso, a Indaqua Feira está a cobrar o saneamento onde não existe consumo de água, e que também pode estar a cobrar sem haver esgoto para cobrar, comentando que a concessionária só pensa que tem de ganhar dinheiro pelo que vai cobrar a qualquer sítio. -----

Referiu, como exemplo, que se um casal estiver doente e for viver para casa de um filho durante 2 meses, nesses meses não gastou água nem saneamento na sua residência mas que, mesmo assim, têm que pagar 17 m<sup>3</sup> de saneamento. Frisou que a Indaqua Feira só pode cobrar pelo serviço que presta, que não pode cobrar se não comprovar que prestou o serviço, fazendo notar que há uma lei da República que diz que não se pode cobrar consumos mínimos mas que, apesar disso, a concessionária manda cartas aos seus clientes a dizer que lhes vai cobrar o consumo médio. Disse que é preciso ter gosto pela cobrança e pelo dinheiro, e que também é preciso que alguém permita que a Indaqua Feira faça essa cobrança sem provar que há consumo, reforçando que tal proceder é claramente ilegal pelo que a Câmara tem de fazer alguma coisa em relação a essa situação. -----

Salientou que a verdade é que a Câmara, desde 2007 até 2014, compactuou com a ilegalidade da cobrança dos ramais, que tem compactuado com algumas atitudes da Indaqua Feira que são ilegais e que têm que acabar, fazendo sobressair que a Câmara devia ser a primeira a defender os interesses dos feirenses. -----

Disse ser redutor que se diga que o tarifário é bom porque em Santa Maria da Feira, por 120 m<sup>3</sup> de consumo de água por ano, paga-se 358,13 € quando, em Matosinhos, em que a concessionária também é a Indaqua, paga-se menos 109,73 €, ou seja, 248,40 €, dando nota que tais preços podem ser consultados no site da DECO e que os mesmos incluem a água, o saneamento e os resíduos sólidos urbanos. Sublinhou que a diferença ainda é maior caso se compare com os municípios que cobram menos, frisando que a diferença chega aos 241 € por 120 m<sup>3</sup> de consumo. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino referiu que o tarifário é mau e que, para além disso, o Sr. Presidente da Câmara e a própria Câmara ainda deixam que a Indaqua Feira faça o que quer, sendo, portanto, mau duas vezes. -----



Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que apesar do tarifário em questão ser presente à Assembleia Municipal apenas para conhecimento, entende ser um momento muito útil porque serve para recordar aos feirenses o posicionamento de cada partido político em relação à água, ao seu tarifário, à sua propriedade, à sua gestão, e perceber quem é que realmente, nos anos passados e para o futuro, está a defender os interesses de uma empresa privada, a Indaqua Feira, e os interesses dos feirenses. Referiu que os interesses da Indaqua Feira e os interesses dos feirenses são, cada vez mais, incompatíveis, e que isso foi provado nas 4 renegociações que aconteceram do contrato da concessão, em que a cada uma delas a fatura ficou mais pesada, bem como é provado a cada atualização do tarifário.-----  
Disse que, para 2018, a Indaqua Feira propõe exatamente o mesmo que propôs nos anos anteriores, ou seja, um aumento considerável do tarifário, em cima de uma fatura que já é elevada, ressaltando que a concessionária apenas vê o lucro e que a Câmara Municipal que não é capaz de se opor a isso. -----  
Salientou não serem só os aumentos mencionados pelo Sr. Presidente da Câmara na reunião camarária, de 1,37 cêntimos por cada mil litros de água e de 0,064 cêntimos por cada mil litros de saneamento, no que ao primeiro escalão diz respeito, focando que essas são as tarifas variáveis. Fez sobressair que as tarifas fixas aumentam um pouco mais, com aumentos de 18 cêntimos, 15 cêntimos, e por aí fora, destacando que a taxa de religação aumenta 2,5 euros e que o serviço de limpeza de fossas também aumenta, reforçando que tudo isso vai pesando numa fatura que já é elevada.-----  
Disse ser importante registar que a Câmara Municipal não é capaz de se opor às propostas da Indaqua Feira de revisão de tarifas, salientando que as tarifas são sempre revistas para cima e nunca para baixo, para infortúnio dos feirenses. -----  
Realçou ser também de recordar que a Câmara Municipal e a Indaqua Feira se recusam liminarmente a aplicar uma tarifa social na água, focando ser uma medida de elementar justiça mas que a Câmara não tem coragem de dizer à concessionária que é preciso aplicar essa tarifa social. Referiu que a tarifa social já tem um mecanismo para ser aplicada automaticamente e que é sabido que, no concelho de Santa Maria da Feira, beneficiaria 9.000 famílias, mas que a Câmara Municipal não quer que 9.000 famílias necessitadas, do concelho de Santa Maria da Feira, possam ter água mais barata. Salientou que lhe poderia ser dito que a Câmara já apoia as famílias carenciadas por intermédio de outros programas de ação social, como o Programa



Medida Solidária – Escalão A, mas que, segundo a resposta da Câmara a uma pergunta colocada pelo Bloco de Esquerda a esse respeito, apenas 24 famílias são ajudadas no pagamento da fatura da água através desse programa. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Moisés Ferreira fez sobressair que são 24 famílias contra 9.000 famílias que poderiam ser beneficiadas com a aplicação da tarifa social, reafirmando que, portanto, a Câmara Municipal não está ao lado dos feirenses mais necessitados. -----

-----  
Usou da palavra a deputada municipal *Eva Costa* (PSD) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“É fundamental falarmos na eficácia hídrica!-----

Repensar nas alterações climáticas! Que nos obrigam a poupar a água em tempos de escassez. O governo, também está preocupado com a escassez da água. Mas coloca nas autarquias essa responsabilidade. -----

Sabemos bem que, em algumas autarquias, onde a água tende a faltar, a estratégia implementada é suspender a água ao consumidor. -----

No concelho de S.M. Feira nunca assistimos a este panorama. -----

E por ser um bem tão essencial, não o podemos pôr em risco por “meia dúzia de cêntimos”! Vamos ser realistas, anualmente há sempre um reajuste dos preços dos bens essenciais, como a luz, pão... e a água não foge à regra.-----

Não é com hipocrisia e populismo que se resolvem os problemas. Mas sim, com soluções e propostas concretas e viáveis. É que a proposta em apreciação, o aumento da água e saneamento, não é um aumento..., mas sim, uma atualização! -----

Estamos a falar de uma tarifa média, de um consumidor no concelho de S.M. Feira que, é de aproximadamente de 25 euros, ou seja, 80 cêntimos por dia. Por um serviço que, coloca a água potável nas torneiras, que trata das águas residuais e que recolhe o lixo doméstico, pelo menos 2 vezes por semana e na cidade da Feira, 4 vezes semanais.-----

Será este um serviço a preço de ouro? Que nos permite ter qualidade de vida e ao mesmo tempo criar postos de trabalho?! -----

Será que 80 cêntimos por dia farão a diferença nas famílias mais carenciadas? Na compra do pão, talvez faça! Mas, na compra de uma “raspadinha”, talvez não!-----



Será um custo demasiado caro ter infraestruturas de água e saneamento, como fator de competitividade para a atração de novos investimentos no concelho da Feira? -----

É de salientar que, a taxa de cobertura do saneamento do concelho de Santa Maria da Feira, se enquadra dentro do Plano Estratégico definido pela União Europeia, 90%. -----

Os restantes 10%, em que a população não é servida por esta infraestrutura, não é por falta de vontade do município mas, porque não é possível fazê-lo. Devido aos custos associados e relevo complexo do território da Feira. -----

No entanto, há benefícios para as habitações que não dispõem deste serviço como a redução do IMI. -----

Mais importante que discutir este aumento brutal a que a oposição se refere, ou seja, uma atualização do tarifário existente de um contrato que foi celebrado há mais de 18 anos e que, tem de ser cumprido e do qual, não há alternativa, é sensibilizar as pessoas para mudarem os seus hábitos de consumo. Não produzindo tanto lixo e reutilizando o mais possível tudo aquilo que necessitamos. -----

E termino dizendo: O Partido Social Democrata ganhou com a maioria e não foi à custa da “água a preço zero”! -----

Questionado o *Sr. Presidente da Câmara* sobre se queria dar algum esclarecimento adicional, este respondeu dizendo que nada mais tinha a acrescentar porque a última intervenção, efetuada pela deputada municipal Eva Costa, já tinha dado a resposta. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da atualização do tarifário para o ano de 2018, no âmbito da Concessão em epígrafe. -----

**14 – Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral (para conhecimento)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe, emitido pela Sociedade de Revisores de Contas G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 15.065, em 29 de novembro de 2017 – documento distribuído, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal e cujo teor se dá aqui por



reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito do assunto, o Sr. Presidente da Assembleia passou a introduzir o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório em epígrafe. -----

**15 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----**  
**- Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Carlos Manuel da Silva Fonseca, designada pela Assembleia Municipal por deliberação de 17/02/2017 -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pela Sra. Presidente da Comissão em epígrafe, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 14.901, em 24 de novembro de 2017 – documento esse enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Referiu ter entrado na Mesa uma única proposta, apresentada pelo membro Sérgio Cirino, líder do grupo municipal do Partido Socialista, propondo a designação do cidadão Luís Filipe Dias Rodrigues da Silva, para substituir Carlos Manuel da Silva Fonseca na Comissão em epígrafe – proposta esta que designou por Lista A. -----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) pediu a palavra para apelar que, nestes casos, se faça chegar aos membros da Assembleia o curriculum da pessoa, realçando que a pessoa deve ter conhecimento sobre esta área, nomeadamente na área da educação, comentando que se torna difícil votar numa pessoa só pelo nome da mesma. -----

Disse também deixar o repto para que as pessoas designadas façam, nos anos em que cumprem mandato na CPCJ, chegar à Assembleia um relatório da atividade pessoal que desenvolvem naquela Comissão, para que a Assembleia fique inteirada. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* disse considerar boas práticas as propostas apresentadas pelo membro Filipe Moreira, e que doravante devem ser aplicadas pela Assembleia Municipal. ----  
De seguida passou a palavra ao membro Sérgio Cirino, que pediu o uso da mesma para fazer uma breve apresentação da pessoa indicada pelo grupo municipal do Partido Socialista. -----



222.  
[Handwritten signature]

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que disse concordar com o proposto, comentando que, efetivamente, podia ter juntado à proposta o curriculum da pessoa.-----  
Deu nota que o Luís Filipe Silva é uma pessoa jovem, que trabalha na área do empreendedorismo social, que tem uma elevada consciência social e que ajuda instituições que estão ligadas às crianças, pelo que para ele os problemas sociais não são novidade.-----  
Referiu que, apesar da sua juventude, tem já alguma experiência nessa área, permitindo ao grupo municipal do PS saber que, ao indicá-lo, a CPCJ terá uma mais-valia, seja nos valores morais que ele defende, seja no desempenho dele em cargos ligados às atividades sociais, seja na modernidade que ele tem tido na atividade profissional, que é o empreendedorismo social, que ajuda ao desenvolvimento do País.-----  
Concluindo disse terem sido essas as razões pelas quais o grupo municipal do PS resolveu indicá-lo, sem deixar de concordar que, doravante, deve juntar-se mais informação sobre a pessoa para que o voto da Assembleia seja mais informado.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 36 votos na lista A, designar o cidadão Luís Filipe Dias Rodrigues da Silva para substituir Carlos Manuel da Silva Fonseca na Comissão em epígrafe.-----  
Foram escrutinados, ainda, 10 votos em branco.-----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o Período em epígrafe, informou existir a inscrição de dois cidadãos para intervir, que seguidamente se identificam:-----

1 – Francisco Soares Ferreira-----

Morada: Trav. do Pavilhão, n.º 298, Mozelos -----

Assunto: Taxas da água/Indaqua Feira, pagamento o contador. -----

2 – Henrique Miguel Santos Almeida-----

Morada: Rua urbanização das Ameixoeiras, n.º 150, Rua 4, Paços de Brandão-----

Assunto: Proteção animal. -----

Informou os cidadãos inscritos que, nos termos regimentais, não poderiam exceder o tempo de cinco minutos de intervenção, numa intervenção única. De seguida, passou a palavra ao





cidadão Francisco Ferreira. -----  
-----

Usou da palavra o cidadão *Francisco Ferreira* que começou por dizer que o assunto que o levou a inscrever-se para falar nesta Assembleia prendia-se com a Indaqua Feira. -----

Referiu que, no passado dia 8 de setembro de 2017, a Indaqua Feira foi a sua casa mudar o contador da água, salientando que havia retirado, antes disso, a contagem e que era pouco mais de 1400 m<sup>3</sup>, comentando que o fez porque os contadores dão para ser alterados. -----

Salientou que, apesar de ter sido mudado o contador no dia 8 de setembro, tal mudança só foi registada no dia 20 desse mês, levando a que o consumo da água, como incidiu sobre um período maior de faturação, atingisse o 3.º escalão, quando o usual é não ultrapassar o 2.º escalão. Disse que isso foi uma roubalheira que a Indaqua Feira lhe fez porque teve que pagar o dobro do habitual, dando nota que geralmente paga à volta de 30 € e que, nessa fatura, foi-lhe faturado 59,44 €. -----

Fez notar que é verdade que ter água na torneira é bom, mas que é preciso haver seriedade, fazendo notar que os membros da Assembleia Municipal estão, neste órgão, a representar os feirenses, e que não viu ninguém, nas 5 horas em que esteve a assistir a esta sessão, a defender os interesses dos feirenses, comentando que aquilo que lhe pareceu foi que os membros estavam entretidos, como se estivessem a ser contadas umas anedotas, que viu discutir os partidos políticos e não os interesses dos feirenses. -----

Referiu que a Câmara já sabe deste seu assunto porque já remeteu à mesma um e-mail a expor a situação, realçando que iria deixar à Mesa da Assembleia a fatura da Indaqua Feira a que fez referência e que também iria reportar a situação ao Ministério Público, porque acha que foi um roubo que lhe fizeram e que isso deve ser investigado. -----

De seguida – referindo-se ao membro Sérgio Cirino – disse que o mesmo, como representante do PS, deve ser mais objetivo, comentando que se aquele membro anda nas lides partidárias há tantos anos, como disse nesta sessão, então que lhe pareceu que o mesmo não sabia o que estava a dizer, comentando que quando uma pessoa não sabe o que dizer deve ficar sentada no banco, e que o mesmo se aplica a outros membros. -----

Concluindo, deixou na Mesa cópia da fatura da Indaqua Feira a que fez referência na sua intervenção. -----  
-----



O membro *Sérgio Cirino* (PS) pediu a palavra dado ter sido visado na intervenção do município, o que lhe foi concedido. -----  
Referiu, em relação à sua atividade política, que a sua atividade profissional responde, se calhar, por si, frisando ter sido das poucas pessoas a enfrentar a Indaqua e que, em 2011, lhe ganhou um processo. Recordou que, em 2011, os ramais não eram gratuitos, que só passaram a ser gratuitos em 2014, e que em 2011 ganhou um processo em tribunal à Indaqua, pelo que o seu cliente não teve que pagar os ramais. -----  
Concluindo sublinhou que a sua competência vê-se naquilo que faz e não porque se vem dizer umas balelas a esta Assembleia Municipal. -----

De seguida, foi concedida a palavra ao cidadão *Henrique Almeida*, que começou a sua intervenção dizendo estar em representação da Associação VerdeCerto – Proteção Animal e Ambiente. -----

Referiu que, estando-se a entrar no ano de 2018, o Concelho não tem um projeto de controlo populacional de animais de estimação, com dono e sem dono, ressaltando que a esterilização em massa é a solução para a sobrepopulação de animais que existe, tanto no território de Santa Maria da Feira como no restante território nacional. Realçou que, para além disso, não existe no Concelho campanhas de adoção e sensibilização, frisando ser do interesse de todos a resolução de tal problema. -----

Disse que estão a acontecer as esterilizações no canil intermunicipal, e que isso é importante, mas que as esterilizações têm que ser feitas em massa, que só desse modo se conseguirá resolver o problema, ressaltando que enquanto tal não acontecer continuar-se-á a verificar situações em que estão 8 cães na mesma jaula, acabando por se matarem uns aos outros, fazendo sobressair que isso acontece no canil intermunicipal. -----

Em relação ao canil municipal disse ser preciso que o mesmo tenha um veterinário municipal permanente, mesmo nos dias de férias, destacando haver alturas em que não está ninguém no canil para dar auxílio médico, mesmo àqueles animais que são atropelados. -----

Concluindo, disse haver várias medidas e várias formas de controlar a situação, sugerindo a aplicação de uma taxa mensal de 1 euro por cada família, fazendo notar que se forem 100 mil as famílias do Concelho isso representa uma receita de 100 mil euros, e que se conseguia resolver o problema com tal verba, frisando que basta haver vontade política e o empenho de



todos para que se resolva o problema do controle populacional animal. -----  
-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer, em relação à situação exposta pelo munícipe Francisco Ferreira, que se o mesmo já expôs a situação na Câmara, como ele disse, então que a Câmara o irá analisar e que se detetar que houve alguma situação de erro então que, obviamente, dará a devida resposta. Acrescentou que se o munícipe vai apresentar queixa no Ministério Público, como referiu que vai, então que o Ministério Público também lhe dará uma resposta perante a situação. -----

Fez ainda notar que a Câmara tem um gabinete de defesa do consumidor, que é o CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, informando que o mesmo tem instalações no edifício do Mercado Municipal e que o munícipe pode dirigir-se ali para obter ajuda, frisando que os técnicos que estão nesse gabinete podem ajudá-lo no que for preciso. -----

Em relação à questão colocada pelo munícipe Henrique Almeida, sobre a gestão do problema dos animais errantes, disse tratar-se de um assunto que é gerido pelo canil intermunicipal, localizado em Ossela, Oliveira de Azeméis, dando nota que esse canil tem um serviço de veterinária contratado, que está a fazer uma esterilização maciça dos animais, e que está a decorrer um concurso para a ampliação das instalações desse canil intermunicipal. -----

Concluindo informou ainda que o canil municipal, que é de acolhimento temporário, também vai entrar em obras. -----  
-----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por encerrado o Período de Intervenção do Público. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 02,00 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente, 

A 1.ª Secretária, 

O 2.º Secretário, 